



## Programa

<b>Programa:</b> 0177 - CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS								
<b>Objetivo do Programa:</b> REDUZIR OS NÍVEIS DE POLUIÇÃO RESULTANTES DAS ATIVIDADES POLUIDORAS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE AMBIENTAL								
<b>Und. Resp. Programa:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE								
<b>Resp. Programa:</b> CAJAR ONÉSIMO RIBEIRO NARDES								
<b>Indicadores:</b>	<b>Ano</b>	<b>Descrição</b>	<b>Periodicidade da Apuração</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Índice Início PPA</b>	<b>Índice Final PPA</b>	<b>Índice Atual</b>	<b>Dt. Apuração</b>
	2007	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO LICENCIAMENTO	anual	município	69	139	141	30/12/2007

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
3.430.447,20	2.966.801,97	1.854.984,80	0,00	54,07	62,52

#### Avaliação de resultados e da execução do programa:

Tendo em vista a meta proposta, ou seja, mensuração através do indicador previsto que são municípios atendidos pelo licenciamento, consideramos que os resultados alcançados atingiram a expectativa inicial do PPA. A execução do programa foi eficiente se consideramos o baixo valor orçado e aplicado comparado aos resultados alcançados. Cumprindo-se a meta prevista, houve a emissão de 3.428 (três mil, quatrocentos e vinte e oito licenças ambientais), sendo 889 LP's (oitocentos e oitenta e nove licenças prévias), 911 LI's (novecentos e onze licenças de instalações) e 1.628 LO's (mil seiscentos e vinte e oito licenças de operações), atingindo os 141 municípios do Estado de Mato Grosso. Desta forma, consideramos que a estratégia adotada foi fundamental e decisiva para o sucesso do programa, tendo em vistas que os empreendimentos licenciados, agora passam a ser também monitorados e fiscalizados. Estes, muito vem a contribuir para minimizar (mitigar) os impactos ambientais negativos, colaborando para a melhoria da qualidade ambiental. Principalmente àquelas que implantam um SGA (Sistema de Gestão Ambiental) e que passam a funcionar e trabalhar dentro das conformidades exigidas.

A fiscalização de atividades poluidoras foi realizada pela Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos (CFE) por se tratar de uma coordenadoria pertencente a SUAD (Superintendência de Ações Descentralizadas). Nesta ação foram realizadas fiscalizações em Indústrias, Serviços como oficinas, postos de gasolina, armazéns gerais, hospitais, lava jatos e de Infra-estrutura, como loteamentos urbanos, aterros sanitários e outros, além da mineração (extração minérios e extração de agregados como areia, cascalhos, argila, saibro e produção de calcário corretivo e transporte de substâncias poluidoras, sendo dividida a fiscalização entre a coordenadoria de empreendimentos, ligada a Superintendência de Ações Descentralizadas, e a Superintendência de Defesa Civil.

A fiscalização de atividades poluidoras teve como objetivo a repressão imediata aos danos ambientais provocados pelos empreendimentos, contudo, num segundo momento, exerce papel educativo e inibidor, motivando a regularização ambiental tanto do empreendimento fiscalizado como daqueles que estão instalados de forma irregular quanto daqueles que buscam iniciar uma atividade produtiva com potencial poluidor. Acreditamos que a fiscalização cumpriu com os seus objetivos de sua criação e os resultados podem ser considerados muito bons, devido ao trabalho em conjunto com as demais Superintendências.

Desta forma devemos atribuir o não cumprimento de 100% do orçamento do Programa, principalmente pelas alterações ocorridas na ação 1528, passando-se de descentralização de municípios para consórcios municipais, cujo remodelamento não permitiu a execução orçamentária, previamente estabelecida.

#### Indicadores:

O indicador deste programa é o número de municípios atendidos pelo licenciamento, tendo como unidade de medida o próprio nº de municípios licenciados, com base neste indicador podemos afirmar que as metas foram atingidas com folga, dentro do estipulado e planejado para o ano de 2007, tendo em vista que a meta seria atingir todos os municípios do Estado, com algum tipo de licenciamento ambiental, meta esta já alcançada no ano de 2006, inclusive com alguns municípios com vários tipos de empreendimentos licenciados sendo que alguns, com mais de uma licença ambiental.

#### Recomendações:

## Objetivo Estratégico 4

### Garantir o uso ordenado dos recursos naturais visando o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental



## Ações do Programa

### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1528 - DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES POLUIDORAS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> AMPLIAR A CAPAC. DE GESTAO AMBIENTAL DOS MUNC. A PARTIR DAS ATIV.DE LICENC.AMB. DE ATV.POLUIDORAS DE PEQ.PORTE				
<b>Descrição da Meta Física:</b> MUNICIPIO COM LICENCIAMENTO DESCENTRALIZADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
50	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	69.820,00	69.820,00	24.640,00	0,00	35,29	35,29
Todas	69.820,00	69.820,00	24.640,00	0,00	35,29	35,29

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
A descentralização do licenciamento ambiental iniciou em 2005, com a assinatura de 54 Termos de Cooperação Técnica com diversos municípios, trata-se do repasse do licenciamento ambiental no âmbito urbano de empreendimentos e atividades urbanas de pequeno e médio impacto ambiental.  
Os municípios tiveram treinamento e capacitação para exercer essa atribuição, tendo a partir daí a responsabilidade de agir e continuar com o processo, efetivando-se a execução do objeto de assinatura do termo que firmaram com a SEMA. Acontece que os municípios dentro das suas condições administrativas e econômicas e um déficit de recursos humanos técnicos que a demanda exigia, o município perdeu sua ação deixando o referido termo desamparado, perdendo sua vigência e por consequência seu objeto.  
A SEMA ao ponderar que os resultados não foram marcantes e a adesão foi ínfima, investigou e fez um balanço da questão. Nesse período de tempo a Lei Federal 11.107 de 2005, que disciplina a constituição de Consórcios Intermunicipais e regulamentada pelo Decreto Federal 6.017 de 2007, vislumbrou-se a possibilidade de realizar a descentralização do licenciamento via municípios consorciados, assim o fizemos,  
Elaboramos um projeto, apresentamos para o Secretário e para os demais parceiros envolvidos, AMM, MT Regional, tendo assim deliberado o secretário pela aplicabilidade do Projeto e que fossem tomadas as providências para sua implantação.  
Em Mato Grosso foram constituídos pela AMM, 14 Consórcios Intermunicipais são eles: "Complexo Nascentes do Pantanal", "Vale do Juruena", "Alto do Teles Pires", "Médio Araguaia", "Portal da Amazônia", "Araguaia", "Vale do Guaporé", "Vale do Arinos", "Alto do Rio Paraguai", "Vale do Rio Cuiabá", "Região Sul", "Vale do Teles Pires", "Pontal do Araguaia", "Norte do Araguaia".  
E foi apresentada a proposta para todos, que resultou na assinatura de 14 Protocolos de Intenção, datado de 16 de agosto de 2007, sendo assim os consórcios pediam esclarecimentos e que a proposta original fosse colocada em discussão para alinhar a constituição de uma proposta que atendesse ambos os interesses, e assim, foi feito, fomos convidados a apresentar o projeto e discutir a proposta nos consórcios do SUL, Alto Teles Pires, Vale do Teles Pires, Guaporé, Portal da Amazônia e dessas reuniões, teve como objeto uma série de alvitre e foram todas as reivindicações atendidas gerando no final uma única formatação que contemplou a todos.  
Sendo então fruto dessa peregrinação a construção de um instrumento jurídico capaz de dar legitimidade ao repasse do licenciamento ambiental aos municípios e consórcios a confecção da resolução do CONSEMA que será editada em 2008 e a composição de uma Comissão de Municipalização na estrutura da SEMA que fará a análise e emitira um parecer do processo de Habilitação e capacitação dos municípios e consórcios, assim como, dos técnicos que exercerão a atividade de licenciar e fiscalizar os empreendimentos que venham requerer sua regularização.  
Será também atribuição da comissão monitorar todo o processo de descentralização do licenciamento de acordo com os procedimentos no sentido de fazer obedecer nas adjacências da resolução supra citada.  
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social E Ambiental "Vale Do Rio Cuiabá": Municípios: Acorizal, Barão De Melgaço, Chapada Dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nº Srª Do Livramento, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto Da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Stº Antônio Do Leverger, Várzea Grande. Cadeias Produtivas: Hortigranjeiros, Turismo, Floricultura, Artesanato, Fruticultura, Floricultura, Avicultura (Frango Caipira), Jacaré, Piscicultura, Mandioca. SEDE: Município de Cuiabá, ÁREA TOTAL(KM²): 76.824,16, POPULAÇÃO TOTAL: 835.786, URBANA: 766.785, RURAL: 69.001.  
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social E Ambiental "Alto Do Rio Paraguai": Municípios: ALTO PARAGUAI, ARENAPOLIS, BARRA DO BUGRES, CAMPO NOVO DO PARECIS, DENISE, DIAMANTINO, NORTELÂNDIA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA OLÍMPIA, PORTO ESTRELA, SANTO AFONSO, SÃO JOSE DO RIO CLARO, TANGARA DA SERRA; Cadeias Produtivas: Leite, Biocombustível, Seringueira, Fruticultura, Ovíno/Caprino, Avicultura (Frango de Corte), Piscicultura, SEDE: ARENÁPOLIS; ÁREA TOTAL(KM²): 52.448,38  
POPULAÇÃO TOTAL : 218.825; URBANA: 181.338; RURAL: 37.487.  
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico E Social E Ambiental "Região Sul": Municípios: Campo Verde, Dom Aquino, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Paranatinga, Pedra Preta, Poxoró, Primavera Do Leste, Rondópolis, Santo Antonio Do Leste, São José Do Povo, São Pedro Da Cipa, Tesouro; Cadeias Produtivas: Leite, Piscicultura, Hortigranjeiros, Avicultura, Apicultura, Florestas, Seringueira, Agroturismo; Indústrias Âncoras: Comajul (Juscimeira), Michelin (Itiquira), Sadia (Campo Verde); Sede: Campo Verde; Área



Total(Km²): 82.988.93; População Total : 353.183; Urbana: 297.458; Rural: 55.725.  
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social E Ambiental "Médio Araguaia": Municípios: Água Boa, Araguaiana, Barra Do Garças, Campinópolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha Do Norte, General Carneiro, Nova Nazare, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Pontal Do Araguaia, Querencia, Ribeirão Cascalheira, Torixoreo; Cadeias Produtivas: Leite, Hortigranjeiros (Pupunha), Piscicultura, Turismo, (Eco Turismo), Ovíno, Caprino, Fruticultura, Seringueira; Indústrias Âncoras: Laticínios Campinópolis, Luana Palmitos (Água Boa), Michelin (Itiquira); Sede: Água Boa; Área Total(Km²): 174.862.25 Km2; População Total : 148.653; Urbana: 103.661; Rural: 44.992.  
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social E Ambiental "Vale Do Juruena": Municípios: Aripuanã, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juína, Juruena; Cadeias Produtivas: Leite, Hortigranjeiros (Pupunha), Apicultura, Fruticultura, Café, Ind. Moveleira, Ecoturismo; Indústrias Âncora: Laticínio Aripuanã, Carpello (Sinop); Área Total(Km²): 95.510,82, População Total : 77.430; Urbana: 49.765; Rural: 27.665.  
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social E Ambiental "Vale Do Arinos", Municípios: Brasnorte, Itanhangá, Juara, Novo Horizonte, Porto Dos Gaúchos, Tabaporã; Cadeias Produtivas: Leite, Fruticultura, Hortigranjeiros, Seringueira; Área Total(Km²): 53.521,99; População Total : 77.406; Urbana: 35.490; Rural: 41.916.  
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social E Ambiental "Vale Do Teles Pires": Municípios: Alta Floresta, Apicacás, Carlinda, Nova Bandeirante, Nova Monte Verde, Paranaíta; Cadeias Produtivas: Leite, Hortigranjeiros, Fruticultura, Apicultura, Ind. Moveleira, Ecoturismo; Indústrias Âncoras: Laticínios; Área Total(Km²): 52.590,00; População Total : 116.975; Urbana: 81.400; Rural: 35.575.  
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social E Ambiental "Portal Da Amazônia": Municípios: Colider, Guarantã Do Norte, Itaúba, Marcelândia, Matupá, Nova Canaã Do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Peixoto De Azevedo, Terra Nova Do Norte; Cadeias Produtivas: Leite, Hortigranjeiros (Orgânicos), Fruticultura, Piscicultura, Apicultura; Sede: Colider; Área Total(Km²): 61.922,52; População Total: 144.766; Urbana: 88.481; Rural: 56.285.  
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social E Ambiental "Complexo Nascentes Do Pantanal": Municípios: Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Glória D´Oeste, Indaiavá, Lambari D´Oeste, Mirassol D´Oeste, Porto Espiridião, Reserva Do Cabaçal, Rio Branco, Salto Do Céu, São José Dos Q. Marcos; Cadeias Produtivas: Apicultura, Ecoturismo, Hortigranjeiros (Pupunha), Leite, Piscicultura, Florestas, Avicultura, Animais Exóticos (Jacaré), Ovinocultura/ Caprinocultura; Sede: Cáceres; Área Total(Km²): 38.605,48; População Total: 151.963; Urbana: 111.175; Rural: 40.963.  
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social E Ambiental "Vale Do Guaporé": Municípios: Campos De Julio, Comodoro, Conquista Do Oeste, Figueirópolis D´Oeste, Jauru, Nova Lacerda, Pontes Lacerda, Sapezal, Vale Do São Domingos, Vila Bela Da S. Trindade; Cadeia Produtiva: Leite, Apicultura, Fruticultura, Hortigranjeiros, Ecoturismo; Indústrias Âncoras: Laticínios; Sede: Conquista D'oeste; Área Total (Km²): 62.144,19; População Total: 105.485; Urbana: 65.161; Rural: 44.324.  
Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social E Ambiental "Alto Teles Pires": Municípios: Cláudia , Feliz Natal, Impiranga Do Norte, Lucas Do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubitatã, Santa Carmem, Sta Rita Do Trivelato, Sinop, Sorriso, Tapurah, União Do Sul, Vera; Sede: Sorriso; Área Total(Km²): 77.158,89; População Total: 188.209; Urbana: 157.437; Rural: 30.772.  
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO "ARAGUAIA": MUNICIPIOS: ALTO DA BOA VISTA, BOM JESUS DO ARAGUAIA, LUCIARA, NOVO SANTO ANTONIO, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SERRA NOVA DOURADA; SEDE: ALTO BOA VISTA; ÁREA TOTAL(KM²): 44.719,22; POPULAÇÃO TOTAL: 26.394; URBANA: 14.671; RURAL: 13.723.  
Os valores pagos na ação referem-se a pagamento de diárias e serviços de apoio logístico aos eventos realizados, região de planejamento 9900 - todo estado.

<b>Ação:</b> 1529 - IMPLANTACAO DE CENTRAL DE EMERGENCIAS PARA O COMBATE DOS ACIDENTES AMBIENTAIS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto					
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE					
<b>Objetivo Específico:</b> PROVER ESTRUTURA PARA PRONTO ATENDIMENTO AOS ACIDENTES AMBIENTAIS					
<b>Descrição da Meta Física:</b> CENTRAL IMPLANTADA					
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE					
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	
1	1	1	100,00	100,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	20.000,00	20.000,00	15.495,94	0,00	77,48	77,48
261	479.900,00	479.900,00	125.648,30	0,00	26,18	26,18
Todas	499.900,00	499.900,00	141.144,24	0,00	28,23	28,23

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0600 - SUL	1

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
1. DESENVOLVIMENTO DA META:  
1.1. Descrição da Meta e Atividades Pactuadas:  
META 1 - Levantamento e Estruturação do Banco de Dados  
ATIVIDADE 1.1 - Pesquisa e levantamento de dados de atividades potencialmente impactantes, áreas contaminadas e passivos



ambientais, sítios frágeis/vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes e unidades de resposta a acidentes.

Consistiu na reunião de dados referentes às atividades potencialmente impactantes, áreas contaminadas e passivos ambientais, sítios frágeis/vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes e unidades de resposta a acidentes. Esses dados foram colhidos nos mais diversos órgãos públicos que possuíam tais informações.

ATIVIDADE 1.2 - Estruturação de banco de dados da SEMA e entidades parceiras.

Consiste na melhoria da estrutura física da SEMA e das instituições parceiras e ainda da participação de técnicos para operar o software que está sendo produzido pelo projeto.

META 2 – Produção da base cartográfica georreferenciada em escala 1:100.000, contendo as características fisiográficas e antrópicas, principais acidentes geográficos, limites de bacias hidrográficas e unidades da Federação.

ATIVIDADE 2.1 - Elaboração da base cartográfica georreferenciada em escala 1:100.000, contendo as bacias hidrográficas, rodovias, ferrovias, principais acidentes geográficos, área de proteção ambiental, assentamentos humanos e unidades de resposta a acidentes.

Consiste em elaborar uma base cartográfica com as informações necessárias ao projeto, com utilização das cartas planialtimétricas, imagens de satélite.

META 3 – Mapeamento de áreas de risco ambiental

ATIVIDADE 3.1- Realizar trabalhos de campo para checagem, complementação e georreferenciamento das informações levantadas, assim como a sua integração em base cartográfica para definição de áreas de risco ambiental.

Consiste em enviar equipes a campo para checagem, complementação e georreferenciamento das informações da "Meta 1- Levantamento e Estruturação do Banco de Dados e Atividade 1.1- Pesquisa e levantamento de dados de atividades potencialmente impactantes, áreas contaminadas e passivos ambientais, sítios frágeis/vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes e unidades de resposta a acidentes".

META 4 – Definição de grau de risco ambiental

ATIVIDADE 4.1- Definir grau de risco ambiental a partir da integração por meio de algoritmo entre as informações das atividades potencialmente impactantes dos sítios frágeis/vulneráveis do histórico de ocorrência de acidentes ambientais e unidades de resposta.

Consiste em contratação de uma consultoria especializada em definição de grau de risco ambiental.

## 1.2. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS E MÉTODOS UTILIZADOS.

META 1 – Levantamento e Estruturação do Banco de Dados

ATIVIDADE 1.1 - Pesquisa e levantamento de dados de atividades potencialmente impactantes, áreas contaminadas e passivos ambientais, sítios frágeis/vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes e unidades de resposta a acidentes.

Levantamento de dados: consistiu em pesquisa nos bancos de dados das instituições envolvidas e reunião de dados referentes às atividades potencialmente impactantes, áreas contaminadas e passivos ambientais, sítios frágeis/vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes e unidades de resposta a acidentes. Esses dados foram coletados nos mais diversos órgãos públicos e privados que possuíam tais informações.

ATIVIDADE 1.2 - Estruturação de banco de dados da SEMA e entidades parceiras.

Consistiu na elaboração de Termo de Referência para aquisição do software, a partir de consulta a entidades que possuem projetos de mapeamentos de áreas de risco já implantados ou em fase de implantação e formação de um Grupo de Trabalho formado por profissionais com conhecimento em criação de banco de dados e processamento de informações, que se encontra em processo licitatório.

META 2 – Produção da base cartográfica georreferenciada em escala 1:100.000, contendo as características fisiográficas e antrópicas, principais acidentes geográficos, limites de bacias hidrográficas e unidades da Federação.

ATIVIDADE 2.1 - Elaboração da base cartográfica georreferenciada em escala 1:100.000, contendo as bacias hidrográficas, rodovias, ferrovias, principais acidentes geográficos, área de proteção ambiental, assentamentos humanos e unidades de resposta a acidentes.

Consistiu na contratação de serviços de terceiros pessoa física para a realização de atividades voltadas ao controle de empreendimentos visitados e suporte às equipes de campo.

META 3 – Mapeamento de áreas de risco ambiental

ATIVIDADE 3.1- Realizar trabalhos de campo para checagem, complementação e georreferenciamento das informações levantadas,



assim como a sua integração em base cartográfica para definição de áreas de risco ambiental.

Consistiu no envio de equipes a campo para checagem, complementação e georreferenciamento das informações levantadas na "Meta 1- Levantamento e Estruturação do Banco de Dados – Atividade 1.1- Pesquisa e levantamento de dados de atividades potencialmente impactantes, áreas contaminadas e passivos ambientais, sítios frágeis/vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes e unidades de resposta a acidentes".

META 4 – Definição de grau de risco ambiental

ATIVIDADE 4.1- Definir grau de risco ambiental a partir da integração por meio de algoritmo entre as informações das atividades potencialmente impactantes dos sítios frágeis/vulneráveis do histórico de ocorrência de acidentes ambientais e unidades de resposta.

Consistiu na elaboração de Termo de Referência para contratação de uma consultoria especializada em definição de grau de risco ambiental.

## 1.3. RECURSOS ENVOLVIDOS (MATERIAL E PESSOAL)

Recursos humanos envolvidos: 20 servidores, sendo 03 servidores da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e 17 servidores do Corpo de Bombeiros Militar.

Recursos materiais envolvidos: foram utilizados veículos e equipamentos (aparelhos de GPS, máquinas fotográficas digitais, entre outros) pertencentes à Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

## 1.4. RESULTADOS E PRODUTOS OBTIDOS:

META 1 – Levantamento e Estruturação do banco de dados

ATIVIDADE 1.1 - Pesquisa e levantamento de dados de atividades potencialmente impactantes, áreas contaminadas e passivos ambientais, sítios frágeis/vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes e unidades de resposta a acidentes.

### RESULTADOS OBTIDOS:

Levantamento de informações sobre as empresas existentes no Cadastro da Secretaria de Estado da Fazenda/ SEFAZ-MT e dos empreendimentos licenciados na Secretaria de Estado do Meio Ambiente/ SEMA-MT e reunião de dados referentes às atividades potencialmente impactantes, áreas contaminadas e passivos ambientais, sítios frágeis/vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes e unidades de resposta a acidentes, abrangendo empreendimentos (postos de gasolina, frigoríficos, terminais revendedores retalhistas, fazendas, depósitos de agrotóxicos, aeroportos, aterros sanitários, entre outros).

ATIVIDADE 1.2 - Estruturação do banco de dados da SEMA e entidades parceiras.

### RESULTADOS OBTIDOS:

Constituição de um Grupo de Trabalho formado por profissionais com conhecimento em criação de banco de dados e processamento de informações e elaboração de Termo de Referência para aquisição do software, que se encontra em processo licitatório.

META 2 – Produção da base cartográfica georreferenciada em escala 1:100.000, contendo as características fisiográficas e antrópicas, principais acidentes geográficos, limites de bacias hidrográficas e unidades da Federação.

ATIVIDADE 2.1 - Elaboração da base cartográfica georreferenciada em escala 1:100.000, contendo as bacias hidrográficas, rodovias, ferrovias, principais acidentes geográficos, área de proteção ambiental, assentamentos humanos e unidades de resposta a acidentes.

### RESULTADOS OBTIDOS:

Contratação de 02 (dois) servidores para dar início a digitalização de informações para alimentação do banco de dados.

META 3 – Mapeamento de áreas de risco ambiental

ATIVIDADE 3.1- Realizar trabalhos de campo para checagem, complementação e georreferenciamento das informações levantadas, assim como a sua integração em base cartográfica para definição de áreas de risco ambiental.

### RESULTADOS OBTIDOS:

Realização de trabalhos de campo para checagem, complementação e georreferenciamento das informações levantadas na Meta 1 e Atividade 1.1.,

por meio de visitas a vinte (20) municípios: Arenápolis, Jauru, Glória D' Oeste, Nova Marilândia, Jangada, Mirassol D'Oeste, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Planalto da Serra, Poconé, Porto Estrela, Poxoreo, Rio Branco, Salto do Céu, Santo Afonso, São José do Rio Claro, São José dos Quatro Marcos, São Pedro da Cipa, Tesouro e Vale de São Domingos.

## 1.5. DIFICULDADES ENCONTRADAS E FORMA DE SUPERAÇÃO:



1.5.1. RECURSOS HUMANOS

Capacitação da Equipe Técnica

Houve a necessidade de disponibilizar pessoal para realização das atividades de campo e trabalhos de checagem e complementação das informações. Para tanto contamos com a participação de 17 servidores do quadro do Corpo de Bombeiros. Porém, freqüentemente ocorria a substituição dos integrantes das equipes, que uma vez treinada para atuar no projeto, e com a descontinuidade, tornava-se necessário treinar uma nova equipe, acarretando atrasos na execução do projeto.

1.6. EXPERIÊNCIAS ADQUIRIDAS DURANTE A EXECUÇÃO

Houve melhoria da capacidade de resposta às Emergências Ambientais envolvendo produtos químicos, em virtude de alguns fatores:

- a) Conhecimento da localidade dos problemas;
- b) Conhecimento dos produtos que são consumidos, armazenados, transportados e manipulados no Estado;
- c) Conhecimento da quantidade de produtos que circulam pelo Estado;
- d) Conhecimento da rota viária por onde circula os veículos transportando produtos químicos perigosos;
- e) Conhecimento dos locais com maior incidência de acidentes envolvendo produtos químicos perigosos.
- f) Conhecimento da capacidade de resposta dos órgãos públicos e privados;
- g) Conhecimento da quantidade, localização e disponibilidade de especialistas no atendimento a Emergências Ambientais envolvendo produtos químicos perigosos.

<b>Ação:</b> 2333 - FISCALIZACAO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES POLUIDORAS		<b>Tipo de Ação:</b> Atividade	
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE			
<b>Objetivo Específico:</b> REDUZIR IMPACTOS CAUSADOS PELAS ATIVIDADES POLUIDORAS DO ESTADO.			
<b>Descrição da Meta Física:</b> OPERACAO DE FISCALIZACAO REALIZADA			
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE			
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>
249	249	257	103,21
			<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
			103,21

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	299.970,00	249.490,00	249.490,00	0,00	83,17	100,00
109	464.350,00	464.350,00	140.688,50	0,00	30,30	30,30
240	2.096.407,20	1.683.241,97	1.299.022,06	0,00	61,96	77,17
Todas	2.860.727,20	2.397.081,97	1.689.200,56	0,00	59,05	70,47

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	10
0200 - NORTE	35
0400 - LESTE	40
0600 - SUL	55
1100 - NOROESTE II	10
0700 - SUDOESTE	25
0800 - OESTE	17
1200 - CENTRO NORTE	20
0300 - NORDESTE	10
0500 - SUDESTE	35

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
**A AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES POLUIDORAS** foi realizada por duas superintendências desta Secretaria, contendo um orçamento de R\$ 2.860.727,20 (dois milhões, oitocentos e sessenta mil, setecentos e vinte e sete reais, e vinte centavos) correspondendo a 83,3% do total do Programa 177. O licenciamento e monitoramento, é desenvolvido pela Superintendência de Infra-Estrutura, Mineração, Indústrias, Serviços e Agropecuária (SUIMIS) por sua vês teve como orçamento o valor de R\$ 980.070,00 (novecentos e oitenta mil e setenta reais) para execução de suas atividades.  
 Devemos ressaltar que a execução orçamentária destes valores, que lhes foi reservado, foi de 70,47%, ou seja, sobrou somente R\$ 73.913,16 (setenta e três mil, novecentos e treze reais e dezesseis centavos) de orçamento não gasto, sendo que R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), foram suplementados em outubro/07, para a aquisição de um veículo tipo caminhonete e que mesmo, já tendo realizado o



PED (Pedido, de Empenho) a SAD (Secretaria de Administração) não realizou a licitação, sendo assim, os valores orçamentários não gastos devido à nossa responsabilidade é de somente R\$ 913,16, atingindo-se assim um índice de execução orçamentária de 99% (considerando-se o gasto não realizado alheio a nossa vontade).

Com este orçamento, foram realizados licenciamentos de empreendimentos em todas as regiões do estado, sendo que as mais relevantes foram as PCHs Rondonópolis, Salto Jaurú e Paranatinga II, além de obras do PAC, como o viaduto, ETE (estação de tratamento de esgoto) além de pavimentação asfálticas de Rondonópolis em vários municípios e o coletor tronco em Cuiabá, licenciamentos realizados pela coordenadoria de infra-estrutura. A coordenadoria de Indústria licenciou as indústrias madeireiras, frigoríficos com vistas à exportação de carnes para o mercado europeu, laticínios e usinas de biodiesel. Já a coordenadoria de serviços e agropecuária, licenciou diversos empreendimentos de avicultura e suinocultura integrados, que forneceram matéria prima para o funcionamento de um grande complexo industrial que esta sendo instalado no município de Lucas do Rio Verde que também visa a exportação. A coordenadoria de mineração licenciou e disciplinou toda a atividade de extração mineral do Estado incluindo os empreendimentos de pequeno porte como extração de areia, britas e cascalhos, além das áreas de empréstimos para retirada de material para pavimentação, construção de pontes, barragens e hidrelétricas. Foram emitidos 20 (vinte) TOR (termos de referências) para EIA/RIMA de atividades poluidora de grande porte, sendo que deste total 06 (seis) já foram liberados. Estas ações proporcionaram a emissão de 889 LP (Licença Prévia), 911 LI (Licença de Instalação) e 1.628 LO (Licenças de Operação). Demonstrando integração intersetorial, a realização destas atividades contou com a participação de técnicos das Unidades Regionais da SEMA, que pertencem à SUAD, os quais receberam diárias pagas pela SUIMIS para desenvolverem ações de vistorias e monitoramento em empreendimentos localizados próximos aos seus municípios sede. Neste exercício (2007) também fomos contemplados com a implantação de melhorias no SIMLAM (sistema de monitoramento e licenciamento ambiental). Este sistema contém a tramitação e o acompanhamento dos processos "on line" e sua identificação imediata. Desta fora, conseguimos a execução do previsto no PTA/07, estando presente em todos os 141 municípios do estado, atingindo-se assim as metas propostas pelo indicador vigente que é municípios atingidos pelo licenciamento ambiental.

Dentro desta ação a dotação orçamentária reservada à Fiscalização das Atividades Poluidoras foram:

DOTAÇÃO INICIAL LOA 2007: R\$ 1.806.157,20

DOTAÇÃO FINAL: R\$ 1.515.377,20

Quanto a Fiscalização das Atividades Poluidoras o valor previsto no Plano de Trabalho Anual de 2007, sob a responsabilidade da Superintendência de Ações Descentralizadas, foi de R\$ 1.806.157,200. Foram adquiridos equipamentos tais como GPS, máquinas fotográficas digitais, computadores e carregadores de bateria, porém o GPS, as máquinas fotográficas e os carregadores de bateria que foram licitados não foram entregues ainda pelo fornecedor à SEMA.

Foi anulado nesta Ação R\$ 30.780,00, valor suplementado no projeto 2346 – Fiscalização de Unidades de Conservação, que em novembro de 2006, após elaboração do PTA 2007, os serviços relacionados a essa ação passou a ser atribuição da Coordenadoria de Fiscalização das Unidades de Conservação, criada nesse mesmo período. Com a criação dessa coordenadoria houve um incremento no número de servidores que estariam responsáveis pelos respectivos serviços e consequentemente gerou a necessidade de rever as estratégias, constante no PTA 2007, para as ações de fiscalizações e com isso houve a necessidade de readequação do orçamento. Outra anulação realizada nesta Ação, a pedido da Superintendência de Planejamento, foi no valor de R\$ 260.000,00, de forma a complementar a Folha de Pagamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Também foi remanejado, entre regiões e dentro do mesmo projeto, o valor de R\$ 174.270,00, que passou do elemento de despesa 33901400 (diárias) para o elemento 44905200 (material permanente), com o objetivo de adquirir equipamentos. No entanto, a compra dos materiais não foi autorizada, pois ultrapassou o prazo estabelecido para realização dos processos licitatórios e encerramento do exercício financeiro de 2007.

A Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos (CFE), responsável pela execução da Ação, têm por objetivo fiscalizar as construções, instalações, ampliações e funcionamento de estabelecimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras.

Foram fiscalizadas as atividades de mineração, abate de animais, frigorífico, lava jatos, limpeza de fossa, postos de combustíveis, indústrias, graxarias, cortumes, cerâmicas, aterros sanitários, lixões, esgotamento sanitário, oficinas mecânicas, Usinas Hidrelétricas, Pivôs, Poços Artesianos, Hospitais, Cemitérios e Pisciculturas, atividades agropecuárias.

As operações abrangeram todas as regiões de planejamento do Estado (Noroeste, Norte, Nordeste, Leste, Sudeste, Sul, Sudoeste, Oeste, Centro-Oeste, Centro, Noroeste II e Centro Norte) tendo sido emitidos, pela Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos, 510 Autos de Inspeção, 675 Notificações, 136 Autos de Infração, 10 Termos de Apreensão e 08 Termos de Embargo, totalizando R\$ 28.154.954,88 (Vinte e oito milhões cento e cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) em multas.

Salientamos que as 16 Diretorias Regionais (Aripuanã, Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Canarana, Colíder, Guarantã do Norte, Juara, Juína, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Rondonópolis, São Felix do Araguaia, Sinop, Tangará da Serra e Alto Araguaia) da Superintendência de Ações Descentralizadas (SUAD/SEMA) atuam na fiscalização de empreendimentos de atividades potencialmente poluidoras.

As dificuldades encontradas durante a execução desta ação foram: carência de recursos humanos, equipamentos (GPS, máquina fotográfica digital, carregador de pilhas, pilhas recarregáveis, impressora colorida, etc.) e veículos. O número de técnicos lotados na Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos (CFE) foi insuficiente para atender a demanda por fiscalização no Estado de Mato Grosso. Os equipamentos necessários à realização dos trabalhos, tais como GPS, Máquina Fotográfica e veículos não foram suficientes para proporcionar condições de trabalho ideais.

As decisões que nortearam a implementação desta ação foram tomadas com base nos valores previstos no Plano de Trabalho Anual (PTA), durante reuniões com os responsáveis por cada medida, e tendo como referência os relatórios técnicos elaborados pelas equipes. O objetivo específico desta ação, que é reduzir os impactos causados pelas atividades poluidoras, foi atingido, possibilitando a melhoria da qualidade de vida das populações no entorno dos empreendimentos causadores de poluição, com ações inibidoras e educativas.

Quanto a vistoria das áreas impactadas por acidentes com produtos perigosos abrangeram as seguintes regiões:

Região 0100 - Colniza

Atividades realizadas

Vistoria e fiscalização envolvendo acidentes com produtos químicos por uma equipe composta por dois técnicos, onde foram avaliados prejuízos e impactos ambientais ao local dos desastres, lavrado os autos de infrações.

Região 0300 - Confresa

Atividades realizadas

Atendimento a acidentes com produtos perigosos, onde foi realizada, a retirada do material e transportada ao local apropriado, em seguida feita a vistoria para apurar possíveis irregularidades de transporte desses produtos perigosos e lavrados autos de infração pertinentes.

Região 0500 - Rondonópolis, Primavera do Leste, Alto Garças



Atividades realizadas  
 Atendimento a acidente de veículo que transportava produtos perigosos, onde foi feita a retrada do material e transportado para local apropriado, realizado o vistoria para apurar possíveis irregularidades no transporte e na falta de equipamentos de segurança.  
 Região 0600 - Baixada Cuiabá, Planalto da Serra  
 Atividades realizadas  
 Atendimento a acidentes em diversos pontos da região, como vazamento de amônia em frigorífico com, tombamento de veículos que transportavam produtos perigosos.  
 Operação Carga Perigosa que mobilizou parceiros na fiscalização de transporte com produtos perigosos, tais como: Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, realizando Blitz de conscientização aos motoristas que transportam esse tipo de carga, orientando inclusive quanto às medidas de segurança.  
 Região 0700 - Pontes e Lacerda  
 Atividades realizadas  
 Realizada vistoria em áreas impactadas na região por produtos químicos, que foram utilizados de maneira incorreta principalmente na agricultura causado prejuízos ao meio ambiente.  
 Região 0800 - Tangara Serra  
 Atividades realizadas  
 Foram realizadas diversas visitas a empresas da região para vistoriar áreas impactadas por desastres ambientais com produtos químicos.  
 Acidentes nas rodovias da região que transportavam produtos químicos, onde foram realizadas vistorias e laudos de infração.



## Programa

**Programa:** 0180 - GESTAO DE BIODIVERSIDADE

**Objetivo do Programa:** PROTEGER AREAS DOS ECOSISTEMAS MAIS EXPRESSIVOS DO ESTA DO DE MATO GROSSO, PROMOVENDO A CORRETA UTILIZACAO E A

**Und.Resp.Programa:** 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

**Resp. Programa:** ELIANI FACHIM

Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
2007	PESQ.APLICADAS P/VALORIZACAO DOS PRODUTOS DA BIODIVERSI	0	unidade	0	30	0	17/12/2004
2007	UNIDADES DE CONSERVACAO COM SITUACAO FUNDIARIA REGULARI	anual	hectare	335310	957000	336.421.69informar	26/2/2008
2007	UNIDADES DE CONSERVACAO IMPLANTADAS E GERIDAS INTEGRALM	anual	percentual	0	10	4	26/2/2007

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
1.757.243,61	1.948.684,86	1.136.262,85	0,00	64,66	58,31

### Avaliação de resultados e da execução do programa:

Foram desenvolvidas ações de manejo e monitoramento como a elaboração de plano de manejo, regularização fundiária, fiscalização e estudos técnicos que contribuíram para a conservação de amostras significativas dos biomas existentes no Estado: pantanal, cerrado e floresta. O envolvimento e a participação da sociedade na gestão e manejo das áreas protegidas, em especial as unidades de conservação através de seus Conselhos Gestores, constituiu uma importante ferramenta implantada para o alcance dos objetivos do Programa. Embora os indicadores não tenham alcançado integralmente os índices propostos, os resultados atingidos foram fundamentais para assegurar a conservação de áreas ecologicamente importante para a conservação e um significativo grau de satisfação por parte da sociedade- turistas/visitantes/usuários. O programa se desenvolveu de forma satisfatória, com um excelente desempenho técnico na execução das atividades embora tenha ocorrido dificuldades no que se refere à recursos humanos e disponibilização de materiais e equipamentos e infra-estrutura física.

### Indicadores:

A regularização fundiária das unidades de conservação estaduais tem se realizado através de recursos oriundos da compensação ambiental por significativo impacto ambiental e por compensação de área de reserva legal degradada por área em unidades de conservação, no exercício fiscal de 2007 nenhuma das formas de compensação, primeiramente por não ter tido recursos de compensação pela implantação de empreendimento com significativo impacto ambiental e segundo pela não apresentação de documentação nos processos de compensação de reserva legal ( mapa digital, certidões negativas de débito). Vale ressaltar que o indicador, unidades de conservação com situação fundiária regularizada, no exercício de 2007, não foi apurado corretamente, 992,04 há, sendo que o índice correto é o apurado neste exercício de 2008, 1.111,69 há, que somado com o índice inicial perfaz o valor de 335.421,69 há. No que se refere ao índice unidades de conservação implantadas e geridas integralmente, não houve avanço no indicador especialmente por estar atrelado a regularização fundiária das unidades de conservação e a disponibilização de recursos humanos.

### Recomendações:



### Ações do Programa

#### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1547 - ELABORACAO DE PLANOS DE MANEJO PARA AS UCS ESTADUAIS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> ESTABELECEER ESTRATEGIAS NORMAS E DIRETRIZES PARA O MANEJO ADEQUADO PARA AS UNIDADES DE UCS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PLANO ELABORADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
9	9	1	11,11	11,11

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	690.679,70	597.498,95	538.755,42	0,00	78,00	90,17
109	157.006,00	207.006,00	3.925,00	0,00	2,50	1,90
240	341.119,85	550.819,85	454.769,56	0,00	133,32	82,56
Todas	1.188.805,55	1.355.324,80	997.449,98	0,00	83,90	73,59

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0900 - CENTRO OESTE	0
0200 - NORTE	0
0100 - NOROESTE	0
0600 - SUL	1

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 A execução do plano de manejo do Parque Estadual Cristalino estava prevista para ser realizada com recursos provenientes do PROECOTUR/MMA. Foi realizado processo licitatório pelo MMA, porém as propostas financeiras das empresas concorrentes extrapolaram o montante de recursos previstos. Desta forma o plano de manejo para o parque não foi realizado. Através de articulação técnica com o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA foi alocado recursos financeiros para a elaboração do plano de manejo para o Parque Estadual Cristalino para o exercício de 2008.  
 O plano de manejo para a APA - Nascentes do Rio Paraguai não foi executado pela baixa capacidade operacional em decorrência da insuficiência de recursos humanos frente a demanda de trabalhos existentes na coordenadoria de unidades de conservação. O recurso previsto para acompanhamento da execução desta ação (diárias) foi utilizado para a participação de técnicos da Coordenadoria de Unidades de Conservação V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, evento de relevante importância fortalecimento das ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Unidades de Conservação -CUC uma vez que propicia o intercâmbio de informações, experiências, capacitação através da participação em painéis e a discussão sobre estratégias de conservação diante de novas perspectivas econômicas e sociais. Vale ressaltar, que a participação no referido Congresso contribuirá indiretamente para o desenvolvimento da Ação:Elaboração de Plano de Manejo para a Área de Proteção Ambiental -APA Nascentes do rio Paraguai, uma vez que serão discutido no evento temas como : A sociedade como elemento-chave para a conservação da natureza, Unidades de conservação para o século XXI, Sustentabilidade econômica das unidades de conservação e Unidades de conservação no contexto político entre outros.  
 O plano de manejo espeleológico para a Gruta da Lagoa Azul, localizada no Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul, não foi executado em virtude de não ter ocorrido em tempo hábil a adequação do roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo para cavernas e grutas por parte do IBAMA/CECAV para a realização de processo licitatório no exercício fiscal de 2007, tendo ficado a sua execução para o exercício de 2008.  
 O plano de manejo para a Estrada Parque Santo Antônio Barão de Melgaço foi concluído pela SINFRA.  
 O plano de manejo para a Estrada Parque Poconé Porto Cercado não foi executado em sua versão final, porém uma versão preliminar com recomendações de manejo está sendo utilizada pela SINFRA e CUC/SEMA-MT no manejo da referida unidade de conservação sem prejuízo para a conservação da mesma.  
 A elaboração do Plano de Manejo para o Parque Estadual Tucumã, Estação Ecológica do rio Roosevelt e rio Madeirinha e para a Estação Ecológica rio Flor do Prado, pelo Programa GEF - Fundo para o Meio Ambiente Mundial, teve o processo licitatório para contratação de STPJ iniciado no segundo semestre de 2007, não tendo sido concluído até o final do exercício do referido ano, ficando, portanto a execução desta ação para o exercício de 2008.  
 Ações de manejo como: monitoramento dos recursos naturais da unidade, acompanhamento dos trabalhos da gerencia, participação em reuniões públicas, monitoramento de incêndios florestais, invasão,desmatamento, uso e ocupação do entorno, e pesca e caça ilegal foram realizadas no: Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul ; Parque Estadual Encontro das Águas Parque Estadual da Serra Azul,Parque Estadual Dom Osório Stoffel, Parque Estadual Águas do Cuiabá, Parque Estadual do Araguaia, Parque Estadual Cristalino, Parque Estadual Serra de Ricardo Franco, Parque Estadual do Tucumã, Parque Estadual do Xingu, Área de Proteção Ambiental -APA Estadual Chapada dos Guimarães.  
 Mediante o exposto acima, informamos que das nove metas propostas para o ano de 2007, uma foi plenamente atingida. É possível indicar duas razões para o não cumprimento total das metas:



a) o baixo efetivo de pessoal para executar essas ações, haja vista que a Coordenadoria de Unidades de Conservação (UCs) dispõe de nove analistas de meio ambiente e dois agentes de meio ambiente, que são responsáveis pelo planejamento e execução de ações que envolvem 42 unidades de conservação estaduais. Essas UCs equivalem a uma área de 2.735.745,000 hectares. Cabe informar que apenas no final do segundo semestre de 2007, que os gerentes de unidades de conservação foram qualificados para atuar como um braço executivo da CUC. Sendo assim, o problema do baixo efetivo deve ser minimizado em 2008.

b) dificuldades identificadas ao longo dos trâmites pertinentes à elaboração de termos de referência, seleção de propostas e a própria execução dos estudos. Deve-se ressaltar que essas etapas podem durar entre seis meses a dois anos.

<b>Ação:</b> 1549 - IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURA NAS UCS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> DOTAR AS UNIDADES DE CONSERVACAO DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE AO SEU ADEQUADO MANEJO.				
<b>Descrição da Meta Física:</b>				
<b>Unidade de Medida:</b>				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
0	0	0	0	0

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Todas	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0200 - NORTE	0

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 A implantação de infra-estrutura no Parque Estadual Cristalino prevista para acontecer dentro do Programa Áreas Protegidas da Amazônia ARPA, não aconteceu pelo fato do repasse de recursos pelo Programa para o Estado ter ficado fechado até outubro de 2007 em virtude da proposta de desafetação da área do parque pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, não sendo possível realizar em tempo hábil processo licitatório via Fundo Nacional da Biodiversidade - FUMBIO / MMA., para execução desta ação.

<b>Ação:</b> 1550 - MONITORAMENTO E REGULARIZACAO PATRIMONIAL DOS IMOVEIS LOCALIZADOS EM UNIDADES DE CONSERVACAO ESTADUAIS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> ESCRITURAR AS TERRAS CONTIDAS NA UC EM NOME DA SEMA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> UNIDADE DE CONSERVACAO ESCRITURADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
6	6	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	11.718,00	855,00	855,00	0,00	7,30	100,00
240	12.726,00	12.726,00	2.090,00	0,00	16,42	16,42
245	380.894,75	380.894,75	0,00	0,00	0	0
Todas	405.338,75	394.475,75	2.945,00	0,00	0,73	0,75

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	0
0400 - LESTE	0
0300 - NORDESTE	0
0700 - SUDOESTE	0
1200 - CENTRO NORTE	0



**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Não ocorreu desapropriação de propriedade nos limites do Parque Estadual da Serra Azul, com recursos provenientes de compensação por significativo impacto ambiental por ter estado em análise pela Procuradoria Geral do Estado ,até novembro de 2007 três processos de desapropriação, quando então a Coordenadoria de Unidades de Conservação através da Gerencia de Regularização Fundiária teve ciência da contestação da avaliação fundiária feita pela SEMA-MT por parte da PGE-MT. Esta contestação da PGE já foi rebatida pela SEMA-MT, uma vez que as propriedades embora estejam inseridas no interior do Parque Estadual da Serra Azul também encontram em área urbana uma vez que o parque em sua porção sul faz limite com a área urbana do município de Barra do Garças.Ficando portanto estas desapropriações para o ano de 2008.  
 A regularização patrimonial de imóveis nos parques do Araguaia, Serra de Ricardo Franco, Tucumã, Juruena não foi realizada por não ter sido implantado na região destas unidades nenhum empreendimento com significativo impacto ambiental que resultasse na destinação de recursos destinado para este fim, tendo sido realizada avaliação fundiária somente de uma propriedade no Parque Estadual Serra de Ricardo Franco, visando subsidiar processo de solicitação de indenização em tramite na Subprocuradoria de Defesa do Meio Ambiente. Vários processos de compensação ambiental de reserva legal degradada por área nestas unidades de conservação foram analisados pela coordenadoria de unidades de conservação, no entanto nenhum deles resultou em regularização patrimonial por apresentarem pendências documentais por parte de seus proprietários.( Certidões Negativas de Débito junto a Receita federal, Estadual Municipal, carta imagens entre outros)  
 A meta física prevista após créditos de 200 não é condizente com a meta prevista na LOA 2007 que é para 06 (seis) unidades de conservação estaduais, muito embora tenha havido remanejamento este não interferiu na execução física, até mesmo porque a regularização patrimonial é feita para a unidade de conservação e o Estado possui somente 40 ( quarenta) unidades de conservação estaduais.  
 O valor de R\$ 2.945,00, foi utilizado para o pagamento de diárias destinadas a ações de monitoramento e estudos fundiários, vistorias e pericias da comissão fundiária para regularização de unidades de conservação das regiões leste e centro-norte do Estado. Como exemplo, menciona-se a avaliação de benfeitorias em propriedades rurais presentes no Parque Estadual da Serra Azul.

**Ação:** 2346 - FISCALIZACAO NAS UCS E SEUS ENTORNOS **Tipo de Ação:** Atividade  
**Unidade Resp.Ação:** 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
**Objetivo Especifico:** COIBIR ACOES ILEGAIS NAS UNIDADES DE CONSERVACAO.  
**Descrição da Meta Física:** OPERACAO DE FISCALIZACAO REALIZADA  
**Unidade de Medida:** UNIDADE

Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
15	15	20	133,33	133,33

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	0,00	23.065,00	23.065,00	0,00	0	100,00
109	75.950,00	75.950,00	62.114,61	0,00	81,78	81,78
240	0,00	30.780,00	30.495,00	0,00	0	99,07
Todas	75.950,00	129.795,00	115.674,61	0,00	152,30	89,12

**Região de Planejamento** **Qtd. Meta Física**  
 9900 - ESTADO **20**

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 PROGRAMA 180 - GESTÃO DE BIODIVERSIDADE

**AÇÃO 2346 - Fiscalização nas Unidades de Conservação e seus entornos**  
 DOTAÇÃO INICIAL LOA 2007: R\$ 75.950,00  
 DOTAÇÃO FINAL: R\$ 129.795,00

**ANÁLISE DA AÇÃO 2346**

Para a Ação 2346 - Fiscalização nas Unidades de Conservação e seus entornos, sob a responsabilidade da Superintendência de Ações Descentralizadas, o valor previsto no Plano de Trabalho Anual de 2007 foi de R\$ 75.950,00. As suplementações orçamentárias totalizaram R\$ 110.465,00, e as reduções R\$ 56.620,00, o que representou um acréscimo de R\$ 53.845,00 para o período de um ano, totalizando R\$ 129.795,00 de dotação orçamentária para esta Ação. As suplementações destinaram-se ao pagamento de diárias, tendo sido necessárias para dar continuidade às ações de fiscalização, sem conseqüências negativas para o cumprimento de metas e objetivos. O Estado de Mato Grosso possui 42 Unidades de Conservação sob a responsabilidade da Coordenadoria de Fiscalização de Unidades de Conservação ( CFUC/SUAD). O principal problema enfrentado durante a execução desta ação esteve relacionado à falta de recursos humanos e materiais, problema que está sendo solucionado para o exercício 2008. O número de técnicos lotados na Coordenadoria de Fiscalização de Unidades de Conservação, em 2007, foi insuficiente para atender a demanda por fiscalização nas Unidades de Conservação do Estado. Os equipamentos à disposição dos técnicos, tais como aparelhos de GPS, máquinas fotográficas e veículos não



foram suficientes para proporcionar às equipes a realização de trabalhos com qualidade e precisão. Parte importante no cumprimento das metas da Superintendência de Ações Descentralizadas é o esforço contínuo dos servidores para atender as demandas de fiscalização, objetivando coibir ações ilegais nas Unidades de Conservação e seus entornos e obter a melhor relação custo-benefício dos recursos humanos e materiais de que dispõe, com a finalidade de não comprometer a qualidade dos serviços prestados.  
 O gerenciamento da ação se deu através de reuniões com os responsáveis por cada medida, tendo como suporte os relatórios técnicos elaborados ao término de cada operação. As decisões foram tomadas tendo como referência as denúncias recebidas, as metas físicas e os valores previstos no Plano de Trabalho Anual de 2007.  
 Foram emitidos, ao longo de 2007, 52 notificações, 45 autos de inspeção, 13 autos de infração e 02 termos de embargo. Foram fiscalizadas as seguintes Unidades de Conservação: Estada Parque Transpantaneira, Parque Estadual do Guirá, Parque Estadual Encontro das Águas, Parque Estadual do Araguaia, Reserva Ecológica de Apiacás, Parque Estadual da Gruta da Lagoa Azul, Reserva Ecológica do Rio Culuene, Parque Estadual das Águas Quentes, Estação Ecológica do Rio Ronuro, Parque Estadual Serra de Ricardo Franco e Parque Estadual do Igarapés do Juruena.  
 A Coordenadoria de Fiscalização de Unidades de Conservação realizou trabalhos de fiscalização em conjunto com a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, na Estrada Parque Transpantaneira.  
 O objetivo específico desta Ação foi atingido, que é coibir ações ilegais nas Unidades de Conservação e seus entornos.

**Ação:** 2347 - APLICACAO DE INSTRUMENTOS ECONOMICOS NA GESTAO AMBIENTAL **Tipo de Ação:** Atividade  
**Unidade Resp.Ação:** 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
**Objetivo Especifico:** APLICAR OS INSTRUMENTOS ECONOMICOS NA GESTAO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES RURAIS SELECIONADAS COM BASE NO DIAGNÓSTICO DE VALORAÇÃO ECONÔMICA DE SERVIÇOS ATIVOS AMBIENTAIS  
**Descrição da Meta Física:** INSTRUMENTOS ECONOMICOS APLICADOS  
**Unidade de Medida:** UNIDADE

Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	2	1	50,00	50,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	11.424,97	4.099,97	3.262,54	0,00	28,56	79,57
240	11.531,32	11.531,32	715,72	0,00	6,21	6,21
Todas	22.956,29	15.631,29	3.978,26	0,00	17,33	25,45

**Região de Planejamento** **Qtd. Meta Física**  
 0100 - NOROESTE **1**

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Como os recursos previstos para a execução das atividades de gestão ambiental na região Noroeste eram insuficientes, a superintendência de Biodiversidade aprovou recursos junto ao Global Environment Facility - GEF para o desenvolvimento de ações visando definir estratégias de mercado para PFNM e produtos de SAFs do Estado de Mato Grosso. As ações e os recursos aplicados pelo Projeto de Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade nas Florestas de Fronteira do Noroeste de Mato Grosso - BRA/00/A/IG-GEF, são coordenados pela SEMA, porém os recursos financeiros não entram no orçamento da SEMA. Uma das estratégias deste Projeto foi a criação e implementação do Programa Integrado da Castanha - PIC. Este programa teve seu foco inicial no incentivo a processos de gestão ambiental em Terras Indígenas da região noroeste de Mato Grosso. Atualmente o Programa Integrado da Castanha tem um caráter transversal, indo além do componente indígena, buscando em sua estratégia o desenvolvimento de ações de valorização econômica das áreas de reserva legal dos assentamentos, bem como o trabalho na RESEX Guariba Roosevelt desenvolvendo além dos trabalhos com a Castanha-do-Brasil, ações para ampliar o leque de produtos florestais não madeireiros inclusos, como o óleo de copaíba e o látex, bem como o manejo de produtos madeireiros, através do aproveitamento de madeira nos roçados dos assentamentos.

**Produtos:**

1. A primeira etapa para se avaliar os estoques dos Produtos Florestais Não Madeireiros na região noroeste foi realizar o levantamento da situação das políticas de fomento ao manejo e comercialização de PFNM no Estado de MT e do mercado da castanha em casca, em amêndoa e óleo. O cenário geral do Mercado da Castanha-do-Pará nos últimos três anos indicou uma queda acentuada nos preços, quando comparado com preços praticados no segundo semestre de 2004. E essa queda de preços no mercado internacional se refletiu com a mesma magnitude no comércio doméstico. Tal situação levou a crises sistêmicas nas empresas de beneficiamento de castanha-do-pará que passaram a operar no prejuízo. Isso tudo se refletiu no mercado da castanha in natura com casca, isto é, na matéria-prima básica das indústrias castanheiras. Dessa forma, os fornecedores primários (extrativistas, agricultores familiares e comunidades indígenas) também foram diretamente afetados, com os preços caindo de um patamar de R\$ 14-16/lata (unidade padrão do comércio da castanha bruta = 10 Kg) em 2004 para R\$ 10/lata em 2006/2007;
2. A segunda etapa consistiu na realização do levantamento das espécies com potencial econômico junto aos agricultores familiares, grupos indígenas e de extrativistas. Foram definidas as seguintes potencialidades e interesses pelos grupos no contexto de se estabelecer parcerias entre os povos da floresta:

**Grupo PFNM**  
 Zoró Castanha do Brasil, óleo de copaíba e manejo florestal madeireiro.



Rikkaktsa Castanha do Brasil e látex  
Arara do Rio Branco Castanha do Brasil e látex e manejo florestal madeireiro.  
Seringueiros dos Rios Guariba e Roosevelt Castanha do Brasil, óleo de copaíba e látex  
Agricultores familiares do Assentamento  
Vale do Amanhecer Castanha do Brasil, óleo de copaíba e manejo florestal madeireiro.  
Agricultores familiares do Assentamento Juruena Castanha do Brasil e óleo de copaíba

Nos grupos integrantes do Programa Integrado da Castanha – PIC foram levantados a situação atual da coleta e armazenamento da castanha. O grupo indígena Rikkaktsa e Zoró está colhendo castanha nas áreas da aldeia. Essa ação está articulada a um empréstimo obtido da CONAB na modalidade de compra antecipada para formação de estoque, que está viabilizando as operações de manejo e comercialização da castanha. Com o grupo indígena Araras, assim como, no PA Juruena, Resex Guariba-Roosevelt foi possível avaliar a qualidade da castanha que se encontrava estocada. Foram verificadas também as condições de armazenamento e da sacaria. No PA Vale do Amanhecer foi discutida a possibilidade de construção de uma indústria de beneficiamento de castanha, a qual seria equipada com secador rotativo, quebradores de castanha, máquina para embalagem à vácuo, etc. Tal indústria seria construída com recursos oriundos de um projeto apresentado ao INCRA para obtenção de recursos. O novo modelo de organização adotado a partir da constituição dos coordenadores da castanha, junto com as melhorias estruturais implantadas, elevou a coleta e beneficiamento da castanha de 15 toneladas na safra de 2002/2003 para 180 toneladas na safra 2006/2007. A instalação de uma fábrica para beneficiamento da castanha pode trazer benefícios em termos de agregação de valor ao produto além de representar um avanço não só para a comunidade do PA Juruena, mas também para outros grupos envolvidos no Programa Integrado da Castanha – PIC. A operacionalização dessa indústria, exige tanto o conhecimento técnico das funções operacionais como conhecimento sobre operação de mercado como abertura de mercado (representantes comerciais nas principais praças consumidoras), logística (frete, entrega no prazo), financiamento (vendas a prazo, frete incluído no preço final, recursos antecipados para compra de matéria-prima), questão tributária, e finalmente qualidade dos produtos finais.

3. O levantamento das Políticas Públicas Federais e Estaduais de Fomento a Comercialização de PFMN indicou que de forma geral as políticas existentes foram consideradas incipientes e de alcance limitado. A exceção está sendo implementada pelo estado do Acre, onde o governo do Estado mobiliza efetivamente suas instituições em prol de um avanço e desenvolvimento do mercado dos produtos da floresta. Nos outros estados da região da Amazônia, pouca efetividade tem havido nas políticas públicas direcionadas para esse setor produtivo, seja no âmbito tributário, seja no âmbito de mobilização das suas instituições para a capacitação dos atores envolvidos com essa cadeia ou mesmo para o desenvolvimento tecnológico da mesma. Na esfera federal, destaca-se o Programa de aquisição antecipada de produtos agropecuários executado por intermédio da CONAB. Tal programa permite tanto a viabilidade financeira para desencadear o processo de coleta da castanha no início da safra (cobrir os custos iniciais da coleta) quanto promove um incentivo a essas comunidades com o aceno de uma remuneração minimamente satisfatória. No estado do Mato Grosso cabe destacar duas iniciativas que contribuíram para o desenvolvimento da cadeia produtiva da Castanha-do-Brasil, sendo uma medida na área tributária e outra na área de Pesquisa e Desenvolvimento. No âmbito tributário destaca-se o decreto 1944/89 do RICMS-MT (artigo 333, inciso II) que determina um percentual diferenciado de ICMS das operações de comércio de Castanha-do-Brasil com casca para vendas dentro do estado. Esta medida gera uma desoneração para os produtos de castanha para os grupos indígenas, extrativistas e assentados que comercializam a castanha. Tal medida efetivamente gera uma economia para tais comunidades num valor de 18% do preço bruto do produto. Na área de P&D cabe destacar o apoio e investimento de recursos por parte da FAPEMAT para desenvolvimento tecnológico da agroindústria da castanha. O apoio desse órgão estadual resultou no desenvolvimento de produtos derivados da Castanha-do-Brasil de grande valor agregado, inéditos no mercado, tais como o azeite extra-virgem, creme e granulado parcialmente desengordurado de castanha;

4. Planejamento conjunto das ações a serem executadas no Programa Integrado da Castanha – PIC, voltadas para o manejo da Castanha-do-Brasil e outros produtos florestais não madeireiros, como látex e óleo de copaíba, visando à operacionalização das cadeias produtivas destes produtos para 2007/2008;

6. Para se realizar a avaliação dos estoques dos Produtos Florestais Não Madeireiros e produtos de Sistemas Agroflorestais na região Noroeste foram implementadas inicialmente trinta unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais (SAF's), nos municípios de Juína, Castanheira, Juruena, Aripuanã, Cotriguaçu, Colniza como estratégia de difusão das ações do projeto. As Unidades demonstrativas foram monitoradas através da ferramenta desenvolvida e aplicada em parceria com os técnicos e agricultores da região. Com os dados gerados por este monitoramento realizado nos municípios participantes do projeto, verificou-se que até 50% das 129 espécies presentes nos SAF's são de nativas lenhosas arbóreas oriundas de regeneração espontânea, e que são incentivadas pelos agricultores. O monitoramento indica ainda que fragmentos funcionais desempenhem nas UD's, um papel importante como introdutores de espécies nativas, resultando uma maior diversidade nos SAF's.  
Tarefa: 2 - Realização de seminário visando definir estratégias de mercado para PFMN e produtos de SAFs na região Noroeste I. R\$ 9.309,23  
Responsável: Eulinda Prazo: 01/02/2007 até 30/08/2007

Procedimentos: Mobilização da administração municipal, agricultores familiares, população tradicional e indígenas, empresas e agências de cooperação no município de Juína, apresentação de projetos elaborados pela equipe de consultoria, discussão sobre propostas apresentadas nos projetos.

Produtos:

1. Seminário de intercâmbio de experiências em boas práticas de manejo e comercialização de PFMN entre os grupos e instituições que participam do Projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Florestas de Fronteira do Noroeste de Mato Grosso. Além disso, foram realizadas avaliações dos resultados até o momento do Programa Integrado da Castanha – PIC para, a partir daí, realizar um planejamento conjunto das ações a serem executadas até o final de 2007. Esse seminário propiciou a discussão e o planejamento balizado nos seguintes eixos temáticos:  
Castanha do Brasil: i) o planejamento das ações previstas de certificação orgânica da castanha do Brasil, ii) uma discussão sobre o pagamento dos empréstimos da CONAB e perspectivas de novos financiamentos para safra 2007/2008 e iii) uma discussão sobre as parcerias potenciais;  
Látex: parceria com a Michelin do Brasil para a execução de um programa de apoio à revitalização do manejo e comercialização do látex da seringa (hevea brasiliensis), foram planejadas ações voltadas para a produção do ano de 2007;  
Óleo de copaíba: a Cooperativa Mista do Rio Guariba, através de parceria com a UFMT e iniciativa privada, está implantando uma usina



de óleos finos no Rio Guariba e sendo prevista a aquisição de óleo de copaíba;  
Assessoria técnica: i) ao manejo florestal comunitário, ii) para a implementação de sistemas agroflorestais em áreas desmatadas e iii) em ações de educação para a conservação e gestão de recursos hídricos;

2. Realização de 02 (duas) oficinas de capacitação, avaliação e planejamento participativos para 30 coordenadores da castanha e representantes das associações com carga horária de 20 h, objetivando: i) discussão e capacitação sobre temas relacionados à qualidade dos PFMN e gestão de mercados e ii) geração de subsídios para o desenvolvimento de planos de negócios para os grupos envolvidos no projeto;  
pessoas.

Temas Abordados nas oficinas de capacitação:

Qualidade da castanha: coleta rápida, secagem e boa armazenagem, incluindo o local físico adequado, bem como, as embalagens adequadas; Mercado da castanha: evolução do mercado nos últimos três anos (tendência de queda de preços), com destaque para os bons preços conseguidos pelos grupos atendidos pelo PIC, contatos já feitos com compradores potenciais (La Violetera e Supermercado COMPER), negociação sobre mercado potencial para a exportação. Relação direta entre novos mercados (exportação) x qualidade da castanha: buscar novos compradores para a castanha, considerando a restrição fitossanitária para entrada de castanha nos mercados europeu e americano. Com a melhoria na qualidade da castanha, discutiu-se a possibilidade de atender as demandas do mercado norte-americano, sendo este menos restritivo do que o mercado europeu no que se refere aos níveis aceitáveis de aflatoxina. Estrutura física x qualidade da castanha: possibilidade de instalação de secadores rotativos nas áreas dos grupos atendidos pelo PIC. Segundo os participantes, essa estratégia garantiria um avanço na qualidade da castanha. Certificação da Castanha-do-Brasil: possibilidade de certificação pela ECOCERT nas comunidades Indígenas Rikkaktsa, Arara do Rio Branco e Zoró, Assentamento Vale do Amanhecer e RESEX Guariba-Roosevelt.

3. Participação no SEMINÁRIO REGIONAL - CADEIAS DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE: AGREGAÇÃO DE VALOR E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADO SUSTENTÁVEL, realizado em Belém -PA no período de 26 a 28 de Setembro de 2007.

Este Seminário foi parte integrante do processo de coleta de subsídios das diferentes comunidades envolvidas com os produtos florestais não madeireiros, buscando contribuir para o desenvolvimento de mercados sustentáveis e agregação de valor às cadeias de produtos florestais não madeireiros (sociobiodiversidade), promovidos pelos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social.

O Seminário foi organizado pelo MMA (SBF, SEDR, SFB, ICB), MDA (SAF, SDT, INCRA), MDS (SAIP), FUNBIO, GTZ, SEBRAE, MME (Luz para Todos) e parceiros regionais, contando com o apoio do MDIC (ABDI), MCT (APL), MAPA (Conab, Embrapa), CEBDS, Chesf, Eletrosul, Eletronorte, Furnas, Itaipu, SENAR, ISA e parceiros regionais.

Participaram do Seminário, pesquisadores, representantes dos produtores familiares e de povos e comunidades tradicionais, órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), ONGs e setor empresarial.  
O Seminário Regional seguiu os princípios do enfoque participativo / construção participativa que procura reunir técnicas e instrumentos que facilitem o processo de debate e de intercâmbio de experiências entre os participantes.

Os trabalhos em grupos foram organizados de forma seqüencial, precedidos pelas palestras motivadoras e debates em plenária. O primeiro trabalho focou aspectos conceituais e de orientação, sendo que os demais foram dirigidos para a formulação de propostas para assistência técnica, crédito e fomento, pesquisa e tecnologia, marcos regulatórios e arranjos institucionais. Foram geradas propostas que foram debatidas e validadas em plenária. As sessões plenárias aperfeiçoaram e validaram as propostas geradas nos grupos de trabalho.

Temas do Seminário:

Panorama geral e políticas públicas e privadas para as cadeias de produtos florestais não madeireiros (sociobiodiversidade) com formação de Grupos de Trabalho para o levantamento de lacunas e dificuldades para implementação regional, construção de propostas concretas (curto, médio e longo prazos) visando o aperfeiçoamento da estratégia política do governo federal.

Produção e beneficiamento nas cadeias de produtos Florestais não madeireiros (sociobiodiversidade): entraves, lacunas, potencialidades e oportunidades com formação - Grupos de Trabalho para construção de propostas concretas (curto, médio e longo prazos) que visem o incremento e melhoria das relações destas etapas das cadeias produtivas.

A agregação de valor nas cadeias de produtos florestais não madeireiros (sociobiodiversidade) - Grupos de Trabalho para construção de propostas concretas (curto, médio e longo prazos) visando estratégias para agregar valor aos produtos florestais não madeireiros (sociobiodiversidade).

Abertura, ampliação e estratégias para a conquista de mercados - Grupos de Trabalho para construção de propostas concretas (curto-médio e longo prazos) visando conquista e consolidação de mercados sustentáveis

Plenária Final para apresentação e discussão das propostas sintetizadas/relacionadas pelos grupos de trabalho e Sistematização Final das principais cadeias de produtos Florestais não madeireiros (sociobiodiversidade) de interesse do Bioma Amazônia Oriental.

Cadeias mais expressivas do Bioma Amazônia Oriental - a escolha das cadeias produtivas a serem trabalhadas deu-se pelo critério de significação econômica, ambiental e social. Em alguns casos foi considerado o conjunto (peixes, plantas ornamentais, plantas medicinais, etc.). As Cadeias prioritárias indicadas pela Plenária Final através de indicação de até três cadeias consideradas mais relevantes por participante: Açaí (32), Farinha/mandioca (25), Pescado (peixe, camarão, crustáceos, mariscos) (17), Artesanato (inclusive bio-jóias) das seguintes matérias-primas: fibras, palhas, fibra de açaí, cerâmica, madeira, balata, pedra, cipó, pupunha, sementes (16), Óleos (andiroma, copaíba, dendê, pracaxi) (12), Plantas medicinais e aromáticas (11), Mel (10), Frutas (caju, bacuri, maracujá, taperebá, miriti, graviola, tucumã, bacaba, cupuaçu, murici, abacaxi, frutos do cerrado, bacuri, mangaba, mirim, pequi, buritirana, manga) - in natura, preparo de doces e polpas (7), Babaçu (6), Castanha do Para (3), Miriti (3), Cupuaçu (2), Ecoturismo (2), Muru Muru (1), Fibras (1).





4. Seminário de elaboração participativa da ferramenta de monitoramento dos Sistemas Agroflorestais do Projeto, para ser utilizada nas unidades demonstrativas de SAFs, tendo sido treinados 25 técnicos do governo do Estado e dos Municípios.

5. Seminário para apresentação da Ferramenta e resultados do Monitoramento envolvendo 30 técnicos das agências governamentais do Estado e dos Municípios;

6. Foram implementados 1.000 hectares de sistemas agroflorestais distribuídos em 11 assentamentos beneficiando 800 famílias em 6 (seis) municípios no entorno de áreas protegidas, onde a pupunha foi cultivada como a principal espécie-chave, sendo comercializada a produção de 350.000 unidades de palmito.

Tarefa: 3 - Avaliar os estoques dos Produtos florestais não madeiráveis e produtos de Sistemas agroflorestais na região Centro-Oeste. 0,00 Responsável: Eulinda Prazo: 01/01/2007 até 30/06/2007  
A região de planejamento Centro - Oeste se refere na verdade a região Centro - Norte.

Procedimentos: Identificação de áreas pilotos para levantamento do potencial de exploração dos PFNMs e produtos de SAFs; seleção de espécies com potencial econômico; elaboração de um programa de uso sustentável (critérios técnicos e científicos); levantamento dos obstáculos na comercialização dos produtos.

Produtos: A primeira etapa para se avaliar os estoques dos Produtos Florestais Não Madeireiros na região Centro Norte foi realizar o levantamento visando caracterizar as principais limitações/gargalos e potencialidades, vantagens competitivas e oportunidades na produção, no beneficiamento e na comercialização dos produtos no município de Sinop, Itaúba e Carlinda.

Levantamento nos municípios  
Foram identificados 25 artesões que estão trabalhando com Resíduos de Madeira e Bijuterias com sementes e resíduos de madeira. Os problemas relatados na coleta, beneficiamento da matéria prima: não existe cultura de coleta de semente, insuficiência de Treinamento para catadores de sementes: açai, Jatobá, Bacaba Pau -Brasil falso, tamarindo timburi ou orelha de negro, os artesões não conseguem ter escala de produção, artesões trabalham com medo da SEMA e IBAMA, dificuldade para emitir as notas para transportar os produtos da madeira.  
O Sindicato de Produtores Rurais de Sinop congrega os grandes e médios produtores. Os pequenos produtores tem necessidade de assistência técnica. O Pinhão Manso poderia ser incentivado nas pequenas propriedades, sendo urgente usar as áreas já abertas. Outra alternativa seriam os projetos de MDL - custo de oportunidade, sendo necessário a implementação do ZEE como primeiro passo resolver os problemas de compensação e agregar valor na propriedades.

A Industria de Beneficiamento da castanha Rio Negro, (proprietário - Pedro Nascimento), adquiria as castanhas provenientes de Alta floresta, Itaúba, Carlinda , Colniza, Castanhal, Nova Monte Verde e Nova Bandeirante. A industria pagava R\$ 1,25 o Kg da castanha com casca, com previsão de renda de R\$1.000,00 por produtor, sendo realizado o beneficiamento de 13.000 kg de amêndoa /mês a partir de 32.500 kg de castanha fora do ouriço/mês.Eram gerados 200 empregos diretos. O município de Sinop não tem castanha em quantidade suficiente para comercialização em grande escala. A empresa foi fechada e o proprietário está tentando saldar as dividas para posteriormente reabri-la.

Em Itaúba, o Sr. Levino Heller, prefeito de Itaúba, relatou a inexistência de associações de catadores de castanha. Os catadores são individuais e não tem nenhum tipo de cadastro na prefeitura.Coletam a castanha de propriedades particulares com acertos de 15 % do total de castanha coletada. O comercio é realizado as margens da rodovia. Armazenam e vendem o ano inteiro. Os meses de maior comercialização são novembro a janeiro.

A continuidade das ações programadas não foi possível de executar devido a insuficiência de carros e motoristas para atender a demanda da SEMA.



Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0600 - SUL	2
9900 - ESTADO	1
0500 - SUDESTE	1
0700 - SUDOESTE	1

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**

A execução orçamentária de 30,33% do valor empenhado foi influenciada por diferentes fatores como, a disponibilidade reduzida de técnicos e limitação mensal de diárias e meio de transporte; a execução de aquisição de equipamentos aquém do previsto foi devido à morosidade no processo licitatório. Tais adversidades influenciaram no reduzido número de campanhas de campo e na execução da ação.

Entretanto, o uso de técnicas de sensoriamento remoto e estratégias de parcerias permitiram que se realizassem atividades como o mapeamento dos remanescentes de vegetação do Bioma Cerrado. O estudo baseado nos dados de desmatamento de 1992 a 2005 da SEMA-MT serviu para definir metodologia e índices de fragmentação para avaliação da vegetação remanescente do bioma. Ainda, quantificaram-se as áreas de cerrado e floresta para as unidades de conservação e para o Bioma. O mapa de vegetação remanescente foi sobreposto ao das Áreas Prioritárias do Bioma Cerrado (MMA 2007), onde se obteve um mapa de remanescentes de vegetação em área prioritária para a conservação. Os resultados foram disponibilizados na forma de relatório técnico.

No âmbito do Projeto Cerrado Sustentável, parceria entre TNC/SEMA/FAMATO, desenvolvido na Bacia do Rio Vermelho e São Lourenço (região 500), foram realizadas atividades de cadastramento de imóveis rurais, produção de base cartográfica em escala 1:25.000 com aquisição de imagens de satélite de alta resolução e georreferenciamento a campo.

Ainda com relação ao projeto Cerrado Sustentável foi desenvolvido Sistema de Informação Geográfica em ambiente ARCGIS para cadastramento das propriedades rurais e dois estudos, um intitulado Diagnóstico do Sistema de Produção na Sub-bacia do Rio São Lourenço Mato Grosso e outro Definição de um Manual Técnico Operativo de Recuperação de Matas Ciliares e Reserva Legal para o Bioma Cerrado na Bacia do São Lourenço, MT, Brasil. Os resultados foram disponibilizados no banco de dados da SEMA (cadastramento dos imóveis rurais) e na forma de relatórios, respectivamente.

Estudo sobre invasão biológica e plano de ação para erradicação de Leucena (Leucaena leucocephala (Lam. R. de Wit.) foi elaborado para a área de cerrado do Parque Estadual Massairó Okamura. O resultado foi disponibilizado na forma de parecer.

Através de cooperação técnica entre SEPLAN/SEMA/IBGE foi produzido o Mapa de Vegetação Natural para o Estado de Mato Grosso em escala 1:250.000 para aprimorar o licenciamento ambiental das propriedades rurais do Estado (SLAPR). Tal mapa auxiliará na determinação dos percentuais de Reserva Legal para as áreas de Floresta do Bioma Cerrado. Encontra-se em fase final de publicação através da SEPLAN e deverá ser disponibilizado para consulta pública no primeiro semestre de 2008.

Foram realizadas duas visitas técnicas para levantamento de processos erosivos em ambientes de alta fragilidade nos municípios de Chapada dos Guimarães e Araputanga onde se testou adaptação metodológica de cadastro de Erosão do Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT). Os resultados foram apresentados na forma de relatório técnico.

<b>Ação:</b> 3675 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO BIOMA CERRADO NO ESTADO DE MATO GROSSO	<b>Tipo de Ação:</b> Projeto			
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> REALIZAR DIAGNÓSTICO SOBRE A SITUAÇÃO DO BIOMA CERRADO NO ESTADO DE MATO GROSSO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> DOCUMENTO DISPONIBILIZADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
8	8	5	62,50	62,50

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	16.616,22	5.881,22	4.345,00	0,00	26,15	73,88
109	18.700,58	18.700,58	6.000,00	0,00	32,08	32,08
240	28.876,22	28.876,22	5.870,00	0,00	20,33	20,33
Todas	64.193,02	53.458,02	16.215,00	0,00	25,26	30,33



## Programa

<b>Programa:</b> 0182 - GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS								
<b>Objetivo do Programa:</b> IMPLANTACAO A GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS NAS BACIAS HI DROGRAFICAS MATOGROSSENSES DO RIO								
<b>Programa:</b> VERMELHO, GARCAS, CUIABA, SAO LOURENCO, TELES PIRES, COM VISTAS A DIMINUIR O USO DESSES RECURSOS								
<b>Und.Resp.Programa:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE								
<b>Resp. Programa:</b> LUIS HENRIQUE NOQUELI								
Indicadores:	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
	2007	NUMERO DE MUNICIPIOS PARTICIPANDO EM COMITES	anual	unidade	0	70	1	17/12/2004
	2007	NUMERO DE ORGANIZACOES DE BACIAS ATUANDO	anual	unidade	0	5	1	17/12/2004

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
3.013.331,51	3.715.973,30	2.087.520,47	0,00	69,28	56,18

### Avaliação de resultados e da execução do programa:

Neste exercício o programa de gestão de recursos hídricos, avançou na implementação dos instrumentos de gerenciamento, podendo citar a implantação da outorga e o acompanhamento na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, além de manter outras atividades de rotina, tais como o Licenciamento ambiental de poços tubulares e sistema de irrigação, a fiscalização dos recursos hídricos, o fomento à criação de comitês de bacias Hidrográfica, o monitoramento da qualidade da água e início da sistematização das informações sobre recursos hídricos. A razão de existir deste programa é o fortalecimento do sistema estadual de recursos hídricos (SEMA, CEHIDRO e comitês), e a implantação e operacionalização dos instrumentos de gestão, previstos na Lei 6945 de 05/11/1997 (Lei das águas), pode-se citar a efetiva atuação do CEHIDRO, cujas deliberações legitimam e descentralizam as decisões do Estado nas questões hídricas, servindo ainda de fórum de articulação entre o poder público, os usuários e a sociedade civil. Entre os instrumentos de gestão que estão sendo trabalhados, destaca-se a outorga de direito de uso de recursos hídricos, que é o principal instrumento de controle e tem como objetivo racionalizar o uso da água na bacia hidrográfica, garantindo seu uso sustentável. Com este controle, o poder público estará agindo de forma preventiva, evitando conflitos futuros e garantindo aos empreendimentos instalados ou a serem instalados, água em quantidade e qualidade aos seus projetos, sem comprometer meio ambiente. Foram encontradas dificuldades para a execução do programa em função da falta de uma estrutura adequada e o pequeno número de técnicos da Superintendência de Recursos Hídricos, sem contar que existem setores dentro de SEMA com prioridades, que disputam a parca estrutura logística disponível. Outras dificuldades encontradas na execução do PTA foi a morosidade dos processos de licitação, onde alguns não foram concluídos tais como: não publicação de relatórios de qualidade de água, não reforma do Laboratório de Monitoramento Ambiental, não aquisição de material permanente (notbook e datashow) e não aquisição de material de consumo para laboratório. Outro fato que tem atrapalhado o planejamento e por consequência sua execução é a disponibilização de fontes orçamentárias que não dispõem de recursos, acarretando transtorno na execução e na prestação de contas do programa.

### Indicadores:

Os indicadores "número de municípios participando de comitês" e "número de organizações de bacia atuando", não sofreram variação, onde se manteve o comitê dos Ribeirões Sapé e Várzea Grande e o único município que faz parte de comitê é Primavera do Leste. Isto demonstra que a sociedade não está sensibilizada ou informada o suficiente para se mobilizar e propor a criação de novos comitês bacia, e/ou o Estado deva repensar a estratégia para estimular a criação e manutenção deste comitês.

### Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

### Recomendações:



## Ações do Programa

### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1561 - FOMENTO A CRIAÇÃO DE ORGANIZACAO DE BACIAS					<b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE									
<b>Objetivo Específico:</b> OBTER UMA GESTAO COMPARTILHADA DOS RECURSOS HIDRICOS COM BASE NAS BACIAS HIDROGRAFICAS.									
<b>Descrição da Meta Física:</b> EVENTO REALIZADO									
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE									
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos					
5	5	5	100,00	100,00					

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	34.000,00	8.775,00	8.775,00	0,00	25,81	100,00
109	43.000,00	153.300,00	33.081,07	0,00	76,93	21,58
240	34.000,00	34.000,00	4.053,17	0,00	11,92	11,92
261	150.583,00	150.583,00	0,00	0,00	0	0
Todas	261.583,00	346.658,00	45.909,24	0,00	17,55	13,24

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0500 - SUDESTE	1
1200 - CENTRO NORTE	1
0700 - SUDOESTE	1
0600 - SUL	1
0400 - LESTE	1

### Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

Ação desenvolvida com objetivo de fomentar a criação de organizações de bacias através da sensibilização e mobilização da sociedade para a proteção dos corpos d'água e seu uso sustentável. O desenvolvimento desta ação foi considerado dentro do previsto pela equipe executora, por ter atingido a meta física programada, onde os objetivos propostos que era de realizar cinco seminários de recursos hídricos (região centro-norte/Sinop-01, região sudeste/Rondonópolis-01, região sudoeste/Cáceres 01, região leste/ Barra do Garças-01 e região sul / Cuiabá 01), com objetivo de chamar a população para a discussão e oportunizar a apresentação de trabalhos em prol da proteção e uso racional dos recursos hídricos pelos diversos setores (usuários, poder público, ONG's, academia, entre outros). Podem-se citar as tarefas executadas nesta ação a produção e divulgação de material informativo como Folders, Banners, Outdoors e a publicação de um conjunto de normas legais estaduais sobre recursos hídricos. A participação em reuniões no Comitê dos Ribeirões Sapé e Várzea Grande (região sudeste / Primavera do Leste). Participação em reuniões dentro e fora do estado para preparar a reunião do Colegiado do Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica que aconteceu em Foz do Iguaçu - PR com participação efetiva de representantes do poder público, comitê estadual e membros dos colegiados de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado. Orçamentária e financeira: da dotação inicial (R\$ 261.583,00), houve suplementação de R\$22.000,00, fonte 109 (09.07.2007, para preparação dos seminários de recursos hídricos), R\$ 70.000,00 fonte 109 (13.08.2007, para realização de seminários) e R\$18.300,00 fonte 109 (13.04.2007, para diárias e passagens) com anulação dos respectivos valores na ação 2358 sem prejuízo para a ação. Houve remanejamento dentro da mesma ação de R\$ 20.000,00 (08.08.2007, fonte 100, substituindo o serviço de consultoria por STPJ). O baixo percentual realizado em relação ao previsto é justificado pelos seguintes motivos:  
 - Não existência de recursos na fonte 261, cujo montante orçado foi de R\$150.585,00;  
 - Os recursos disponibilizados à Superintendência Administrativa da SEMA para pagamento de contratos (compra de combustível R\$ 5.500,00 e passagem aérea R\$ 36.000,00) provenientes da presente ação, provavelmente não foram usados.  
 - Não aquisição do material permanente (TR 002/2007, protocolo 109600/2007 de 02.04.2007) previsto na presente ação por ineficiência do processo de licitação.  
 - Redução da equipe técnica de seis para quatro pessoas.

<b>Ação:</b> 1562 - AVALIACAO DA DISPONIBILIDADE HIDRICA DE BACIAS HIDROGRAFICAS					<b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE									
<b>Objetivo Específico:</b>									
<b>Descrição da Meta Física:</b> BACIA AVALIADA									
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE									
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos					
0	0	0	0	0					



Govorno do Estado de Mato Grosso

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
261	91.050,00	91.050,00	0,00	0,00	0	0
Todas	91.050,00	91.050,00	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0600 - SUL	1
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Ação com objetivo de implementar o gerenciamento dos recursos hídricos das sub bacias da Bacia do Alto Paraguai, através das medidas de revitalização do rio Cuiabá, apoio no processo de elaboração da Política de Gestão e Proteção do Pantanal, manutenção do nível d'água das baias Chacororé e Siá-Mariana, apoio logístico para Superintendência de Recursos hídricos no processo de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos.	
Esta ação foi desenvolvida parcialmente, pois não houve recursos nas fontes 261 e 245 que dificultaram algumas medidas, entretanto houve avanço na implementação do gerenciamento da Bacia do Alto Paraguai, algumas atividades foram executadas no intuito de proteger a Bacia com ênfase no Pantanal Matogrossense quanto às questões hídricas, onde se pode citar duas vistorias em regiões assoreadas em rios do Pantanal (rio Piriguara / região sul), vistorias de diques construídos para controle de alagamento, além de duas viagens para realizar encontros públicos para apresentação e coleta de dados para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, que está sendo elaborado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, assim como cinco viagens para Brasília para participar de reuniões de trabalho para acompanhamento do PERH. Outra contribuição desta ação foi no processo de elaboração da Lei do Pantanal, onde foram realizadas várias reuniões internas e externas em conjunto com a Assembléia Legislativa para tal fim.	
A inexistência de recursos nas fontes 261 e 245 para esta ação inviabilizaram as tarefas de revitalização Rio Cuiabá, a manutenção dos diques nos canais que drenam as baias Chacororé e Siá Mariana, e a aquisição de imagens de satélite da região do Pantanal que estavam previstas.	
Orçamentário e financeiro: dotação inicial de R\$ 588.173,18, sendo R\$ 458.367,00 da fonte 261 e R\$50.000,02 as fonte 245, ou seja, 86,4% dos recursos orçados foram virtuais, não existiram, atrapalhando sobre maneira a execução da presente ação. Os R\$ 79.805,80 restantes foram parcialmente utilizados nas ações acima mencionadas.	
O valor empenhado pela fonte 261 de R\$ 186.996,62, não foi usado na execução da presente ação, e segundo informações da Coordenadoria Financeira da SEMA, este recurso foi devolvido para o Ministério do Meio Ambiente, por se tratar de sobras do Projeto PGAI - PPG-7, que terminou em 2006.	

<b>Ação:</b> 1564 - ADMINISTRACAO DE RECURSOS HIDRICOS - PANTANAL <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Especifico:</b>				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SUB BACIA GERENCIADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
6	6	1	16,67	16,67

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	9.071,36	5.362,27	5.322,31	0,00	58,67	99,25
109	36.400,00	36.400,00	9.770,00	0,00	26,84	26,84
240	34.334,80	34.334,80	9.343,30	0,00	27,21	27,21
245	50.000,02	50.000,02	0,00	0,00	0	0
261	458.367,00	458.367,00	186.996,62	0,00	40,80	40,80
Todas	588.173,18	584.464,09	211.432,23	0,00	35,95	36,18



Govorno do Estado de Mato Grosso

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0600 - SUL	1
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Ação com objetivo de implementar o gerenciamento dos recursos hídricos das sub bacias da Bacia do Alto Paraguai, através das medidas de revitalização do rio Cuiabá, apoio no processo de elaboração da Política de Gestão e Proteção do Pantanal, manutenção do nível d'água das baias Chacororé e Siá-Mariana, apoio logístico para Superintendência de Recursos hídricos no processo de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos.	
Esta ação foi desenvolvida parcialmente, pois não houve recursos nas fontes 261 e 245 que dificultaram algumas medidas, entretanto houve avanço na implementação do gerenciamento da Bacia do Alto Paraguai, algumas atividades foram executadas no intuito de proteger a Bacia com ênfase no Pantanal Matogrossense quanto às questões hídricas, onde se pode citar duas vistorias em regiões assoreadas em rios do Pantanal (rio Piriguara / região sul), vistorias de diques construídos para controle de alagamento, além de duas viagens para realizar encontros públicos para apresentação e coleta de dados para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, que está sendo elaborado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, assim como cinco viagens para Brasília para participar de reuniões de trabalho para acompanhamento do PERH. Outra contribuição desta ação foi no processo de elaboração da Lei do Pantanal, onde foram realizadas várias reuniões internas e externas em conjunto com a Assembléia Legislativa para tal fim.	
A inexistência de recursos nas fontes 261 e 245 para esta ação inviabilizaram as tarefas de revitalização Rio Cuiabá, a manutenção dos diques nos canais que drenam as baias Chacororé e Siá Mariana, e a aquisição de imagens de satélite da região do Pantanal que estavam previstas.	
Orçamentário e financeiro: dotação inicial de R\$ 588.173,18, sendo R\$ 458.367,00 da fonte 261 e R\$50.000,02 as fonte 245, ou seja, 86,4% dos recursos orçados foram virtuais, não existiram, atrapalhando sobre maneira a execução da presente ação. Os R\$ 79.805,80 restantes foram parcialmente utilizados nas ações acima mencionadas.	
O valor empenhado pela fonte 261 de R\$ 186.996,62, não foi usado na execução da presente ação, e segundo informações da Coordenadoria Financeira da SEMA, este recurso foi devolvido para o Ministério do Meio Ambiente, por se tratar de sobras do Projeto PGAI - PPG-7, que terminou em 2006.	

<b>Ação:</b> 1564 - ADMINISTRACAO DE RECURSOS HIDRICOS - PANTANAL <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Especifico:</b> PROMOVER A GESTAO DAS AGUAS NA BACIA DO ALTO PARAGUAI-BAP, AFIM DE MINIMIZAR OS IMPACTOS NO PANTANAL.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SUB BACIA GERENCIADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
6	6	1	16,67	16,67

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	9.071,36	5.362,27	5.322,31	0,00	58,67	99,25
109	36.400,00	36.400,00	9.770,00	0,00	26,84	26,84
240	34.334,80	34.334,80	9.343,30	0,00	27,21	27,21
245	50.000,02	50.000,02	0,00	0,00	0	0
261	458.367,00	458.367,00	186.996,62	0,00	40,80	40,80
Todas	588.173,18	584.464,09	211.432,23	0,00	35,95	36,18

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0600 - SUL	1
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Ação com objetivo de implementar o gerenciamento dos recursos hídricos das sub bacias da Bacia do Alto Paraguai, através das medidas de revitalização do rio Cuiabá, apoio no processo de elaboração da Política de Gestão e Proteção do Pantanal, manutenção do nível d'água das baias Chacororé e Siá-Mariana, apoio logístico para Superintendência de Recursos hídricos no processo de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos.	
Esta ação foi desenvolvida parcialmente, pois não houve recursos nas fontes 261 e 245 que dificultaram algumas medidas, entretanto houve avanço na implementação do gerenciamento da Bacia do Alto Paraguai, algumas atividades foram executadas no intuito de proteger a Bacia com ênfase no Pantanal Matogrossense quanto às questões hídricas, onde se pode citar duas vistorias em regiões assoreadas em rios do Pantanal (rio Piriguara / região sul), vistorias de diques construídos para controle de alagamento, além de duas viagens para realizar encontros públicos para apresentação e coleta de dados para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, que está sendo elaborado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, assim como cinco viagens para Brasília para participar de reuniões de trabalho para acompanhamento do PERH. Outra contribuição desta ação foi no processo de elaboração da Lei do Pantanal, onde foram realizadas várias reuniões internas e externas em conjunto com a Assembléia Legislativa para tal fim.	
A inexistência de recursos nas fontes 261 e 245 para esta ação inviabilizaram as tarefas de revitalização Rio Cuiabá, a manutenção dos diques nos canais que drenam as baias Chacororé e Siá Mariana, e a aquisição de imagens de satélite da região do Pantanal que estavam previstas.	
Orçamentário e financeiro: dotação inicial de R\$ 588.173,18, sendo R\$ 458.367,00 da fonte 261 e R\$50.000,02 as fonte 245, ou seja, 86,4% dos recursos orçados foram virtuais, não existiram, atrapalhando sobre maneira a execução da presente ação. Os R\$ 79.805,80 restantes foram parcialmente utilizados nas ações acima mencionadas.	
O valor empenhado pela fonte 261 de R\$ 186.996,62, não foi usado na execução da presente ação, e segundo informações da Coordenadoria Financeira da SEMA, este recurso foi devolvido para o Ministério do Meio Ambiente, por se tratar de sobras do Projeto PGAI - PPG-7, que terminou em 2006.	



<b>Ação:</b> 1567 - IDENTIFICACAO E CARACTERIZACAO DE AQUIFEROS E RECURSOS MINERAIS <b> Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 17501 - COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERACAO				
<b>Objetivo Especifico:</b> DAR SUPORTE TECNICO ESP. EM AGUAS SUBT. PERFURACAO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS E HIDROGEOLOGIA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> REQUERIMENTOS ATENDIDOS				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
50	3500	19	38,00	0,54

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
109	764.553,33	613.173,33	565.403,51	0,00	73,95	92,21
240	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00	0	100,00
Todas	764.553,33	683.173,33	635.403,51	0,00	83,11	93,01

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0600 - SUL	11
0500 - SUDESTE	2
0400 - LESTE	2
0700 - SUDOESTE	3
1200 - CENTRO NORTE	1

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Projeto desenvolvido pelo Estado através de recursos oriundos da CFURH (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos) e CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral) e executado pela METAMAT, com o objetivo de atender a demanda e às necessidades de regiões e comunidades de nosso Estado não atendidas pelos serviços de abastecimento de água, através da perfuração e montagem de poços tubulares profundos.  
 Nas regiões Sul, Sudeste, Sudoeste e Centro-Norte foram perfurados 19 (dezenove) poços, atendendo aproximadamente 1000 famílias nas comunidades de: Assentamento Gamaliel- (06) (Cuiabá), Agrovila Palmeiras e Gleba Resistência-(03) Santo Antônio do Leverger, Vila Mercedes V-(01)Sinop, Ass. Oásis Boa Esperança-Tarumã-(02)Guiratinga, Santa Acácia-(01)General Carneiro, Assentamento Camburiu-(01) Novo São Joaquim), Comunidade de Capão-(01) Barão de Melgaço, Comunidade Santa Rosa-(01)Nova Brasilândia, Comunidade Morrinhos, Comunidade São Simão Comunidade Aparecida-(03)Vila Bela da Santíssima Trindade (Fonte 100).  
 Orçamentária e Financeira: Na Dotação Final após os créditos houve uma redução no valor R\$ 100.000,00 e suplementada no orçamento da FEMAM, redução valor R\$ 80.000,00 e suplementada no Projeto/Atividade CAPACITAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO E LAPIDAÇÃO DE PEDRAS CORADAS-1776 e redução e suplementação dentro do mesmo projeto no valor R\$ 87.919,10. Foi suplementado do Projeto/Atividade CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGO-ADM. INDIRETA-8023, valor R\$ 70.000,00 fonte 240, para dar início à construção do laboratório. O valor empenhado R\$ 635.403,51 atingiu a meta física proposta da AÇÃO, atendendo ao pedido da sociedade civil organizada para a solução da falta de água nas comunidades carentes. O saldo restante ficou no próprio saldo do projeto, devido à incerteza da arrecadação da receita.

<b>Ação:</b> 2356 - LICENCIAMENTO EFETIVO DE EMPREENDIMENTOS USUARIOS DE AGUA <b> Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Especifico:</b> CONTROLAR O USO DA AGUA EM QUALIDADE E QUANTIDADE.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EMPREENDIMENTO LICENCIADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
2000	2000	780	39,00	39,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	24.400,00	17.781,88	17.781,88	0,00	72,88	100,00
109	250.641,00	491.415,00	237.866,00	0,00	94,90	48,40
Todas	275.041,00	509.196,88	255.647,88	0,00	92,95	50,21



Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	6
0400 - LESTE	16
0200 - NORTE	7
0700 - SUDOESTE	59
0800 - OESTE	38
0900 - CENTRO OESTE	29
1200 - CENTRO NORTE	31
1100 - NOROESTE II	6
0600 - SUL	401
1000 - CENTRO	48
0300 - NORDESTE	7
0500 - SUDESTE	132

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 A ação de Licenciamento de Poços Tubulares e Sistema de Irrigação foi cumprida além das regiões de planejamento, embora abaixo do previsto, em razão da indisponibilidade operacional, tais como: falta de veículo e não cumprimento das programações de campo no período solicitado. Essas questões causaram atraso nas vistorias a campo e conseqüentemente acúmulo de processos. Não gerando as licenças esperadas. Foram emitidas 769 Licenças de Poço Tubular e 11 Licenças de Irrigação. Além das 780 licenças emitidas, foram gerados mais 312 Processos

**OUTORGA**  
 A outorga de direito de uso da água que era uma medida nesta ação, foi regulamentada no Estado e foram emitidas 10 DRDH - Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (outorga prévia) em todo Estado, e 01 outorga de captação superficial na bacia piloto do Rio São Lourenço (UPG-P5). Foram cadastrados aproximadamente 70 usuário in loco nas sub-bacias onde as outorgas foram emitidas. Além desses usuários, outros 2700 foram caracterizados nos processos de licenciamento ambiental existentes na SEMA e inseridos no banco de dados do SIMLAM. A equipe técnica participou de capacitação por meio de cursos e visitas técnicas em Brasília (ANA- Agência Nacional de Águas) e Superintendência de Recursos Hídricos de Palmas-TO. A contratação de consultoria para auxiliar a implantação e operacionalização da outorga está em andamento. Para a realização dessa ação foram adquiridos equipamentos como computadores, handhelds, GPS e máquina fotográfica.  
 As dificuldades principais foram que os equipamentos adquiridos somente chegaram ao seu destino no final de dezembro/2007, mesmo todas as providências necessárias tendo sido tomadas no primeiro trimestre de 2007.  
 O reduzido número de técnicos para o Licenciamento, aliado a falta de veículo nas datas programadas causaram atraso dos trabalhos, acarretando o não cumprimento das ações programadas do PTA.  
 Orçamentário e financeiro: a presente ação tinha uma dotação orçamentária inicial de R\$ 275.041,00 e houve suplementação proveniente da ação 2358 no valor de R\$ 234.155,88 para atender a demanda de diárias e combustível necessários a execução dos licenciamentos, fora utilizados somente R\$ 255.468,88 para execução da presente ação, ficando saldo remanescente de R\$ 253.549,00.

<b>Ação:</b> 2357 - FISCALIZACAO DE EMPREENDIMENTOS USUARIOS DE AGUA <b> Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Especifico:</b> VERIFICAR O CUMPRIMENTO DA LEGISLACAO AMBIENTAL REFERENTE A RECURSOS HIDRICOS POR PARTE DOS EMPREENDIMENTOS.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EMPREENDIMENTO FISCALIZADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
100	10	150	150,00	1.500,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
109	42.750,00	42.750,00	42.750,00	0,00	100,00	100,00
240	217.150,00	217.150,00	144.865,00	0,00	66,71	66,71
Todas	259.900,00	259.900,00	187.615,00	0,00	72,19	72,19

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	10
0500 - SUDESTE	15
0600 - SUL	35
1100 - NOROESTE II	10
0300 - NORDESTE	5
0400 - LESTE	20
0700 - SUDOESTE	15
0800 - OESTE	10
1200 - CENTRO NORTE	10
0200 - NORTE	20



**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 AÇÃO 2357 – Fiscalização de Empreendimentos Usuários de Água  
 DOTAÇÃO INICIAL LOA 2007: R\$ 259.900,00  
 DOTAÇÃO FINAL: R\$ 259.900,00  
 Para a Ação 2357 – Fiscalização de Empreendimentos Usuários de Água, sob a responsabilidade da Superintendência de Ações Descentralizadas, o valor previsto no Plano de Trabalho Anual de 2007 foi de R\$ 259.900,00. Não houve suplementações ou anulações. Os recursos utilizados nesta ação referem-se à aquisição de combustíveis e pagamento de diárias para realização dos serviços de campo.  
 Uma das principais fontes de poluição das águas são os resíduos urbanos, tanto os industriais quanto os rurais, que são despejados voluntária ou involuntariamente.  
 As atividades garimpeiras em leitos de córregos e empreendimentos, tais como piscicultura, Hidrelétricas, represamentos e dragagem, que utilizam o leito natural, degradam e afetam o leito e a biodiversidade.  
 A Contaminação da água subterrânea ocorre através da percolação de líquidos contaminados, (chourumes, óleos lubrificantes, produtos químicos, etc.).  
 A Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos (CFE/SUAD) realizou trabalhos de fiscalização dos usuários de água em indústrias, frigoríficos, hidrelétricas, laticínios, curtumes, mineração, garimpo, postos de abastecimento de combustível, armazéns gerais, hospitais, Usinas de Álcool, Poços Tubulares, Graxarias e Estações de Tratamento (saneamento básico), onde foi verificada a qualidade da água e o lançamento dos afluentes, sendo lavrados 80 autos de inspeção e 80 notificações.  
 Foram realizados trabalhos de fiscalização em Fazendas que possuem Sistema de Irrigação, onde foram emitidas 25 notificações.  
 Em cada fiscalização realizada é utilizado o Cadastro de Usuário de Água, formulário que permite a alimentação do banco de dados de Usuários de Água, ajudando o trabalho da Outorga (ato administrativo que expressa os termos e as condições mediante as quais o Governo Estadual, por prazo determinado, permite o uso de recursos hídricos a agentes públicos ou privados, não implicando na alienação total ou parcial das águas, que são inalienáveis, mas o seu simples direito de uso).  
 Várias regiões do Estado foram contempladas (Noroeste, Norte, Nordeste, Leste, Sudeste, Sul, Sudoeste, Oeste, Centro-Oeste, Centro, Noroeste II e Centro Norte) com os trabalhos de fiscalização da Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos (CFE). Por meio destas ações foi possível utilizar os recursos hídricos de forma sustentável, mantendo assim a qualidade e a quantidade destes recursos para as gerações futuras. Salientamos ainda que os trabalhos de fiscalização constituem em ações de conscientização e regularização perante a legislação vigente.

<b>Ação:</b> 2358 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DE AGUA	<b>Tipo de Ação:</b> Atividade			
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b>				
<b>Descrição da Meta Física:</b> BACIA MONITORADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física Prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
13	13	12	92,31	92,31

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
109	702.201,00	1.170.701,00	751.512,61	0,00	107,02	64,19
261	70.830,00	70.830,00	0,00	0,00	0	0
Todas	773.031,00	1.241.531,00	751.512,61	0,00	97,22	60,53

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0500 - SUDESTE	3
1000 - CENTRO	1
0900 - CENTRO OESTE	1
0600 - SUL	2
1200 - CENTRO NORTE	1
0200 - NORTE	1
0700 - SUDOESTE	3

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Esta ação tem como objetivo levantar informações necessárias ao gerenciamento dos recursos hídricos do estado, através da realização de coletas e análises de água dos principais rios do estado, para monitoramento da qualidade da água.  
 Foram monitoradas aproximadamente 80 estações de qualidade, localizadas em 12 sub bacias hidrográficas do estado (divisão hidrográfica estadual), cobrindo 7 regiões de planejamento:  
 Região sul (2 sub bacias: Pantanal P7 e Cuiabá P4), região sudeste (3 sub bacias: São Lourenço P5, Alto Araguaia TA3, Alto rio das Mortes TA4), região norte (1 sub bacia: Baixo Teles Pires A4), centro norte (1 sub bacia: Médio Teles Pires A5), região centro (1 sub bacia: Alto Teles Pires A11), região sudoeste (3 sub bacia: Jauru P1, Juruena A14, Sangue A13), região centro oeste (1 sub bacia: Alto Paraguai P3).  
 Os dados deste monitoramento estão disponíveis na internet através do banco de dados do Hidroweb do site da Agência Nacional de Águas, e os resultados deste monitoramento serão publicados pela SEMA através de relatórios e disponibilizados por meio digital pela Internet a quem interessar no site da Sema, além da publicação convencional na forma de relatórios.  
 Outras atividades dentro na ação:  
 - Atendimento às solicitações internas da secretaria tais como: Atendimento a mortandade de peixes, avaliação de sistema de tratamento de efluentes industrial, levantamento de corpos hídricos próximos a lixões e aterro sanitários, acidentes ambientais, em outras.  
 - Atendimento a solicitações externas, tais como: Atendimento ao Ministério Público, JUVAM, Polícia Técnica, Secretaria de Saúde, Vigilância Sanitária, Prefeituras, entre outras.  
 - Dentro desta ação foi contratada uma empresa de consultoria para realizar estudos hidrológicos e desenvolver um sistema de auxílio a decisões, para operacionalização dos processos de outorga no estado, que possibilitará a sema, um controle efetivo dos recursos hídricos, racionalizado seu uso na bacia hidrográfica e evitando preventivamente os conflitos pelo uso da água.



**Dificuldades encontradas:**  
 - A medida para implantação da rede básica de monitoramento, não ocorreu devido a insuficiência de técnicos para execução da tarefa.  
 - O monitoramento da qualidade da água para balneabilidade não ocorreu em 2007, devido não ter veículo disponível para a realização das amostragens.  
 - A frequência de amostragem do monitoramento ficou prejudicada por falta de veículo para sua execução, algumas estações não tiveram as quatro amostragens programadas para o ano.  
 - A reforma do laboratório de monitoramento ambiental da SEMA não ocorreu em função da demora na licitação.  
 Orçamentária e financeira: O valor inicial previsto foi de R\$ 773.031,00, havendo suplementação de R\$ 888.774,00 proveniente da metamat e SICME, houve anulação de R\$ 338.774,00 para atender demandas da Superintendência de Recursos Hídricos (ação 1561- R\$ 18.300,00, ação 2356 - R\$ 240.774,00 e ação 2358- R\$ 79.700,00), para diversas despesas: diárias, combustíveis, passagem, mat. consumo e permanente).  
 Anulação de R\$ 70.000,00 para complementar a ação 1561 para viabilizar realização de seminários que tinham sido orçados na fonte 161 (sem recursos). Remanejamento dentro da própria ação no valor de R\$ 16.500,00 para pagamento de material de consumo ref. aquisição do ano anterior (2006). Anulação de 72.000,00 para complementar a ação 1561 - R\$ 22.000,00 para atender os encontros públicos do plano estadual de recursos hídricos e na ação 1547 do programa 180 - R\$ 50.000,00 para realização de plano de manejo em UC's estaduais. Foram empenhados R\$ 751.531,61 para execução da presente ação.



Governo do Estado de Mato Grosso

## Programa

**Programa:** 0179 - GESTAO DE AREAS DEGRADADAS

**Objetivo do Programa:** PROMOVER A RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS ATRAVES DE ACOES INTEGRADAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO

**Programa:** SUSTENTAVEL

**Und.Resp.Programa:** 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

**Resp. Programa:** ELIANI FACHIM

Indicadores:	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
	2007	MICROBACIAS DEGRADADAS IDENTIFICADAS	ANUAL	unidade	0	250	55	19/12/2007
	2007	MICROBACIAS RECUPERADAS	ANUAL	unidade	0	37	6	19/12/2007

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
886.575,63	884.116,27	107.444,98	0,00	12,12	12,15

### Avaliação de resultados e da execução do programa:

O Programa 179 em 2007 utilizou somente 18,5% dos recursos orçamentários alocados para sua execução. A limitação na execução orçamentária pode ser justificada por diferentes fatores, a saber:

- O valor orçamentário não correspondeu ao financeiro em função do não repasse de recursos que compõem determinadas fontes. Em 2007 não ocorreu repasse das fontes 261 (Programa PNMA II) e 245 (compensação ambiental e Projeto Rio Cuiabá) implicando na redução de 34% do total de R\$ 886.575,63 previstos no orçamento.
- A aquisição de veículo e equipamentos (terraçoador e nível de mira), bem como a contratação de consultor visando o levantamento florístico dos remanescentes de vegetação na região de Nova Marilândia, não foram efetivadas em função de restrições impostas pela SAD - Secretaria de Estado de Administração.
- A priorização da execução de outros Programas da SEMA em detrimento do Programa 179, configurada pelo remanejamento de recursos financeiros, da limitação quanto a recursos humanos, espaço físico e na disponibilização de veículos para as atividades de campo.
- O reduzido número de técnicos na GRES - Gerência de Restauração de Ecossistemas para o desenvolvimento das atividades de campo e, portanto, os gastos com diárias foram menores que o previsto inicialmente.
- O número reduzido de veículos para o deslocamento dos técnicos, sendo sempre priorizado o atendimento das demandas do setor de fiscalização da SEMA, o que comprometeu a execução das atividades de campo.
- A morosidade no processo licitatório, com tramitação lenta na SEMA e na SAD.

O Programa 179 constitui uma estratégia de governo dirigida à redução dos passivos ambientais de Mato Grosso. O Estado apresenta uma economia complexa, com predomínio da atividade agropecuária, que pela sua abrangência no território e práticas inadequada, produz danos ambientais que exigem medidas de mitigação dos impactos e de recuperação ambiental.

Embora tenha sido possível implementar ações significativas durante o PPA 2004-2007, o Programa 179 não atendeu as expectativas relacionadas à identificação e redução do passivo ambiental de Mato Grosso. Os inúmeros entraves descritos anteriormente contribuíram para que a execução física, a orçamentária e a financeira não fossem alcançadas, mas também, é inegável que o Programa não foi planejado de forma adequada, incluindo a definição de seus indicadores e das ações, bem como dos meios para sua execução.

A restauração do passivo ambiental do Estado será possível somente a partir da definição de estratégias de médio a longo prazos e da resolução dos entraves à implementação de ações, em nível administrativo e de execução, como recursos financeiros e humanos limitados, custo alto das ações de recuperação, produção limitada de sementes e mudas e poucas informações ecológicas e agrônômicas sobre espécies nativas, sementes e mudas.

Nesse contexto foi reestruturado o Programa 179 para o PPA 2008-2011, com intuito de viabilizar a implementação do objetivo estratégico de "Redução do ritmo de desmatamento e recuperação do passivo ambiental e das áreas degradadas dos biomas de Mato Grosso (MT+20)".

### Indicadores:

Em 2007 foram avaliadas cinco novas microbacias degradadas, perfazendo um total de 55 microbacias degradadas identificadas no Estado. Esse número representa somente 22% do total de 250 microbacias definidas como índice final do PPA. Quanto ao segundo indicador, ainda está em processo de recuperação apenas uma bacia dentre aquelas identificadas com problemas ambientais. Esse número representa 16% do total de 37 microbacias recuperadas. Esse resultado permite concluir que os indicadores para os anos 2006 e 2007, mais uma vez não foram os mais adequados para avaliar o Programa 179. Vale destacar que os índices propostos foram super dimensionados, uma vez que seria impossível no prazo de dois anos alcançar o resultado previsto, considerando as limitações quanto ao número de técnicos, veículos e de diárias para campo/mês. Em avaliação realizada em conjunto SEMA e SEPLAN os técnicos chegaram a mesma constatação e promoveram uma segunda reestruturação do programa 179, com a definição de novos indicadores para o PPA 2008-2011. No entanto, os técnicos estão cientes que mesmo os indicadores propostos não refletirão de forma abrangente os objetivos do Programa, mas indiscutivelmente permitirão que, no decorrer do PPA 2008-2011, será possível uma melhor identificação de indicadores de avaliação.

### Outros produtos entregues no programa



Governo do Estado de Mato Grosso

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

### Recomendações:



## Ações do Programa

### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1540 - LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ÁREAS DEGRADADAS NO ESTADO <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> IDENTIFICAR ÁREAS DEGRADADAS POR SUB-BACIA E AVALIA-LAS QUANTO AO TIPO DE DEGRADACAO.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> LEVANTAMENTO REALIZADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5	5	4	80,00	80,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	5.837,99	3.378,63	2.550,00	0,00	43,68	75,47
240	115.717,53	100.717,53	28.876,10	0,00	24,95	28,67
261	35.863,90	35.863,90	0,00	0,00	0	0
Todas	157.419,42	139.960,06	31.426,10	0,00	19,96	22,45

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	4

#### Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

Na Ação 1540 foram consumidos somente 22,45% dos recursos previstos no orçamento. A execução orçamentária foi comprometida por diferentes fatores:

- (i) não foi firmado convênio (Fonte 261) para o repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 35.863,90 (trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e três reais e noventa centavos);
- (ii) foram priorizados outros programas por meio do remanejamento de R\$ 33.800,00 (trinta e três mil e oitocentos reais) da arrecadação própria da SEMA (Fonte 240). Deste total, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) foram remanejados para pagamento da construção de viveiro de mudas pela Prefeitura Municipal de Jangada e de R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais) para pagamento de aluguel de veículo à empresa Monza Locadora de Veículos Ltda. (PED 27101.0002.07.02163-1, em 03.07.2007).
- (iii) O número reduzido de veículos para o deslocamento dos técnicos comprometeu o atendimento aos seis municípios da Região Centro-Oeste (Diamantino, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenópolis, São José do Rio Claro e Nova Maringá), conforme previsão no PTA 2007, além de 10 (dez) outras prefeituras do Estado que protocolaram na SEMA solicitação de orientação técnica quanto a recuperação de áreas degradadas em 2007. Os municípios que não foram atendidos estão inseridos em sete Regiões de Planejamento de Estado: Norte (Aplacás, Novo Mundo), Sudoeste (Araputanga, Curvelândia), Sudeste (Guiratinga, Jaciara), Oeste (Brasnorte), Leste (Barra do Garças), Centro-Norte (Feliz Natal) e Sul (Rosário Oeste).

A execução física desta ação consistiu no levantamento das áreas degradadas em quatro sub-bacias hidrográficas, atingindo 80% da meta prevista para 2007, apesar do não atendimento técnico aos municípios supracitados. Esses resultados permitem concluir que a meta física proposta para esta ação, da identificação de áreas degradadas em cinco sub-bacias, foi subestimada. Contudo, em caso de uma meta mais expressiva a sua execução seria claramente comprometida em função das limitações verificadas ao longo do ano, citadas anteriormente. Os levantamentos que atenderam a meta proposta no PTA 2007 foram realizados nas seguintes sub-bacias:

1. Alto Rio Cuiabá: micro-bacia do rio Coxipozinho e córrego Jamacá, na Área de Proteção Ambiental Chapada dos Guimarães, município de Chapada dos Guimarães.
2. Alto Rio Cuiabá: Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá, município de Rosário Oeste. Foram realizadas duas vistorias para reconhecimento das áreas mais impactadas quanto a ocorrência de erosões lineares e desmatamento das áreas de preservação permanente de nascente e mata ciliar, visando a escolha das áreas para elaboração de projeto de recuperação nas cabeceiras do rio Cuiabá em especial nas microbacias do rio Cuiabá do Bonito, córrego Piraputanga e Piabas. Em área selecionada na micro-bacia do rio Cuiabá do Bonito, escolhida pelo grau de degradação, sendo estimada a necessidade de revegetação de cerca de 50 hectares de área de preservação permanente degradada, a reforma e adoção de medidas conservacionistas em área de 8.239,31 hectares de pastagem e recuperação de erosões lineares (ravinas e voçorocas) e estradas a serem adequadas.
3. Rio Paraguai Pantanal: Parque Estadual Encontro das Águas, município de Poconé. O levantamento resultou na identificação de 350 hectares de pastagem artificial (Brachiaria humidicola (Rendle) Schwick.) que deverá ser substituída por vegetação nativa por meio de plantios com espécies características do Pantanal. A vistoria se restringiu a parte da área do Parque em função do restante permanecer na data da campanha, em junho de 2007, ainda sob inundações.
4. Alto Rio Juruena: micro-bacia dos rios Juína e Formiga, município de Campos de Júlio. Campanha para identificação de área degradada em propriedade rural para implementação de projeto piloto de recuperação.
5. Alto Rio Teles Pires: Reserva Ecológica Coluene, município de Paranatinga. No levantamento foram identificados cerca de 100 hectares de pastagens artificiais no interior da unidade de conservação, além da invasão de bovinos em função da ausência de isolamento da área da unidade de conservação com cerca de arame.



Em Campos de Júlio além da identificação da área piloto para recuperação foi desenvolvida campanha visando (i) acompanhar o desenvolvimento do Plano de Ação, elaborado em 2006 no Workshop sobre a Reabilitação da Bacia Hidrográfica dos Rios Formiga - Juína, (ii) sensibilizar e mobilizar a administração municipal e os demais atores locais para a execução das ações programadas, (iii) definir as áreas a serem recuperadas e realizar o reconhecimento in loco.

Para a realização das ações previstas nesta campanha reuniram-se em Campos de Júlio técnicos da SEMA e representantes da Prefeitura, Câmara de Vereadores, Sindicato dos Produtores Rurais, alguns produtores rurais e estudantes do curso de Biologia da Universidade de Cuiabá - UNIC e da rede pública de ensino.

As reuniões permitiram envolver a comunidade, rediscutir os problemas ambientais locais, as dificuldades encontradas pelo Município para realizar as ações programadas no Plano de Ação e desenvolver novas estratégias para articulação, envolvimento e comprometimento dos proprietários rurais na execução do plano de ação. Alunos do curso de Biologia da Universidade de Cuiabá - UNIC foram mobilizados para ajudarem a estruturar o viveiro de mudas nativas e acompanhar o desenvolvimento das mesmas, ajudando a organizar e reunir informações sobre o cultivo.

<b>Ação:</b> 1545 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NAS NASCENTES DO RIO CUIABA - TNC <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> PROMOVER A CONSERVAÇÃO DO SOLO E RECUPERAR SUA CAPACIDADE DE PRODUTIVA EM ÁREAS PILOTO NA CABECEIRA DO RIO CUIAB				
<b>Descrição da Meta Física:</b> MICROBACIA RECUPERADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	2	1	50,00	50,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
109	342.117,45	342.117,45	56.233,88	0,00	16,44	16,44
240	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0	100,00
245	266.438,74	266.438,74	0,00	0,00	0	0
Todas	608.556,19	623.556,19	71.233,88	0,00	11,71	11,42

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0900 - CENTRO OESTE	1

#### Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

Na Ação 1545 foram usados somente 11,42% dos recursos previstos orçamentariamente. Esse resultado é justificado em parte porque não foi firmado convênio (Fonte 245) para o repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 266.438,74 (duzentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e quatro reais), representando 43,78% do valor total do orçamento para esta ação. Outras restrições dizem respeito às limitações administrativas relacionadas à execução do Projeto de Recuperação das Áreas Degradadas dos Córregos Pau Grosso e São Francisco e da Recuperação das Nascentes do Rio Paraguai (córregos Sete Lagoas e Paraguaizinho).

Quando da elaboração do Projeto de Recuperação das Áreas Degradadas dos Córregos Pau Grosso e São Francisco, em parceria com a METAMAT e EMPAER, os custos maiores foram orçados para os serviços de adequação topográfica, construção de terraços e adequação de estradas em virtude do alto custo de máquinas e veículos, tais como: trator de esteira, pá carregadeira, moto niveladora, caminhão, trator tração e terraço. Pensando inicialmente na bacia do córrego Pau Grosso, temos cerca de 500 hectares de áreas degradadas para a reabilitação, e o custo para a execução das ações propostas seria maior do que o valor disponível no PTA-2007, em função da utilização de maquinário pesado detalhado no parágrafo anterior. Entretanto, acreditamos inviável desenvolver um projeto sem a parceria da Prefeitura Municipal.

Assim, com o intuito de realmente executar o projeto e principalmente ter-se o envolvimento da comunidade, readequaram-se algumas atividades no sentido de utilizar a estrutura da Prefeitura de Nova Marilândia, que está totalmente comprometida na execução e também na CONTINUIDADE dos trabalhos de recuperação após o término do projeto. É importante enfatizar que a reabilitação de áreas degradadas pela atividade de mineração, deve ser planejada sempre para um período de médio e longo prazo, já que é extremamente impactante e altera definitivamente a paisagem local, no caso específico o funcionamento hídrico e os solos.

Outro ponto importante desta parceria com a Prefeitura e comunidade, além da minimização dos custos é a possibilidade de inclusão de outras áreas degradadas no rio São Francisco e Barro Preto para recuperação.

Importante relatar que antes de acordar com a Prefeitura o repasse do recurso de R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais), foi solicitada uma suplementação para o elemento de despesa 3390-30 no Programa 179 ação 1545, medida e tarefa 3/1 no valor de R\$ 55.000,00, onde R\$ 40.000,00 seriam utilizados para compra de diesel específica no município de Nova Marilândia para a execução dos serviços e o restante para complementação dos recursos para compra de materiais de consumo para os trabalhos de revegetação e isolamento das áreas a serem recuperadas. Após a suplementação, a SUPLAN de forma a agilizar os trabalhos sugeriu o repasse a Prefeitura através de convênio, uma vez que a utilização do combustível seria acompanhada pelos técnicos que executam o projeto, resolvendo ainda a questão da contratação da mão de obra para os trabalhos de revegetação e o aluguel das máquinas.

Diante deste contexto, como forma de agilizar o projeto e baratear custos, foi acordado em reparar para a prefeitura o valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) para custear combustível para as máquinas, aluguel de trator/terraço para construção de terraços, (equipamentos estes que a prefeitura não dispõe) e pagamento de mão de obra para os trabalhos de plantio de mudas nativas.

Salientamos ainda a importância de repasse dos recursos a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, pois a mesma arcou durante todo o ano de 2007 com os custos de máquinas, combustível (diesel), manutenção e locação de trator tração, onde foram adequados cerca 25,4 hectares, construídos 98,2 hectares de terraços.

Após o entendimento entre SEMA e Prefeitura, a SUPLAN - Superintendência de Planejamento, através do setor de convênios, iniciou os procedimentos para o repasse dos recursos. Entretanto, a Prefeitura Municipal somente lançou o projeto no SIGCON - Sistema Gerencial de Convênios em meados de dezembro/2007, conforme descrito no site da SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento ([http://www.seplan.mt.gov.br/sigcon/convenio/print\\_pt\\_mt\\_anexoi.php?conv\\_id=22226512](http://www.seplan.mt.gov.br/sigcon/convenio/print_pt_mt_anexoi.php?conv_id=22226512)), mas não protocolou o Plano de Trabalho exigido pela



SEMA, impedindo o repasse de recursos ao município.

Com relação à contratação de consultoria específica para levantamentos da vegetação informamos que em agosto/2007 foi pedido um crédito adicional, criando um novo elemento de despesa, pois tornou-se extremamente importante a participação de técnico com conhecimento específico para identificação da formação florestal existente na região de Nova Marilândia, para dar suporte aos trabalhos de revegetação. Assim, para a contratação dos serviços de consultoria, foi protocolado Termo de Referência – TDR sob nº 419173/2007/SEMA em 26/09/2007 no valor de R\$ 17.000,00 (Dezesseite mil reais), entretanto após todos os caminhamentos e contatos, foi nos informado pelo Setor de Licitações/SEMA que o TDR seria cancelado em virtude da Comunicação Interna do Gabinete do Governador, sob protocolo nº 419173 e 447687, encaminhada ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, relatando que o TDR deveria ser reapresentado no ano de 2008. Desta forma, foi por este motivo que foi solicitado e não utilizado o recurso.

O restante do recurso, cerca de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), de um total de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), seria usado para contratação de profissional com conhecimento em piscicultura, de forma a se definir outras formas de uso das inúmeras cavas abandonadas no município de Nova Marilândia, cujo TDR não foi sequer protocolado com base na Comunicação Interna acima referida.

Com relação à solicitação de crédito adicional para aquisição de equipamentos para construção de terraços e veículo formamos que para elaboração de TDR de compra de equipamentos para construção de terraços, assim como para a aquisição de veículo com recursos da Ação 2048, foi necessário a criação de um novo elemento de despesa. Salientamos que após a definição da parceria com a Prefeitura resolvemos readequar os recursos para atender as deficiências do Projeto de Recuperação de Nova Marilândia em relação à infra-estrutura, especialmente para o transporte de técnicos. No entanto, segundo informações do Setor de Licitações/SEMA não foi autorizado à compra pela SAD, não sendo utilizado o recurso. Caso a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia houvesse entregado o Plano de Trabalho, O Governador liberado a contratação de consultoria e a compra de veículo e equipamento, teriam sido utilizados grande parte do recurso da dotação inicial e o suplementado dentro da mesma medida/tarefa, atendendo a necessidade do projeto de recuperação e garantindo a continuidade das ações propostas no PTA 2008.

Vale ressaltar ainda que a falta de veículos da SEMA representou um entrave à realização das atividades de campo neste projeto em 2007. Durante quatro meses do ano os técnicos se deslocaram para a área do projeto graças ao apoio da METAMAT e EMPAER que cederam veículos para a SEMA. Tal situação prejudicou serviços específicos como coleta de sementes e identificação de espécies vegetais no período de floração e serviços de adequação topográfica.

A proposta de recuperação das nascentes do Rio Paraguai reúne atividades relacionadas a conservação do solo e revegetação de matas ciliares na Área de Proteção Ambiental do Rio Paraguai, que inclui parte do território dos municípios de Diamantino e Alto Paraguai. Em 2007 não foi possível realizar um diagnóstico da situação atual de degradação e elaboração de um plano de trabalho para a APA em função da indisponibilidade de veículos na SEMA para o deslocamento dos técnicos até a região. Nesta tarefa específica (Medida 3/Tarefa 2) os gastos se restringiram a aquisição de equipamentos (02 computadores) para os técnicos da GRES.

A execução física desta ação consistiu na recuperação de uma microbacia hidrográfica degradada, atingindo 50% da meta prevista para 2007. O projeto piloto sob execução no município de Nova Marilândia é modelo para a região das altas cabeceiras do rio Paraguai, que apresenta cerca de 8.000 hectares de áreas degradadas pela atividade garimpeira.

O Projeto é coordenado e executado pela SEMA em parceria com a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, que forneceu ao longo de 2007 máquinas, equipamentos, combustível e funcionários para a realização dos trabalhos. O projeto conta ainda com a parceria da EMPAER por meio da liberação de técnicos devidamente habilitados para a construção de terraços e com a METAMAT, que forneceu o apoio logístico através da liberação de veículo e técnicos no ano de 2006 quando da concepção do projeto, sem o qual seria impossível a realização dos atividades/tarefas propostas.

Na SEMA o projeto vem sendo executado pelos técnicos da Superintendência de Biodiversidade (coordenação), de Recursos Hídricos e de Gestão Florestal, de forma a promover a integração dos vários setores da secretária, baratear custos e principalmente formar uma equipe multidisciplinar para o desenvolvimento de projetos de restauração, haja vista a grande demanda para recuperação de áreas degradadas no Estado, ocasionada pelo setor mineral e mais intensamente pelo agropecuário.

O projeto de recuperação na bacia do córrego Pau Grosso executou no ano de 2007 as ações abaixo descritas:

- Reunião dos técnicos da SEMA, EMPAER E METAMAT com o Prefeito Municipal Sr. José Aparecido dos Santos e o Vice prefeito o Sr. Juvenal da Silva, para consolidação das parcerias e definição das tarefas de cada órgão envolvido;
- Reunião com assentados e prefeitura sobre os possíveis usos da área após a execução dos trabalhos de recuperação;
- Realização de 07 campanhas de coleta d'água, sedimento e medições de vazão nas três estações fluviométricas instaladas em 2006 no leito do córrego Pau Grosso;
- Monitoramento da qualidade da água por meio de 22 parâmetros, sendo: pH, condutividade, oxigênio dissolvido, demanda química de oxigênio, demanda bioquímica de oxigênio, resíduo total, resíduo não filtrável, cor, turbidez, dureza, cloreto, sulfato, alcalinidade, ortofosfato, fósforo total, nitrogênio nitrato, nitrogênio amoniacal, nitrogênio Kjeldahl total, coliformes totais e escherichia coli. Tanto a coleta quanto as análises estão sendo realizadas pelo laboratório da SEMA, cujo resultados até momento se mostraram dentro dos padrões de potabilidade do CONAMA.
- As análises de sedimento demonstraram valores altos de material em suspensão em comparação com outros mananciais com amplitude de vazão semelhante, mostrando o alto grau de degradação da bacia do córrego Pau Grosso;
- Leitura diária de pluviômetro ao longo do ano de 2007;
- Instalação de dois vertedouros triangulares na bacia do córrego Pau Grosso para medição de vazão realizada quinzenalmente;
- Instalação de 03 piezômetros, para acompanhamento da variação do nível d'água, com leitura a cada quinze dias;
- Realização de 02 (duas) leituras diárias das três réguas instaladas no leito do córrego Pau Grosso, totalizando 2.190 leituras em 2007;
- Aquisição de 60 rolos de mil metros de arame liso galvanizado, para isolamento das áreas de preservação permanente de nascente e mata ciliar situadas na bacia do córrego Pau Grosso e São Francisco;
- Aquisição de materiais para levantamento botânico e solos, além de material/ferramentas/adubos para realização dos trabalhos de revegetação, construção de piezômetros e vertedouros (podão, tesoura de poda, sacos plásticos, iona, caixa térmica, luvas, barbantes);
- Contratação de empresa especializada para análises de solo;
- Realização dos trabalhos de adequação topográfica das áreas degradadas pela extração de diamante no leito do córrego Pau Grosso, que tiveram início efetivo em maio de 2007, utilizando-se trator de esteira D6 cedido pela prefeitura de Nova Marilândia. Os trabalhos iniciaram no setor de cabeceira rumo a sua foz. Até o presente momento foram adequados cerca 25,4 hectares, sob orientação e acompanhamento dos técnicos da SEMA. Os trabalhos foram voltados para suavização das pilhas de cascalhos (rabo de bica) dispostos de forma irregular e caótica, visando à adequação da topografia para fins da revegetação das áreas de preservação permanente e reconformação das bordas das cavas abandonadas que encontram-se preenchidas por água provenientes da interceptação destas com o aquífero superficial (nível freático);
- Treinamento de funcionários da Prefeitura durante as duas primeiras campanhas de campo nos trabalhos de adequação topográfica, especialmente dos operadores do esteira e da moto niveladora;
- Retirada de cerca para a realização dos serviços de adequação topográfica e construção dos terraços;
- Demarcação e construção de 98,2 hectares de terraços, cujos serviços foram executados por técnicos da EMPAER e acompanhados pela SEMA, sendo contratado pela prefeitura trator traçador e terracedor de base larga para a realização dos serviços;
- Demarcação de 12 hectares de terraços, onde a equipe aguarda a liberação de recursos para a construção dos mesmos, pois após a formalização do convênio entre SEMA e Prefeitura, a Secretaria repassará recursos para a continuidade dos trabalhos de recuperação. Salientamos, porém, que para a liberação deste, a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia deve apresentar projeto técnico com plano de execução dos trabalhos, contendo construção dos terraços, serviços de adequação topográfica e a contratação de mão de obra para a revegetação o que não foi apresentado até o



momento;

- Os trabalhos de construção de terraços foram realizados até o momento em áreas de pastagem, na margem esquerda do córrego Pau Grosso, de forma a disciplinar as águas pluviais aumentando a infiltração e diminuindo o escoamento superficial e consequente o fornecimento de sedimento para o leito córrego;
- Realização de 05 (cinco) trincheiras para identificação dos solos existentes na bacia, sendo coletadas e enviadas 15 amostras para análise;
- Levantamento florístico dos remanescentes nativos permitiram identificar 71 espécies arbóreas pertencentes a 59 gêneros e 32 famílias. Este levantamento é fundamental para subsidiar os trabalhos de revegetação, sendo identificadas 7 espécies de maior ocorrência (Euterpe sp, Pseudolmedia laevis (Ruiz & Pav.) Macbr., Vochysia vismiaefolia Spruce ex Warm, Unonopsis sp, Protium pilosissimum Engl., Sloanea guianensis (Aubl.) Benth., Anacardium giganteum W. Hancock ex Engl.);
- Realização de duas visitas da equipe de Educação Ambiental da SEMA, junto as escolas do município para informar sobre o projeto de recuperação no Córrego Pau Grosso e da importância da manutenção da vegetação nas áreas de preservação permanente de mata ciliar;
- Apoio na elaboração de duas dissertações com objetivo de caracterizar os diferentes ambientes e o funcionamento hídrico nas áreas degradadas visando sua revegetação.

<b>Ação:</b> 2048 - RESTAURACAO DOS BENS NATURAIS LESADOS <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> PROMOVER A RESTAURACAO DOS BENS NATURAIS LESADOS.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PLANO DE APLICACAO ATENDIDO				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
2	2	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	120.600,02	120.600,02	4.785,00	0,00	3,97	3,97
Todas	120.600,02	120.600,02	4.785,00	0,00	3,97	3,97

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Na Ação 2048 foram utilizados somente 4% dos recursos orçamentários alocados para sua execução. Vale salientar o valor orçamentário não correspondeu ao financeiro, sendo repassado o total de R\$ 116.860,00 (cento e dezesseis mil reais e oitocentos e sessenta reais) da fonte 240 (FEMAM – recursos bens lesados). Os gastos se restringiram ao pagamento de diárias para os técnicos desenvolverem parte das atividades de campo. Outra limitação importante diz respeito a não aprovação pela SAD do Termo de Referência referente à aquisição de um veículo, solicitado com intuito de garantir a cada mês a viagem dos técnicos para o desenvolvimento dos trabalhos na região dos projetos de recuperação sob coordenação da SEMA, em Nova Marilândia.	
A execução física da Ação 2048 correspondeu a 50% da proposta do PTA 2007. A bacia do rio São Francisco é atualmente uma das mais degradadas no município de Nova Marilândia pela atividade garimpeira, sendo previsto nesta ação trabalhos de recuperação de trechos contíguos e próximos ao córrego Pau Grosso, seu afluente mais impactado, visando à continuidade dos trabalhos de recuperação da Ação 1545, Medida 3 /Tarefa1.	
Neste sentido foi elaborado um plano de aplicação dos recursos da ação 2048 para a realização das atividades o rio São Francisco. Dentre as atividades realizadas apesar dos problemas relatados, citamos o levantamento da vegetação e a identificação dos trechos críticos que serão incluídos nos trabalhos de adequação e revegetação, e a demarcação de 22,4 hectares para a construção de terraços em parceria com a Prefeitura Municipal e proprietário.	





## Programa

**Programa:** 0178 - EDUCACAO AMBIENTAL INTEGRADA  
**Objetivo do Programa:** INTERNALIZAR CONCEITOS AMBIENTAIS NA SOCIEDADE, VISANDO CONTRIBUIR PARA QUE O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO SEJA BASEADO NO USO ORDENADO DOS RECURSOS NATURAIS E COMPATIVEL COM A QUALIDADE AMBIENTAL  
**Und.Resp.Programa:** 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
**Resp. Programa:** ANTONIO CARLOS REIS NOGUEIRA

	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
<b>Indicadores:</b>	2007	Número de instituições pública e privadas envolvidas nos eventos, nos municípios por reg. de plan.no estado de MT	anual	unidade	0	20	130	3/1/2008
	2007	Número de material didático produzido por evento, nos municípios, por regiões de planejamento	anual	unidade	0	40000	16522	3/1/2008
	2007	Número de pessoas envolvidas por evento, nos municípios, por regiões de planejamento, no estado de Mato Grosso	anual	unidade	0	2000	12772	3/1/2008
	2007	Profissionais da educação formal capacitados na educação ambiental.	anual	pessoa	0	16233	452	3/1/2008
	2007	Proporção de gestores públicos ambientais capacitados nos municípios por regiões de plane no estado de MT	anual	percentual	0	30	Não apurado	3/1/2008
	2007	Proporção de instituições de ensino atendidas, nos municípios, por regiões de plan, no estado de MT	anual	percentual	0	5	736	3/1/2008
	2007	Proporção de multiplicadores ambientais capacitados nos municípios, por regiões de plan, no estado de MT	anual	percentual	0	30	351	3/1/2008
	2007	Proporção de servidores da SEMA adesos ao projeto consumo consciente e ambiente saudável	anual	servidor	0	50	50	3/1/2008

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
713.978,40	779.609,91	439.798,99	0,00	61,60	56,41

### Avaliação de resultados e da execução do programa:

A avaliação se desenvolverá segundo o Índice de Resultado da Avaliação do Programa nos critérios eficiência e eficácia.

[...] A proposta do indicador foi calculada no princípio da ineficiência advinda de dois mecanismos, a saber:

- a) Os desvios de planejamento: meta física atualizada X meta realizada
- b) Os desvios de orçamento: orçamento atualizado X orçamento executado.

O indicador foi baseado em quatro premissas básicas:

- Planejar para errar menos;
- Interpretar com base no índice de Gini: quanto menor o indicador obtido melhor é a situação do objeto estudado;
- Amenizar os desvios do planejamento e do orçamento;
- A quantidade de metas funciona como ponderador do resultado da execução das metas.

Para o cálculo do indicador das metas considerou-se a inconsistência na execução das mesmas. Isto posto, o indicador demonstra a existência de descompasso que pode ocorrer por várias causas. O indicador apresenta uma redução no grau de influência que as distorções podem trazer para o resultado das metas e programa.

[...] O cálculo do indicador de eficiência considera como grau de valoração os seguintes intervalos de avaliação:

#### GRAU DE VALORAÇÃO TAXA

EXCELENTE 0 - 10  
 BOM 11 - 30  
 REGULAR 31 - 49  
 INSUFICIENTE 50 - 100

[...] O resultado permite que a avaliação seja construída em bases qualitativas que apontem a necessidade de proceder a mudanças na condução do programa, no seu objetivo e/ou no que tange ao processo gerencial.

- Taxa de Avaliação do Programa (P) – Indicador que representa a eficiência da execução dos programas. Tal como no caso da ação, é a razão média aritmética entre o somatório da taxa de execução física e a taxa de execução financeira do programa. O Indicador do Programa diferencia-se em relação ao Índice da Ação em função da fórmula de obtenção do cálculo das taxas de execução física e financeira.

O cálculo das Taxas de Avaliação das ações 1781 e 1539 será lançado neste campo, pois o sistema permite o acesso ao INDEA e SEDUC, as



demais ações estarão no campo de avaliação das ações sob responsabilidade da SUEA.

Taxa de Avaliação da Ação (1781) = [Taxa Exec.Física + Taxa Exec.Finan ]/2

a) Taxa de Execução Física da Ação 1781:

Taxa Exec .Física = 100 - [ (Meta Fis. Realizada/Meta Fis. Atualiz.) x 100 ]

Taxa Exec. Física = 100 - [ (24/20) x 100 ]

Taxa Exec. Física = 20

b) Taxa de execução Financeira da Ação 1781

Taxa Exec. Financ. = 100 - [ (Recurso Aplicado/Recurso Orçamento Atualizado) x 100 ]

Taxa Exec. Financ. = 100 - [ (23.183,88/24.043,88) x 100 ]

Taxa Exec. Financ. = 3, 58

Taxa de Avaliação da Ação (1781) = (20 + 3,58)/2 = 11,79

conceito "Bom"

Ação 1781 – Estímulo a Destinação Correta das Embalagens Vazias de Agrotóxicos e Afins: definiu-se uma medida no Sistema de Gestão em Educação Ambiental com a tarefa de acompanhar o desenvolvimento desta ação junto a SEDER e o INDEA com o objetivo de conhecer o procedimento metodológico adotado na execução e a sua contribuição para gestão ambiental, neste programa. Durante discussão técnica de planejamento conduzida pela SEPLAN e SEMA, com a presença de técnicos do INDEA, detectou-se que a forma como esta ação está definida é mais adequada ao Programa de Gestão de Resíduos Sólidos. Meta a ser alcançada: 20 URES e a meta realizada 24 URES. Este conceito embora bom nos remete a necessidade de rever procedimentos internos e externos de execução desta ação, através de uma nova redação, adequando-o ao objetivo deste Programa e ao seu deslocamento para a Ação Produção e Difusão de Temática Ambiental.

Taxa de Avaliação da Ação (1539) = [Taxa Exec.Física + Taxa Exec. Financeira]/2

a) Taxa de Execução Física da Ação 1539:

Taxa Exec. Física = 100 - [ (Meta fis. Realizada/Meta Fis. Atualiz.) x 100 ]

Taxa Exec. Física = 100 - [ (1/1) x 100 ]

Taxa Exec. Física = 0 (zero)

b) Taxa de Execução Financeira da Ação 1539

Taxa Exec. Financ. = 100 - [ (Recurso Aplicado/Recurso Orçamento Atualizado) x 100 ]

Taxa Exec. Financ. = 100 - [ (99.218,23/203.676,30) x 100 ]

Taxa Exec. Financ. = 51,28

Taxa de Avaliação da Ação (1539) = 0 + 51,28 = 25,64

conceito "BOM"

Ação 1539 – Formação Continuada para os Profissionais da Educação Básica em Educação Ambiental: criou-se a Secretaria Extraordinária de Apoio as Políticas Educacionais, pelo Governador do Estado, com a finalidade de articular SEMA e SEDUC para a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental. Meta física a ser alcançada: 01 curso e a meta realizada: 01 curso, com o objetivo de planejar a formação de 112 professores da rede estadual de ensino. Este resultado nos remete a necessidade de rever procedimentos internos e externos de execução desta ação que comprometem os alcances de indicadores (Profissionais da Educação formal capacitados na Educação Ambiental) do Programa.

Taxa de Avaliação do Programa:

Taxa de Avaliação do Programa (P) – Indicador que representa a eficiência da execução do programa. Tal como no caso da ação, é a razão média aritmética entre o somatório da taxa de execução física e a taxa de execução financeira do programa. O Indicador do Programa diferencia-se em relação ao Índice da Ação em função da fórmula de obtenção do cálculo das taxas de execução física e financeira.

P = [ Taxa Exc. Física + Taxa Exec. Finan]/2

Taxa Execução Física = 100 - { [(Meta Realizada/ Meta Programa)/N] x 100}

a – Calculando a Taxa de Execução do Programa

Taxa Execução Física = 100 - { [(40/60)6] x 100}

Taxa Execução Física = 88,88

b) Taxa de Execução Financeira do Programa

Taxa Exec. Financeira do Programa = {100 - [Recursos Aplicados/ Recursos Orçados Atualizados ] x 100}

Taxa Exec. Financeira do Programa = {100 - [ 410.962,93/779.609,91] x 100}

Taxa Exec. Financeira do Programa = 47,29

P = [ Taxa Exc.Física + TaxaExec.Finan]/2 = (88,88 + 47,29)/2 = 68,09

conceito "INSUFICIENTE"

INDICADORES DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA: PPA revisado para exercício - 2007

PPA INICIAL 2007 PPA ATUALIZADO 2007 REALIZADO ACUMULADO 2007 % A % R

Cronológico 12 MESES 12 MESES 12 MESES 100 100,0

Físico 2950 13 CURSOS 13 CURSOS 08 CURSOS 100 61,54

Financeiro 2950 90.294,22 MIL 28.904,22 MIL 7.513,98 MIL 100 26,00

Físico 2951 24 EVENTOS 24 EVENTOS 17 EVENTOS 100 70,83

Financeiro 2951 317.633,14 MIL 311.686,34MIL 145.493,47 MIL 100 46,65

Físico 3676 01 SISTEMA 01 SISTEMA 00 SISTEMA 100 00

Financeiro 3676 140.363,04 MIL 104.189,17 MIL 83.610,52 MIL 100 80,25

Físico 3677 01 PROJETO 01PROJETO 00 PROJETO 100 00

Financeiro 3677 106.010,00 MIL 107.510,00 MIL 51.942,85 MIL 100 48,31

Físico 1539 01 CURSO 01 CURSO 01 CURSO 100 100,0

Financeiro 1539 29.920,00 MIL 203.676,30 MIL 99.218,23 MIL 100 48,71

Físico 1781 20 URES 20 URES 20 URES 100 100,0

Financeiro 1781 29.758,00 MIL 24.043,88 MIL 23.183,88 MIL 100 96,42

DOT. INICIAL 2007 DOT. ATUALIZADA 2007 REALIZADO 2007 % A % R

Cronológico 12 MESES 12 MESES 12 MESES

Físico 60 60 40 100 66,67

Financeiro 713.978,40 MIL 779.609,91 MIL 410.962,93 MIL 100 52,71



INDICADOR DE RESULTADO = 68,09  
 GRAU DE VALORAÇÃO = Insuficiente  
 % A PPA Atualizado.  
 % R Realizado Acumulado 2007.

Com um sistema de ações de gerenciamento norteadas por estudos técnicos, medidas administrativas, instrumentos jurídicos e mecanismos financeiros refletindo ações de curto, médio e longo prazo, compatíveis com os planos e projetos de desenvolvimento econômico e social do Estado de Mato Grosso, assim como os ambientais, definiu-se os objetivos do programa visando promover, acompanhar e fornecer diretrizes de Educação Ambiental, projetos e atividades que visem o uso ordenado dos recursos naturais através da democracia, inclusão social e justiça ambiental. Concluiu-se que não basta desenhar o programa numa lógica razoável. É necessário rever a capacidade institucional de execução e se existe entendimento sistêmico inter e intra - instituições para se perseguir a gestão ambiental com qualidade. Entende-se que o maior desafio está na definição de estratégias e na condução do processo sistêmico por grupos técnicos da Secretaria do Estado do Meio Ambiente e também da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, que é um espaço de discussão social, pela sua representatividade.

Quando se aplicou a metodologia Índice de Resultado da Avaliação do Programa nos critérios eficiência e eficácia em que se obtém o Grau de Valoração "Insuficiente", comprovado pelo percentual da execução financeira de 52,71%, demonstrou-se que a equipe vinha trabalhando há muito tempo de forma assistemática e, ao sistematizar todas as atividades de rotina, percebeu-se seis ações estruturadas, em medidas e tarefas claras e objetivos, porém em quantidade elevada (105 tarefas) para ser executada pela equipe de 21 técnicos e num período de 12 meses. Tornou-se imperativo estudar a estruturação e definir prioridades. Deram-se início a reuniões, para a solução dos problemas, que foram prejudicadas pela instabilidade proveniente de trocas excessivas de Superintendentes, comprometendo também o tempo da equipe e o desenvolvimento dos trabalhos. Ocorreram avanços processuais pela equipe técnica. Hoje ela apresenta maturidade para avançar com a efetivação da Política de Educação Ambiental no Estado, no eixo não formal. Quanto ao eixo formal procederam-se algumas reuniões entre SEMA, SEDUC e Secretaria Extraordinária de Apoio as Políticas Educacionais sem resultado aparente tornando-se imprescindível à recondução do processo para que se possa definir uma base pedagógica construída a partir de informações das realidades regionais para se adequarem os interesses do cidadão, de forma que ele seja capaz de convergir consciência e conhecimentos, para atender aos objetivos comuns do Estado e dos Municípios perseguindo o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental. Como se pode observar a implementação do programa pré-sistematizado se encontra em fase incipiente apresentando avanços mais internos do que externos, mesmo porque só conseguirá externalizar a proposta a partir do momento em que tiver concretizado a organização dos procedimentos internos.

Analisando - se a ferramenta de planejamento "Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - FIPLAN" detectou que a execução financeira se dá em resolução de ação, na área operacional, a execução financeira se dá em medida e tarefa. O que torna imperativo o acesso do gerente de programa ao Sistema Contábil e Financeiro para possibilitar a prática sistêmica de monitoramento e avaliação do programa. Observou-se a necessidade da abertura do Sistema FIPLAN em tempo real, de execução e não para o ano subsequente. Ciente dessa limitação definiu-se uma Matriz Lógica em Excel, intitulada Matriz de Execução e Acompanhamento, para suprir essa limitação. Como foi um esforço extra-oficial, não institucionalizado, não houve o reconhecimento e nem sua apropriação pela área técnica do setor. Têm-se informações que o Sistema FIPLAN está em desenvolvimento e aperfeiçoamento para atender demandas registradas. Analisando-se a aplicação do Método "Índice de Resultado de Avaliação do Programa" observa-se que o processo de operacionalização está parcialmente focado no resultado.

O Modelo de Gerenciamento comprova que alguns técnicos têm clareza nos objetivos a perseguir. Percebe-se, compreende-se e respeita-se o tempo individual e coletivo no entender o processo e fazer parte dele contribuindo para sua materialização. O gerenciamento do programa ocorre com frequência às considerações do PPA, Orçamento anual e aos relatórios internos. A formulação e a estruturação lógica das ações do programa são boas e vão ao encontro do objetivo que é: "promover, acompanhar e fornecer diretrizes de Educação Ambiental nos programas, projetos e atividades que visem o uso ordenado dos recursos naturais através da democracia, inclusão social e justiça ambiental". Porém, o maior desafio está centrado no entendimento harmonioso entre coordenadores, gerentes e técnicos no empoderamento dos instrumentos e ferramentas de planejamento. Como o período execução das ações é de 12 meses, a ausência de entendimento entre superintendentes, coordenadores e técnicos no desenvolvimento das atividades se caracteriza como insuficiente, uma vez que, tanto as trocas de administradores quanto as viagens dos técnicos e a participação em eventos proporcionam pouco tempo para o congruamento entre eles. O grau de transparência na divulgação das ações desenvolvidas junto aos parceiros classifica-se como insuficiente por existir atrasos no envio dos dados ao Gestor de Conteúdo do Centro de Processamento de Dados de MT - CEPROMAT, para disponibilização no Portal de Informação do Estado de Mato Grosso. Atualmente, o sistema gerencial não dispõe de informações sistematizadas daí a classificação de insuficiente e intempestiva, mesmo porque existe a interdependência com a efetivação do sistema informacional e banco de dados, que se encontra em fase de encaminçamento interno. No mecanismo de avaliação adota-se, raramente, a auditoria de processo efetuando cruzamento de documentos, quando necessário. A gestão da qualidade dos serviços ainda se apresenta pouco comprometida na busca da excelência, mesmo porque é processual. O grau de efetivação das parcerias neste programa se caracteriza como regular e buscam-se novas parcerias com muita frequência. O grau de integração inter e intra-governamental (Prefeituras, União e os Órgãos da administração Pública Estadual) é baixo pela amplitude da Educação Ambiental nos eixos formal e não formal. O fluxo financeiro tem sido suficiente e tempestivo, porém devido ao lento processo de sistematização operacional do setor apenas 52,71% do recurso financeiro foi utilizado. A participação da sociedade se dá pelos canais: Ouvidoria da SEMA; CIEA; Página da SEMA na Internet e Portal de Informação do Estado de Mato Grosso, mas a participação é eventual. O senso de responsabilidade dos servidores perante a sociedade e seus beneficiários ainda é pouco reconhecida dada a limitação em compreender o alcance da Educação Ambiental na gestão ambiental. O gerente do programa recebe a missão de melhorar a articulação, integração e agilidade na sua execução, promovendo uma transformação nas práticas gerenciais existentes, porém a sua atuação ainda influencia muito pouco neste processo. Observa-se no Quadro 1, acima, que houve operações de créditos adicionais com o objetivo de adquirir equipamento para a melhoria da infra-estrutura do setor, que se encontra deficitária. Porém com o contingenciamento da fonte 100 no final deste exercício aquisição foi comprometida.

Os indicadores foram definidos a partir da resolução de trabalho da Política de Educação Ambiental do Estado em alcançar o objetivo proposto. Percebe-se que as Políticas de Educação Ambiental Federal e a Estadual se desenvolvem, mas não permitem a leitura de detalhes imprescindíveis. Para que se possa ler detalhes torna-se necessário priorizar a promoção da discussão da elaboração e implementação da Política Municipal de Educação Ambiental de modo a saber quem faz, onde faz, porque faz e como faz a Educação Ambiental no Estado, além da produção e difusão de temáticas ambientais. É necessário conhecer as empresas com atividades potencialmente poluidoras que desenvolvem projetos de Educação Ambiental e também saber quantas instituições de ensino são atendidas. Outro detalhe importante é ter o conhecimento das instituições públicas e privadas envolvidas por evento da Educação Ambiental e a quantidade de servidores da SEMA adesos ao Projeto Consumo Consciente. Tudo buscando a quantidade. Justifica-se este conhecimento por se tratar de uma pré-sistematização e porque o tempo de trabalho é insuficiente para estudos mais aprofundados.

Percebendo-se que a proposta de pré-sistematização do Programa de Educação Ambiental Integrada exige muito estudo e compreensão de fenômenos provenientes do desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, decidiu-se que o exercício de 2007 seria um ano-laboratório para se conhecer: tempo de resposta aos encaminhamentos institucionais internos, tempos individuais e coletivos, infra-estrutura existente, entre outros fatores que condicionam a produção e mensuração dos indicadores. Portanto, o processo é centrado mais na Educação Ambiental não formal, já a Educação Ambiental Formal aguarda encaminçamento da Secretaria Extraordinária de Apoio as Políticas Educacionais junto com a SEDUC. Revisão gramatical: Márcia Carvalho de Souza - Letrista.



**Indicadores:**

Os indicadores foram definidos para aferir basicamente as ações: Formação Inicial e Continuada de Gestores Ambientais do Estado de Mato Grosso; Produção e Difusão de Temática Ambiental; Consumo Consciente e Qualidade de Vida na SEMA, caracterizando-se como indicadores de acompanhamento - também conhecidos como de metas. São aqueles que servem para acompanhar e verificar o desempenho do projeto quanto aos ingressos (recursos materiais, humanos e financeiros), aos processos utilizados, aos pressupostos e a própria execução e ao tempo planejado para a atividade. Observam-se, durante a apuração dos indicadores, os seguintes aspectos: - Esforços da Educação Ambiental, na modalidade do ensino não formal, sendo realizadas nas instituições de ensino tornando-se necessária maior interação na articulação das atividades da SEMA com a SEDUC e a Secretaria Extraordinária de Apoio as Políticas Educacionais. O índice inicial do PPA para o nº de pessoas envolvidas no evento era de 2000 pessoas/24 eventos e o índice efetivo foi de 12772 pessoas/17 eventos representando uma superação da meta. O índice inicial do PPA para nº de material didático produzido/evento era de 40000 e a meta realizada foi de 16.522 representando 41,30% do previsto havendo a necessidade de rever as unidades de medida, avaliação pedagógica da qualidade e prioridade desse material, bem como o indicador, observando categorias de produtos e serviços. Recomenda-se rever demais indicadores. Revisão gramatical: Márcia Carvalho de Souza - Letrista.

**Outros produtos entregues no programa**

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor
Avaliação da bacia do Rio Cuiabá realizada	UNIDADE	12	4305,00
<b>Município (Quantidade)</b>			
Campanhas realizadas com o objetivo de preservação e recuperação do Rio Cuiabá, referentes ao Projeto de Recuperação da Bacia do Rio Cuiabá, mobilizando as comunidades dos municípios de Acorizal, Jangada (Vaquejador e Ribeirão das Pedras Abaixo), distrito da Guia e comunidades adjacentes. As doze campanhas foram cumpridas através de apresentações culturais, palestras, reuniões com autoridades locais e comunidades da região, oficinas, divulgação nas rádios locais e plantio de mudas atingindo mais de 2.000 pessoas das áreas urbana e rural. As atividades obtiveram êxito na medida em que, a partir das oficinas de reaproveitamento de resíduos, as comunidades passaram a ter uma fonte de renda alternativa para as famílias locais e houve disseminação das mudas de plantas para o plantio nas áreas degradadas junto ao Rio Cuiabá.			
<b>Justificativa:</b>			
Foram realizadas campanhas de educação ambiental voltadas para a preservação e conservação do Rio Cuiabá nos municípios acima citados através de reuniões com autoridades, representantes de sindicatos de pequenos produtores rurais, professores, estudantes, diretores e comunidade em geral. A atividade obteve grande receptividade nos locais em que foi aplicada, ocorrendo dificuldades no Distrito da Guia por conta do nível do Rio Cuiabá que se encontrava muito elevado.			
Campanha realizada	UNIDADE	21	44630,00
<b>Município (Quantidade)</b>			
Viagens realizadas para efetivação de campanhas com a finalidade de redução do desmatamento ilegal e das queimadas, bem como para promover ações de ed. ambiental para recuperação de matas ciliares nos mun. de: Colniza, Aripuanã, Brasnorte, Juruena, Cotriguaçu, Campos de Júlio, Peixoto de Azevedo, Novo Mundo, Juara, Nova Maringá, Itanhanga, Nova Bandeirante, Apiacás, Paranaíta, Vila Rica, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha, Marcelândia, Cláudia, Feliz Natal, Nova Ubiratã, Sorriso, Boa Esperança, Acorizal, São Félix do Araguaia, Gaúcha do Norte, Paranatinga, Novo Santo Antônio, Nova Marilândia e em comunidades entorno deles. Foram realizadas visitas, palestras, reuniões, oficinas, seminários, debates em TV e rádios locais com representantes da sociedade civil organizada, colonos, assentados, acampados, prefeituras, EMPAER, Secretarias Municipais e estudantes, tanto de escolas rurais quanto urbanas atingindo mais de 4.000 pessoas apesar das seguintes dificuldades enfrentadas: recursos financeiros liberados fora do prazo previsto e dificuldades na liberação de veículos e de diárias.			
<b>Justificativa:</b>			
Apesar das dificuldades o cronograma das campanhas/viagens foi cumprido conforme o planejamento e os resultados obtidos foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos pela Superintendência de Educação Ambiental/Coordenadoria de Educação Ambiental/SEMA.			
Capacitação Externa Recebida	UNIDADE	5	0,00
<b>Município (Quantidade)</b>			
Cuiabá/Escola de Governo/Escola Municipal Maria Tomich			
<b>Justificativa:</b>			
Capacitou-se: 03 técnicos desta coordenadoria em reaproveitamento máximo de alimento da mesa Brasil na Escola Municipal Maria Tomich. Este Programa foi desenvolvido Pelo SESI; 03 técnicos em Corel Draw, para operar a página da Educação Ambiental; 03 técnicos em Foto Shop 7.0, para aperfeiçoar os registros fotográficos da Educação Ambiental; 06 Técnicos em Operação de Defesa Civil, treinamento para atendimento emergencial e de calamidade pública;			
Capacitação realizada	UNIDADE	9	2295,00
<b>Município (Quantidade)</b>			
Capacitação para atendimento de 270 pessoas no município de São José do Povo, incluindo professores, alunos, produtores, técnicos da EMPAER e comunidade local interessada, havendo plantio de mudas de plantas nativas às margens do Rio Tadarimana. As atividades obtiveram sucesso demonstrado pelo interesse dos participantes nos temas tratados nas capacitações. Atendimento de 280 pessoas nos municípios de Cáceres, Tangará da Serra e Sinop para formação de agentes ambientais.			
<b>Justificativa:</b>			
Houve reuniões com autoridades representativas locais, estudantes, pequenos produtores rurais, técnicos da EMPAER e comunidade em geral que participaram ativamente nas atividades propostas além de discutirem meios adequados para preservação e conservação dos cursos de água do entorno dos municípios.			
Divulgação da temática ambiental	PESSOA	10000	34085,00
<b>Município (Quantidade)</b>			
Eventos realizados nos municípios: Nova Xavantina, Jangada, Peixoto de Azevedo, Cláudia, Feliz Natal, Marcelândia, Nova Ubiratã, Sorriso, Novo Mundo, Aripuanã, Brasnorte, Mapos de Júlio, Colniza, Cotriguaçu, Juruena, Juara, Nova Maringá, Itanhanga, Nova Bandeirante, Apiacás, Paranaíta, Mociminho, Gaúcha do Norte, Paranatinga, Vila Rica, Novo Santo Antônio, São Félix do Araguaia, Boa Esperança, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Porto Alegre do Norte			
<b>Justificativa:</b>			
Esta atividade foi desenvolvida através de palestras sobre meio ambiente, oficinas de origami, campanhas da piracema e distribuição de material educativo referente aos três biomas do estado, Programa de Arborização Urbana "Plante sua Árvore" e campanhas contra o desmatamento e queimadas ilegais.			
Especialistas em Avaliação de Políticas Públicas	PESSOA	2	0,00
<b>Município (Quantidade)</b>			
Cuiabá/SEPLAN			
<b>Justificativa:</b>			
Capacitação em Avaliação de Políticas Públicas efetuada pela Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso com objetivo de melhorar o			



Govorno do Estado de Mato Grosso

desempenho de técnicos ligados ao planejamento estratégico.			
Eventos	UNIDADE	11	12055,00
<b>Município (Quantidade)</b> Foram realizadas atividades de educação ambiental quando da realização de Festival de Pesca nos seguintes municípios: Juara, Barão de Melgaço, Nova Xavantina, Comodoro, Guarantã do Norte, Pontes e Lacerda, Cáceres e Luciara com distribuição de material educativo referente às leis de pesca e de recursos hídricos. <b>Justificativa:</b> As atividades desenvolvidas pelos técnicos nestas ações foram: palestras nas escolas das redes oficiais enfocando a educação ambiental; reuniões com autoridades locais; mobilização junto às comunidades através das rádios locais; montagem de stands nos locais dos encontros, oficinas de origami e campeonatos de dominó ecológico.			
Mobilização realizada	PESSOA	2000	16500,00
<b>Município (Quantidade)</b> A mobilização foi realizada das 08 às 17h, por vários dias, no município de Acorizal onde foram distribuídos 2000 bonés e camisetas a produtores rurais, estudantes das redes oficiais e comunidade envolvida na mobilização para o plantio de mudas nativas na margem esquerda do Rio Cuiabá com a finalidade de recuperação de áreas degradadas. <b>Justificativa:</b> Esta atividade trouxe integração na comunidade, o que tornou o ambiente mais favorável ao desenvolvimento das ações de educação ambiental contribuindo para o êxito dos trabalhos realizados.			
Participação em eventos	UNIDADE	3	2415,00
<b>Município (Quantidade)</b> Participação no XIX Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil, em Salvador (BA), resultando na apresentação do projeto do Jardim Botânico de MT; participação no V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental em Joinville (SC) e participação no curso Oficinas de Origami em Parques e Eventos, em São Paulo (SP). <b>Justificativa:</b> A participação de técnicos em educação ambiental nos simpósios trouxe qualificação para a atuação na área, além de proporcionar a divulgação do nome do estado em outras regiões através da apresentação de trabalhos desenvolvidos aqui como: A Rede da Vida entrelaçada pelas plantas medicinais - possíveis convergências-; O mosaico de ações do Jardim Botânico de Mato Grosso - contribuições para o ecoturismo no estado e Plantas medicinais - o remédio no seu quintal.			
Reunião Assunto Internacional	UNIDADE	5	0,00
<b>Município (Quantidade)</b> Cuiabá/Casa Civil/Escola de Governo <b>Justificativa:</b> Reuniões de encaminhamentos para tratar de assuntos internos e externos: - 03 reuniões encaminhadas por Técnicos da Casa Civil, com o envolvimento de 03 técnicos da CEA, para tratar da cooperação Mato Grosso/Japão - propondo a definição e elaboração de projetos para a comemoração do centenário da imigração japonesa. A SEMA/SUEA/Escola de Governo encaminha projeto de formação para a Comunidade Nipo Brasileira do Estado; - 01 reunião encaminhada por técnico do Ministério do Meio Ambiente, para tratar da cooperação /Indonésia, apresentação dos potenciais turísticos e alguns trabalhos técnicos sobre Pantanal; - 01 reunião encaminhada por técnico do MMA para tratar da cooperação Brasil/Angola no intercâmbio de como Estado vem tratando a Educação Ambiental comparando o tratamento dado neste assunto, pelos dois países.			
Reunião Consórcios	UNIDADE	5	0,00
<b>Município (Quantidade)</b> Cuiabá <b>Justificativa:</b> O MT Regional encaminha as discussões do Consórcios Intermunicipais em que a SEMA foca a ações de descentralização do Licenciamento dos empreendimentos de pequeno porte, onde a coube a Superintendência de Educação Ambiental especificamente a coordenadoria de Educação a Capacitação dos gestores municipais.			
Reunião de Integração	UNIDADE	8	0,00
<b>Município (Quantidade)</b> Cuiabá/SUEA/CEA/SEDUC <b>Justificativa:</b> A Secretária Extraordinária de Apoio as Políticas Educacionais, SEMA e SEDUC se reunirão por várias vezes para integrar a Educação Ambiental nas modalidades Formal e não Formal.			
Reunião Material Didático	UNIDADE	6	0,00
<b>Município (Quantidade)</b> Cuiabá/SEMA/SUEA/CEA/EMPAER <b>Justificativa:</b> Fora efetuadas reuniões para encaminhamento para elaboração do material didático de 05 cartilhas intituladas: Processos Erosivos; Defensivos Agrícolas; Matas Ciliares e Nascentes; Estradas Rurais e o Projeto Vida Nova. Porém apenas 03 Cartilhas foram finalizadas e encaminhadas para editoração sendo elas; "Processo Erosivo", "Defensivos Agrícolas" e "Matas Ciliares e Nascentes".			
Reunião Planejamento	UNIDADE	5	0,00
<b>Município (Quantidade)</b> Cuiabá/SEMA/SEPLAN <b>Justificativa:</b> Reunião de encaminhamentos relacionados ao Planejamento Estratégicos: - 01 reunião encaminhada por técnicos SEPLAN, junto a SUPLAN, para melhorar o desempenho do planejamento na SUEA; - 03 reuniões encaminhada por técnicos da SUPLAN, para dar continuidade no processo para melhorar o desempenho do Planejamento na SUEA/CEA.			
Reunião Projeto	UNIDADE	6	0,00
<b>Município (Quantidade)</b> Cuiabá/MMA/SEMA/EMPAER <b>Justificativa:</b> Reuniões de encaminhamentos, para tratar de assuntos internos e externos: - 02 reuniões encaminhadas por técnicos do MMA, junto ao Governo de Mato Grosso com o objetivo de desenvolvimento do Projeto Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Bacia Amazônica - AquaBio; - 08 reuniões encaminhadas por técnicos da SUEA/CEA, para a elaboração do Diagnóstico (quem faz, onde faz, por que faz e como faz Educação Ambiental no Estado e processamento; - 03 reunião de encaminhamento por técnicos da SUEA/CEA, para a realização do Primeiro Seminário da Piracema na Bacia do rio Cuiabá; - 06 reuniões de encaminhamento por técnicos da SEMA/EMPAER/INCRA com o objetivo de definir um modelo de manejo sustentável em assentamento rurais. Os assentamento identificado por serem próximo e de fácil acesso(Sadia I, Sadia II e SADIA III);			



Govorno do Estado de Mato Grosso

Reunião Revisão Código Ambiental	UNIDADE	6	0,00
<b>Município (Quantidade)</b> Cuiabá <b>Justificativa:</b> A Superintendência especificamente a Coordenadoria de Educação Ambiental esteve presente nas discussões do Código Ambiental na Seção que trata da Educação Ambiental.			
Reunião Seminário	UNIDADE	3	0,00
<b>Município (Quantidade)</b> Cuiabá/SEMA/SUEA/CEA/SINFRA <b>Justificativa:</b> Reuniões de encaminhamentos para realização do Seminário "Você Decide" com o objetivo de divulgar o "Projeto Ambiente Saudável" e disseminar os conceitos de Educação Ambiental.			
Reunião Técnica	UNIDADE	27	0,00
<b>Município (Quantidade)</b> Cuiabá/SEMA/Obras Sociais Wantuil de Freitas/Alfa Garden/SULDAMERIS <b>Justificativa:</b> Reuniões de encaminhamentos para tratar de assuntos internos e externos: - 12 reuniões conduzidas por dois técnicos da Superintendência especificamente da Coordenadoria de Educação Ambiental, junto a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, para tratar da implementação desta Política; - 10 reuniões conduzida por 03 técnicos da CEA, atendendo demanda externa, junto a Obras Sociais Wantuil de Freitas, para dar suporte a elaboração do "Programa Planeta Azul" que envolver vários projetos Educação Ambiental, - 03 reuniões conduzida por 02 técnicos da CEA, atendendo a demanda do banco, junto a SULDAMERIS, para acompanhar o Projeto "Coleta Seletiva", que, por questão de indisponibilidade de horários dos técnicos do banco, em se reunir para discussões de implantação do projeto, não houve evolução desejada o processo se resumiu nessas reuniões; - 02 reuniões conduzida por 02 Técnicos da CEA, atendendo solicitação do condomínio, junto ao Residencial Alfa Garden, para ajudar na elaboração do do Projeto coleta Seletiva no condomínio, que também não avançou teve o processo paralisado;			
Técnica Exitosa	UNIDADE	1	0,00
<b>Município (Quantidade)</b> Cuiabá/SEMA <b>Justificativa:</b> A CONSPIZZA - Construções de Estrada, por meio de uma palestra, apresenta a técnica de "Recuperação de Áreas Degradadas "Curitiba - Hidrosemeadura" desenvolvida pela empresa.			
Visita técnica	UNIDADE	1	465,00
<b>Município (Quantidade)</b> Foi realizada visita técnica ao município de Sinop para avaliação de área de implantação de um Jardim Botânico no município, resultando em indicativos favoráveis para que o mesmo seja estabelecido na área visitada desde que haja um plano de manejo adequado bem como o desenvolvimento de um projeto arquitetônico e paisagístico. <b>Justificativa:</b> Nesta visita estabeleceu-se que a área tem potencial para a criação de uma unidade de conservação municipal, entretanto foram sugeridas que algumas medidas de cunho ambiental fossem tomadas, tais como: contenção ao desmatamento ilegal e às queimadas, redução da degradação das matas ciliares e a destinação correta aos resíduos produzidos pelo município.			

**Recomendações:**

Dar continuidade no processo de elaboração do Sistema de Gestão em Educação Ambiental no Estado de Mato Grosso para garantir a articulação intra e interinstitucional através da:

- constituição de um desenho do sistema e do banco de dados;
- definição da estrutura lógica do sistema e do banco de dados;
- especificação de procedimentos técnicos da SEMA descrevendo os critérios utilizados para exigir do empreendedor o programa de Educação Ambiental, etc;
- PPA/2008;
- revisão nos procedimentos internos para a formação continuada de Gestores e Multiplicadores em Temática Ambiental através da definição de uma base pedagógica construída a partir de informações das realidades regionais e adequadas aos interesses do cidadão, do Estado e dos Municípios.

Que a ferramenta de Planejamento "Sistema Integrado de Planejamento Contabilidade e Finanças – FIPLAN" seja aberta aos gerentes do programa no detalhe de execução por medida e tarefa.

Observou - se, ao longo deste exercício, limitações de ordem administrativa, operacional, organizacional e técnica. Decisões tomadas:

- oficinas de planejamento estratégico participativo interno buscando definir, em grupos, a Missão, Visão de Futuro, Valores, Cenários Internos, e Externos, Oportunidades, Ameaças, Forças, Fraquezas, Estratégias e Matriz de Produto da Superintendência de Educação Ambiental. O processo se encontra na fase de reestruturação de Núcleos de Trabalho: Pedagógico; Eventos e Planejamento com ênfase no cronograma de ações do PTA 2008.

Revisão gramatical: Márcia Carvalho de Souza – Letrista.



### Ações do Programa

#### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1539 - FORMACAO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO B ASICA EM EDUCACAO AMBIENTAL. <b> Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 14101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO				
<b>Objetivo Especifico:</b> CAPACITAR OS PROFISSIONAIS PARA OFERECER A EDUCACAO AMBIENTAL.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PROFISSIONAL CAPACITADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PESSOA				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
1	1	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
110	29.920,00	29.920,00	13.794,15	0,00	46,10	46,10
120	0,00	66.105,00	6.609,32	0,00	0	10,00
261	0,00	107.651,30	107.650,82	0,00	0	100,00
Todas	29.920,00	203.676,30	128.054,29	0,00	427,99	62,87

<b>Região de Planejamento</b>		<b>Qtd. Meta Física</b>
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>		
Realização de Formação continuada para profissionais de educação básica em educação ambiental para a preservação do Aquífero Guarani – realizado no período de 20 a 23 de agosto, no município de Chapada dos Guimarães, para 40 professores da rede pública, sendo um de cada escola estadual dos municípios de Campo Verde (4 escolas), Primavera do Leste (4 escolas), Chapada dos Guimarães (4 escolas), Poxoréu (8 escolas), Dom Aquino (4 escolas), Nova Brasília (2 escolas) e rede pública municipal de Chapada dos Guimarães (6 escolas). O evento foi realizado a contento, as tarefas foram executadas, as metas alcançadas.		
Realização da Formação continuada para profissionais da educação básica em educação ambiental – o evento teve como objetivo disseminar as políticas de educação ambiental para 112 professores da rede estadual de ensino do Estado de Mato Grosso, abrangendo 51 escolas municipais e 59 estaduais. Foram atendidos 42 municípios: Acorizal, Alta Floresta, Alto Garças, Barra do Bugres, Barra do Garças, Cáceres, Campinápolis, Campo Verde, Campos de Júlio, Colíder, Confresa, Conquista d’ Oeste, Cuiabá, Curvelândia, Denise, Dom Aquino, Figueirópolis d’ Oeste, General Carneiro, Guarantã do Norte, Juara, Luciara, Mirassol d’ Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Nova Maringá, Nova Mutum, Nova Xavantina, Pedra Preta, Poconé, Porto dos Gaúchos, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira, Rio Branco, Rondonópolis, Santa Terezinha, São Felix do Araguaia, São José dos Quatro Marcos, Sinop, Sorriso, Tabaporã, Tangará da Serra, Várzea Grande e Vila Rica. Realizou-se nos dias 24 a 26 de Setembro, por meio de convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Atingiu todas as metas esperadas.		
A confecção de material didático é um dos papéis das Secretarias de Educação como forma de efetivar a EA nos sistemas de ensino. No ano de 2007 a SEDUC MT, confeccionou dois fascículos de práticas educativas em educação ambiental, num total de 50.000 exemplares para serem distribuídos aos professores das 643 unidades escolares da rede estadual de ensino. O material traz textos formativos, com caráter teórico e informativo para a consolidação da implementação da EA nas escolas do MT.		

<b>Ação:</b> 1781 - ESTIMULO A DESTINACAO CORRETA DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTOXICOS E AFINS <b> Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 12302 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA DE MATO GROSSO				
<b>Objetivo Especifico:</b> PROMOVER A DUPLICACAO, OPERACIONALIZ.E OTIMIZACAO DAS UNID. DE RECEB.DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTOXICOS(URES)				
<b>Descrição da Meta Física:</b> URES APOIADAS				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
20	20	24	120,00	120,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	29.758,00	24.043,88	23.183,88	0,00	77,91	96,42
Todas	29.758,00	24.043,88	23.183,88	0,00	77,91	96,42



<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	24
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
A meta física foi concluída e superada. Foram realizadas fiscalizações junto às unidades de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos visando verificar o cumprimento da legislação e promover o estímulo ao recolhimento de embalagens. Foram realizadas várias reuniões visando a criação de novos postos de recebimento facilitando o acesso do produtor às mesmas e incrementar o volume de embalagens recolhidas no estado. Foram criadas mais 4 unidades, para facilitar a devolução de embalagens. Criou-se ainda um sistema informatizado para acompanhamento da aquisição e uso de produtos e devolução das embalagens vazias. A execução orçamentária foi realizada dentro do programado, mesmo com a cessão de recursos à área administrativa, via crédito adicional.	

<b>Ação:</b> 2950 - FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE GESTORES AMBIENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO EM EDUCACAO AMBIENTAL 2007 <b> Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Especifico:</b> EFETIVAR A FORMACAO INICIAL E CONTINUADA EM EDUCACAO AMBIENTAL PARA GESTORES E MULTIPLICADORES AMBIENTAIS E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> CURSO OFERECIDO				
<b>Unidade de Medida:</b> CURSO				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
13	13	8	61,54	61,54

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	72.000,00	840,00	840,00	0,00	1,17	100,00
240	0,00	11.970,00	5.316,50	0,00	0	44,42
245	18.294,22	16.094,22	1.357,48	0,00	7,42	8,43
Todas	90.294,22	28.904,22	7.513,98	0,00	8,32	26,00

<b>Região de Planejamento</b>		<b>Qtd. Meta Física</b>
0600 - SUL		8
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>		
Cálculo da Taxa de Avaliação da Ação pelo Método Índice de Resultado da Avaliação do Programa: - Taxa de Avaliação da Ação 2950 = [Taxa Exec.Física + Taxa Exec.Finan ]/2 a)Taxa de Execução Física da Ação 2950: Taxa Exec.Física = 100 - [ (Meta fis. Realizada/Meta Fis. Atualiz.) x 100 ] Taxa Exec. Física = 100 - [ (8/13) x 100 ] Taxa Exec.Física = 38,46 b)Taxa de execução Financeira da Ação 2950 Taxa Exec. Financ. = 100 - [ (Recurso Aplicado/Recurso Orçamento Atualizado) x 100 ] Taxa Exec. Financ. = 100 - [ (7.513,98/ 28.904,22) x 100 ] Taxa Exec. Financ. = 74,00		
- Taxa de Avaliação da Ação 2950 = (74,00 + 38,46)/2 = 56,23 conceito "Insuficiente"		

Ação 2950 – Formação Inicial e Continuada de Gestores Ambientais do Estado de Mato Grosso em Educação Ambiental: definiu-se a estrutura de formação inicial para tentar balizar entendimento da Política de Educação Ambiental a partir de diferentes níveis estratégicos: Federal, Estadual e Municipal. A materialização da política se dá definindo-se o Programa de Educação Ambiental Federal e no Programa de Educação Ambiental Estadual. Estas duas etapas estão em desenvolvimento, porém o Programa Municipal de Educação Ambiental está em desenvolvimento. Há necessidade de definição sobre quais áreas de conhecimento são prioritárias para dar início a proposta de construção da Lei Municipal de Educação Ambiental assim como quais as interdependências de conhecimento, planejamento, estruturação e organização. Definiram-se, a princípio, as áreas de conhecimento: Conceito de EA e Políticas Públicas; Conceitos de Gestão; Planejamento em Gestão; Projeto de Educação Ambiental para Saúde – Segurança Alimentar e, Plantas Medicinais; Noções sobre Zoneamento Agro-ecológico Econômico; Noções de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento e Mesa Brasil. A meta prevista foi de 13 cursos de capacitação e a meta realizada, 08 cursos de capacitação centrados em conceitos básicos de meio ambiente. O cumprimento da meta foi prejudicado haja vista a grande quantidade de outras tarefas a cumprir nas diversas ações e o número reduzido de técnicos, causando um estrangulamento em algumas atividades. Este resultado nos remete a necessidade de rever procedimentos internos de execução desta ação, que comprometeram o alcance de indicadores (Nº de gestores públicos capacitados, Nº de multiplicadores e educadores capacitados, Nº de instituições de ensino atendidas) do Programa. O Recurso financeiro previsto de R\$ 90.294,22 refere-se a R\$ 72.000,00 na fonte 100, que teve o valor de R\$ 71.160,00 bloqueado e liberado apenas em dezembro, no final do exercício; R\$ 18.294,22 na fonte 245 e o crédito adicional de R\$ 11.970,00 perfazendo o total de R\$ 28.904,22. A execução financeira no valor de R\$ 7.513,98 refere -se a gastos com produção de pastas, alimentação para 255 servidores da SEJUSP (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Perícia Técnica). Os custos com apostilas, hospedagem e estadias desses servidores foram efetuados pela SEJUSP, o que contribuiu para a redução do custo desta ação, uma situação atípica, que nos mostra a necessidade de efetivação de parcerias, onde os custos operacionais possam ser complementados. Revisão gramatical: Márcia Carvalho de Souza – Letrista.



<b>Ação:</b> 2951 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE TEMÁTICA AMBIENTAL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> CRIAR E EFETIVAR AÇÕES DE COMUNICAÇÃO. DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E DISCUSSÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EVENTO REALIZADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
24	15	17	70,83	113,33

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	31.184,58	17.347,78	17.347,78	0,00	55,63	100,00
240	169.916,53	175.206,53	120.945,69	0,00	71,18	69,03
245	16.572,03	18.772,03	7.200,00	0,00	43,45	38,35
261	99.960,00	99.960,00	0,00	0,00	0	0
Todas	317.633,14	311.286,34	145.493,47	0,00	45,81	46,74

<b>Região de Planejamento</b>		<b>Qtd. Meta Física</b>
0600 - SUL		9
9900 - ESTADO		8
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b> Calculo da Taxa de Avaliação da Ação pelo Método Índice de Resultado da Avaliação do Programa:		
Taxa de Avaliação da Ação (2951) = [Taxa Exec. Física + Taxa Exec. Finan ]/2 a) Taxa de Execução Física da Ação 2951: Taxa Exec. Física = 100 - [ (Meta fis. Realizada/Meta Fis. Atualiz.) x 100 ] Taxa Exec. Física = 100 - [ 17 x 100 ]/24 Taxa Exec. Física = 29,17 b) Taxa de execução Financeira da Ação 2951 Taxa Exec. Financ. = 100 - [(Recurso Aplicado/Recurso Orçamento Atualizado) x 100] Taxa Exec. Financ. = 100 - [(145.493,47/311.286,34) x 100] Taxa Exec. Financ. = 53,26 - Taxa de Avaliação da Ação (2951) = (29,17 + 53,26)/2 = 41,21		
conceito "Regular"		
Ação 2951 - Produção e Difusão de Temática Ambiental: sistematizaram-se todas as atividades desenvolvidas em duas medidas: Campanhas de Educação Ambiental e Eventos de Educação Ambiental. Campanhas de Educação Ambiental no atendimento a problemas emergenciais, tais como: prevenção e redução de queimadas e desmatamento; piracema; articulação de produtores rurais para recuperação de áreas degradadas em APP e RL; etc e eventos, que se referem as datas comemorativas tais como: Semana do Meio Ambiente; Campeonato de Pesca, Semana da Árvore, Semana de Mato Grosso, etc. Meta a ser alcançada: 24 eventos e a meta realizada: 17 eventos. Neste ano o Estado assumiu a Conferência Estadual de Meio Ambiente realizando 12 conferências regionais, 01 conferência municipal e uma Estadual, que sistematizou as deliberações e as enviou ao Ministério de Meio Ambiente, sem contar com nenhuma previsão orçamentária e/ou financeira. A execução desta ação comprometeu o alcance de indicadores (Nº de pessoas envolvidas por eventos, Nº de instituições envolvidas por evento e Nº de material didático produzido) do programa, pois não estava prevista. Registrou-se uma experiência exitosa na área técnica quando da realização de um fórum de discussão sobre o tema Piracema focado na Bacia do rio Cuiabá. Neste fórum encontraram-se Pesquisadores da área, Pescadores, Instituições de Ensino e Instituições Públicas Estaduais e Federais de gestão que contribuíram para o enriquecimento da Educação Ambiental. Revisão gramatical: Márcia Carvalho de Souza - Letrista.		

<b>Ação:</b> 3676 - SISTEMA DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> ELABORAR O SISTEMA DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE MATO GROSSO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PROPOSTA DO SISTEMA DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL ELABORADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
1	1	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	29.059,87	13.146,00	13.146,00	0,00	45,24	100,00



240	111.303,17	91.043,17	70.464,52	0,00	63,31	77,40
Todas	140.363,04	104.189,17	83.610,52	0,00	59,57	80,25

<b>Região de Planejamento</b>		<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO		0
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b> Cálculo da Taxa de Avaliação da Ação pelo Método Índice de Resultado da Avaliação do Programa:		
Taxa de Avaliação da Ação (3676) = [Taxa Exec. Física + Taxa Exec. Finan ]/2 a) Taxa de Execução Física da Ação 3676: Taxa Exec. Física = 100 - [ (Meta fis. Realizada/Meta Fis. Atualiz.) x 100 ] Taxa Exec. Física = 100 - [ (0/1) x 100 ] Taxa Exec. Física = 0 (zero) b) Taxa de execução Financeira da Ação 3676 Taxa Exec. Financ. = 100 - [ (Recurso Aplicado/Recurso Orçamento Atualizado) x 100 ] Taxa Exec. Financ. = 100 - [(83.610,52/104.189,17) x 100] Taxa Exec. Financ. = 19,75 - Taxa de Avaliação da Ação 3676 = (0 + 19,75)/2 = 9,87		
conceito "Excelente"		
Ação 3676 - Sistema de Gestão em Educação Ambiental: define-se a estrutura organizacional e operacional que garantirá a sustentabilidade do programa, pois conterá o sistema informacional e a base de dados, cujo avanço, no exercício de 2007, foi processual, com encaminhamentos internos. Esta ferramenta definirá coleta, processamento e consistência de dados e gerará as informações com retro alimentação, que nortearão o programa no Estado. A instituição do banco de dados é imperativa, pois dados levantados precisam ser tabulados e processados de modo a fornecer a medida dos indicadores pré-estabelecidos. Hoje o alcance dos indicadores do programa encontram-se comprometidos, aguardando esta ferramenta. A meta prevista: Sistema elaborado, não foi alcançada, pois não foi possível encaminhar internamente uma proposta de desenho do banco de dados. Os recursos financeiros referem-se a aquisição de material permanente de equipamentos de informática, realização do diagnóstico de Educação Ambiental no Estado, serviços gráficos e diárias, processamento técnicos neste setor, aquisição bibliográfica para a Educação Ambiental, diárias para acompanhar as atividades previstas no PPA, diárias para acompanhamento da SEDUC através de assessoramento aos projetos escolares e comunitários em 12 polos, bem como para acompanhar as atividades de estímulo a destinação correta das embalagens vazias de agrotóxicos e afins. Esta ação foi condicionada a execução de 8 medidas e 29 tarefas descritas no programa e o exercício de 2007 foi considerado como um laboratório de experiência para o desenvolvimento das 105 tarefas por uma equipe de 21 técnicos, no período de 12 meses. Revisão gramatical: Márcia Carvalho de Souza - Letrista.		

<b>Ação:</b> 3677 - CONSUMO CONSCIENTE E QUALIDADE DE VIDA NA SEMA <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> PROMOVER O CONSUMO CONSCIENTE POR MEIO DE MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO E AQUISIÇÃO DE ATITUDES AMBIENTALMENTE CORRETAS NO DIA A DIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SEMA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PROJETO IMPLANTADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
1	1	1	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	3.000,00	1.500,00	0,00	0,00	0	0
240	103.010,00	106.010,00	51.942,85	0,00	50,43	49,00
Todas	106.010,00	107.510,00	51.942,85	0,00	49,00	48,31

<b>Região de Planejamento</b>		<b>Qtd. Meta Física</b>
0600 - SUL		1
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b> Adotou-se o critério de lançar os cálculos das Taxas de Avaliação das Ações por ação, exceto as ações 1539 e 1781 por serem de responsabilidade dos órgãos INDEA e SEDUC. Estas duas ações estão contidas no corpo da avaliação do programa.		
Cálculo da Taxa de Avaliação da Ação (3677) = [ Taxa Exec. Física + Taxa Exec. Finan ]/2, segundo índice de Resultado do Programa. Taxa de Execução Física da Ação 3677: a) Taxa Exec. Física = 100 - [ (Meta fis. Realizada/Meta Fis. Atualiz.) x 100 ] Taxa Exec. Física = 100 - [ (1/1) x 100 ] Taxa Exec. Física = 0 (zero) b) Taxa de execução financeira da Ação 3677 Taxa Exec. Financ. = 100 - [ (Recurso Aplicado/Recurso Orçamento Atualizado) x 100 ] Taxa Exec. Financ. = 100 - [ (51.942,85/107.510,00) x 100 ] Taxa Exec. Financ. = 51,68		



- Taxa de Avaliação da Ação (3677) =  $(0 + 65,16)/2 = 25,84$

conceito "BOM"

Ação 3677 – Consumo Consciente e Qualidade de Vida: definiu-se estrutura do Projeto Consumo Consciente e Qualidade de Vida voltado para a SEMA, visando estabelecer uma rotina sistematizada na coleta, acondicionamento e destinação final de resíduos (doação e/ou comercialização), trabalhando a contribuição individual e coletiva no controle de consumo de água e energia para, em outra instância, ser aplicado em outras Secretarias do Estado. Meta a ser alcançada: 01 diagnóstico, não finalizado e em processamento. Este resultado nos remete a necessidade de rever procedimentos internos de execução desta ação o que comprometeu o alcance de indicadores (Proporção de Servidores da SEMA adesos ao Projeto Consumo Consciente) do Programa.

Revisão gramatical: Márcia Carvalho de Souza – Letrista.



## Programa

**Programa:** 0181 - GESTAO DE RECURSOS DA FAUNA E FLORA

**Objetivo do Programa:** PROMOVER O USO ORDENADO DOS RECURSOS DA FAUNA E FLORA

**Und.Resp.Programa:** 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

**Resp. Programa:** CLEBER SOARES GIARDINI

	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
<b>Indicadores:</b>	2007	FOCOS DE CALOR NO PERIODO DE PROIBICAO DE QUEIMA	anual	unidade	21362	14953	47.018	26/11/2007
	2007	INCREMENTO DO DESMAT. ILEGAL EM AREAS DE DESMATES >200H	anual	hectare	128765	42182	não apurado	17/12/2004

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
9.618.550,52	10.036.900,80	7.639.344,34	0,00	79,42	76,11

### Avaliação de resultados e da execução do programa:

O Programa de Gestão de Recursos da Fauna e da Flora, de nº 181, foi criado para englobar as principais atividades da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA no âmbito do uso dos recursos florestais, entendendo-se por floresta o locus com predominância de indivíduos arbóreos, além de todo potencial biótico relacionado, aí sendo incluída a ictiofauna. O programa também deveria monitorar as ações antrópicas no referido ambiente, através do licenciamento ambiental das propriedades rurais, controle das queimadas, desmatamentos ou qualquer outra forma de conversão de uso do solo.

Uma breve análise geopolítica nacional e internacional envolvendo as questões ambientais revela que cada vez mais essa temática ganha importância, com reflexos inclusive na economia. Dessa forma, é pertinente afirmar que as atribuições conferidas a esse programa são de grande importância estratégica para o Estado.

Com amplo espectro de ação, esse programa acabou por ficar dividido dentro da estrutura funcional da SEMA, cabendo à Superintendência de Gestão Florestal – SGF a maior parte das atividades (sete ações, de um total de quatorze), havendo porém ações executadas pela Superintendência de Biodiversidade – SUBIO, Superintendência de Ações Descentralizadas – SUAD, e Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso - INDEA

As ações executadas pela SGF englobam importantes segmentos da economia estadual, pois envolve o Licenciamento Ambiental Único para propriedades rurais (LAU), documento obrigatório para qualquer atividade agropecuária ou que envolva conversão de uso do solo, como por exemplo, os reflorestamentos com seus respectivos Planos de Corte, e o Manejo Florestal Sustentável na vegetação nativa, com sua respectiva Autorização de Exploração; atividades estas também contempladas com ações dentro da SGF. Além de avaliar o impacto ambiental das atividades propostas através da LAU, é dever da citada Superintendência tratar do monitoramento das proposições de recuperação de áreas degradadas, independente da modalidade proposta (recuperação na propriedade, compensação, desoneração, etc.).

Apesar de comportar importantes atribuições, a SGF apresentava quadro técnico insuficiente, e por isso no exercício de 2007 necessitou passar por importantes transformações, com a contratação de servidores via concurso público e contratação via empresa, compra de novos equipamentos visando dar suporte à análise processual, ampliação do número de vistorias técnicas, obtenção de novos servidores para ampliação da capacidade de tratamento dos dados gerados pelo setor, especialmente no tocante ao geoprocessamento; sendo que a maior parte dessas mudanças ocorreu nas ações 2348 (Licenciamento de Propriedades Rurais) e 2947 (Licenciamento de Projetos de Manejo Florestal Sustentável). Cabe considerar que o PTA 2007 não previu toda essa reestruturação funcional pelo qual esses setores passaram, tornando crucial a execução de remanejamentos financeiros de modo a fornecer crédito suplementar para o andamento das atividades e cumprimento das metas setoriais e consequentemente do programa. Assim, para efetivação dos remanejamentos financeiros citados, foram anuladas importantes quantias da ação 1554 (Construção e Estruturação Logística da Nova Sede) e da ação 1557 (Homologação da Base Cartográfica 1:100.000 do Estado), sendo útil frisar em ambos os casos as metas estabelecidas para cada ação foram apenas parcialmente cumpridas e maior parte do recurso destinado a suprir a crescente demanda de outros setores da SGF.

### Indicadores:

O Programa considerou como indicadores os principais fatores ilegais de conversão de uso do solo no Estado, que é a quantidade de focos de calor no período de proibição da queima, e o incremento do desmatamento ilegal, ambos com valores acima do previsto, devido ao histórico cultural da região no que tange às técnicas para uso do solo. Entretanto, houve melhoria no monitoramento desses índices com a utilização de ferramentas de detecção de maior precisão, além do aumento da eficiência da fiscalização. O período proibitivo de queimadas no Estado de Mato Grosso compreende as datas de 15/07 a 15/09. No ano de 2007 este período se estendeu até 09/11, em função das intempéries climáticas, de acordo com o Decreto nº 733 de 14 de setembro de 2007 e com as portarias nº 111 de 05/10/2007 e nº 150 de 09/11/2007. O nº de focos de calor detectados neste período (15/07 a 11/09/2007) pelo sensor Modis foi de 47.018 (quarenta e sete mil e dezoito) focos. No mesmo período do ano de 2006 o nº de focos de calor detectados pelo mesmo sensor foi de 24.333 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e três) focos. Estes dados revelam um acréscimo de aproximadamente 93% do nº de focos de calor do ano de 2007 em relação ao mesmo período de 2006.



Data de apuração dos dados: 26/11/2007  
Fonte: CPTEC/INPE.

Foi notável a ausência de indicadores para avaliar o Licenciamento Ambiental, especialmente ao se considerar que é o principal instrumento para disciplinar o uso ordenado dos recursos da flora e monitorar as atividades rurais.

**Recomendações:**

Ficou claro que o excesso de componentes do Programa dificultou um uso orçamentário mais eficiente, ao congregarem diferentes setores dentro da SEMA com demandas e estrutura funcional diferenciadas. Dessa forma, será bem vindo o enxugamento do programa, abrangendo somente a Gestão Florestal (PTA 2008) e as ações de controle da cobertura vegetal. Além disso, cabe também citar que o próprio sistema disponível para controle orçamentário, o FIPLAN, é limitado ao não informar a origem dos recursos disponíveis a nível das medidas e tarefas.



**Ações do Programa**

**Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações**

<b>Ação:</b> 1554 - CONSTRUCAO E ESTRUTURACAO LOGISTICA DA NOVA SEDE DA DIRETORIA DE RECURSOS FLORESTAIS DA SEMA <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> CRIAR ESPACO FISICO SUFICIENTE PARA ATENDER A DEMANDA CRESCENTE DAS ATIVIDADES DA DRF/FEMA.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SEDE CONSTRUIDA E APARELHADA				
<b>Unidade de Medida:</b> m2				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1600	1600	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
109	13.742,38	13.742,38	0,00	0,00	0	0
240	2.986.257,62	732.257,62	639.968,60	0,00	21,43	87,40
Todas	3.000.000,00	746.000,00	639.968,60	0,00	21,33	85,79

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
0600 - SUL	0
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
<p>Entre os principais fatores que prejudicaram a construção da nova sede da SGF, prorrogando-a novamente, para 2008, estão: a necessidade de readequações no projeto inicial para dimensionamento mais condizente à realidade atual quanto ao organograma dos diferentes setores responsáveis pelo desempenho das novas atribuições de licenciamento; a constante substituição de cargos de chefia, que na tentativa de melhora, acabou comprometendo praticamente todo o planejamento; além da necessidade de remanejar recursos para renovar o contrato com a empresa terceirizada (não previstos no PTA 2007, já que se contava com a admissão de técnicos do concurso); para atender ações de informática, cujo orçamento inicial, foi insuficiente para a execução das atividades de TI e prorrogação do contrato com a empresa prestadora de serviços, responsável pela elaboração dos sistemas de controle de produtos florestais e apoio a gestão ambiental, ambas sem previsão de dotação orçamentária na ocasião da elaboração do PTA 2007. Vale ressaltar, que a prioridade na SGF foi direcionada para a continuidade do licenciamento de propriedades rurais (SLAPR), com o intuito inclusive de não comprometer as demais atividades correlatas, e que a renovação do contrato com a Tecnomapas e permanência da equipe técnica terceirizada no setor, é de importância fundamental para continuidade da análise de processos de licenciamento de propriedades rurais, compondo praticamente todo o quadro responsável por essa atividade na CLPR. Observa-se, contudo, que do valor total da ação, apesar da construção da sede não ter iniciado em 2007, R\$ 639.968,60 foram empenhados, sendo R\$ 36.950,00 já liquidados e R\$ 603.018,6 a liquidar, recurso este, utilizado para a extensão do prédio atual da SGF, que começou de fato no início deste ano (2008).</p>	

<b>Ação:</b> 1557 - HOMOLOGACAO DA BASE CARTOGRAFICA 1:100.000 DO ESTADO <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> TORNAR A BASE CARTOGRAFICA DIGITAL OFICIAL PARA SUBSIDIAR A GESTAO AMBIENTAL DO ESTADO.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> BASE CARTOGRAFICA HOMOLOGADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
109	53.790,00	53.790,00	1.350,00	0,00	2,51	2,51
240	672.000,00	101.000,00	22.368,00	0,00	3,33	22,15
261	5.350,05	5.350,05	0,00	0,00	0	0
Todas	731.140,05	160.140,05	23.718,00	0,00	3,24	14,81



Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
As informações cartográficas no Mato Grosso, participaram ativamente dos processos de desbravamento, mapeamento fundiário, planejamento e consolidação da atividade do ser humano.	
A homologação da base cartográfica não somente representa apenas a validação oficial do mapa do estado, representa a execução de uma labor complexa, envolvendo profissionais de diversas áreas os quais, com uso da mais atual tecnologia, podem retratar de forma fiel, a situação atual da hidrografia, relevo, estradas, cidades, vilas, povoados e tantas outras feições que participam do dia a dia da sociedade mato-grossense.	
Entretanto, o valor destinado a esta importante labor, face ao quantificado para esta finalidade em projeto similares, representa apenas uma ínfima parte dos recursos destinados ao mapeamento de um estado que conta com uma área de quase um milhão de quilômetros quadrados.	
Envolver o conceito de realização de uma tarefa não se resume a dotar a estrutura de uma pequena parte do que é requerido e esperar o final do exercício a cobrar resultados, a responsabilidade de quem autoriza a liberação de recursos em tal magnitude desproporcional obviamente contem implicitamente o aval da não realização, o adiamento da tarefa e o inevitável num quadro de escassos recursos: o remanejamento destes para o atendimento de outras atividades compatíveis com a gestão ambiental.	
Nesta vertente encontramos duas linhas de avaliação, seja a primeira a continuidade da necessidade de uma base cartográfica devidamente atualizada e homologada e a justificativa das ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Geoprocessamento – COGEO, destinadas a atender a demanda no tocante ao licenciamento ambiental e todas as atividades humanas.	
No tocante ao primeiro aspecto, devemos fazer notar que o não atendimento a esta demanda apenas atrasa em grande parte o que atualmente tem maior importância, que é o controle das áreas de preservação permanente degradadas e o cadastramento de pequenas propriedades.	
Ao não atender a demanda do mapeamento na escala 1:100.000 no estado, nos encontramos no dilema de, ao não executar este trabalho em seu devido tempo, recursos de imageamento de precisão, os quais nos levam a mapear em escalas mais precisas, demandam a providencia de homologar mapeamentos que retratam com maior eficiência as caracterizações ambientais dos imóveis com tramites de licenciamento ambiental.	
Desta forma, o atendimento de necessidade de mapeamento fundamental, de uma formação de cartografia básica de referência, adquire providencias urgentes para o atendimento, principalmente com a adoção de medidas de fato exequíveis, com a participação dos recursos destinados, participando de estágios de elaboração do projeto total de formação desta base.	
Entretanto, esta providencia esta sendo adotada neste ano de 2008, onde novamente o item de formação de base cartográfica aparece, o mesmo foco não ocorreu no exercício de 2007.	
Esta Coordenadoria foi assumida no mês de setembro de 2007, encontrando um quadro já formado resultado dos acontecimentos ocorridos no período entre janeiro e setembro, com outras titularidades tanto na Superintendência de Gestão Florestal como na COGEO. O que foi tratado tão logo foi assumida esta Coordenadoria, foi a de estabelecer uma reunião com a Titular do Setor de Geoprocessamento da SEPLAN, Cartógrafa Ligia Madruga a qual nos participou do trabalho conjunto efetuado entre o Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército (CIGEX) - Ministério do Exército, Divisões de Levantamento (3ª DL e 5ª DL), SEPLAN MT e SEMA MT para a homologação desta base, com os compromissos compatilhados entre as 3 Instituições, sendo distribuídas a atribuições por ata, apresentada na ocasião para conhecimento dos participantes.	
Foi assim cientificado que à SEMA correspondia o apoio de prover recursos para o deslocamento de equipes, custeio de combustível e pagamento de diárias, não sendo reportado a forma como estes repasses efetivamente se procederam.	
Pelos contatos ate o presente efetuados foram esclarecidos alguns tópicos; o CIGEX efetuou e concluiu a homologação de 7 cartas (ate a presente data ainda não entregues oficialmente), 37 cartas a cargo das Divisões de Levantamento (3ª DL e 5ª DL) e ainda não elaboradas, 45 cartas em elaboração na CIGEX e 244 a cargo das Divisões de Levantamento (3ª DL e 5ª DL) sem.	
No intuito de esclarecer esta situação foi contactada a Assessoria do Gabinete do Sr Secretário, estando em evolução a forma de poder sanar e formalizar esta ação, dotando assim a seqüência de tarefas que são requeridas para possibilitar o atendimento a estas necessidades.	
Ainda no ano de 2008 esta contemplada a execução de etapas componentes da Ação denominada Homologação da Base Cartográfica 1:50.000, quais sejam a aquisição de imagens ASTER (ou compatíveis) e a obtenção de pontos de controle em todo o Estado	
No tocante ao remanejamento, e conforme foram apresentadas as razões anteriormente, foram estes recursos empregados para dotar ao Órgão de operacionalidade no aspecto de disponibilidade de Mão de Obra, principalmente voltada ao atendimento da demanda de licenciamento, reprimida após a Operação Curupira.	
A demanda por equipamentos (Servidores) destinados a fornecer ao Órgão capacidade operativa para a ampliação da base de imóveis em cadastramento, também foi objeto deste remanejamento, estando assim contextualizadas estas despesas dentro do propósito do Licenciamento Ambiental no Estado.	

<b>Ação:</b> 2348 - LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS <b>Tipo de Ação:</b> Atividade					
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE					
<b>Objetivo Especifico:</b> CONTROLAR O USO DAS AREAS DE RESERVA LEGAL, DE PRESERVACAO PERMANENTE.					
<b>Descrição da Meta Física:</b> AREAS LICENCIADAS					
<b>Unidade de Medida:</b> HECTARE					
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	
1700000	1700000	530014.8	31,18	31,18	



Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	157.886,94	391.518,77	391.518,77	0,00	247,97	100,00
109	438.350,80	438.350,80	332.118,97	0,00	75,77	75,77
240	59.362,23	4.362.362,23	4.030.279,76	0,00	6.789,30	92,39
261	209.100,00	209.100,00	0,00	0,00	0	0
Todas	864.699,97	5.401.331,80	4.753.917,50	0,00	549,78	88,01

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	530014.8
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
A Coordenadoria de Licenciamento de Propriedades Rurais – CLPR, é responsável diretamente pelo licenciamento de propriedades rurais (SLAPR) e expedição de Licenciamento Ambiental Único – LAU das propriedades rurais de forma que sejam respeitados os percentuais de reserva legal, áreas de preservação permanente e uso alternativo do solo.	
A expedição da Licença Ambiental Única - LAU realizado pelo SLAPR é pré-condição para a efetivação das demais atividades de licenciamento (projetos de exploração florestal, planos de manejo florestal sustentável, reposição florestal, recuperação de áreas degradadas e cadastro de consumidores florestais com a respectiva expedição de guias florestais). Ou seja, a agilidade na análise dos processos para expedição de LAUs é de vital importância para a continuidade do licenciamento de todas as atividades florestais.	
Durante o exercício de 2007, os recursos que haviam sido planejados e disponibilizados para a ação 2348 - Licenciamento de Propriedades Rurais foram insuficientes e subestimados, para uma meta superestimada, havendo a necessidade de suplementações, para a continuidade do licenciamento de propriedades rurais (SLAPR) e demais atividades correlatas, tais como vistoria técnica para autorizar conversão do uso do solo (desmatamento), para verificar tipologia vegetal de forma a determinar quantitativo de reserva legal necessário na propriedade, e para conferir o estágio de regeneração da área degradada proposta para recuperação.	
A reestruturação da SEMA e da Superintendência de Gestão Florestal para assumir as atribuições da gestão compartilhada dos recursos florestais, conforme o Termo de Cooperação Técnica DOU Nº 174 9/10/2005, acabou comprometendo o planejamento da ação. Isso porque a falta de dados sobre a dinâmica de manejo no estado, atividade nova para o programa e para a SEMA, prejudicou a estimativa de demanda destes, e consequentemente, a demanda de análises de processos de licenciamento de propriedades rurais, que é requisito para a autorização de manejo (ação 2947).	
Algumas alterações na metodologia de análise, como a obrigatoriedade de vistoriar todas as propriedades que estivessem solicitando autorização para desmate, exigiu maior disponibilidade de recursos, para aquisição de material de consumo, novos equipamentos e despesas com deslocamento de servidores, contribuindo também para a necessidade de suplementações.	
Outro motivo que contribuiu para subestimar o recurso foi à expectativa de que fossem chamados técnicos do concurso, evitando a prorrogação do contrato com a empresa terceirizada, que na época da elaboração do PTA 2007, não possuía previsão de dotação orçamentária. Mas como isso não ocorreu, houve a necessidade de renovar o contrato com a Tecnomapas, cuja equipe técnica é de importância fundamental para continuidade da análise de processos de licenciamento de propriedades rurais, compondo praticamente todo o quadro responsável por essa atividade na CLPR.	
Além disso, outros fatores contribuíram para a necessidade de suplementações na ação, como: a aquisição de servidores de arquivos tendo em vista o esgotamento da capacidade do atual, sem o qual ficaria impossível a continuidade dos trabalhos relativos ao licenciamento; a aquisição de móveis e equipamentos de informática, necessário devido a ampliação do quadro de pessoal pelo qual passou a CLPR, não previstos no PTA 2007, para o suporte a equipe; além do fato de o recurso da fonte 261, relativo a convênios não ter sido disponibilizado, conforme previsto.	
O planejamento foi comprometido ainda devido ao atraso na liberação do recurso de R\$ 1.560.000,00 referente a arrecadação que se deu somente em Novembro, ou seja, no final do exercício, não havendo tempo hábil para utilização do mesmo.	
Apesar de os resultados obtidos para o licenciamento de propriedades rurais não condizer com a meta física da ação, que era de licenciar um total de propriedades perfazendo uma área de 1.700.000 ha, mesmo com todas as dificuldades e apenas 15 analistas técnicos ambientais disponíveis para análise, foram analisados 3.715 processos, e emitidas 282 LAUs totalizando 530.014,80 ha licenciados além de outros produtos entregues como descrito abaixo:	
1. Nº total de Projetos Protocolados: 2.024	
2. Nº total de projetos analisados: 3.715,00	
3. Nº total de LAUs emitidas: 282,00	
4. Área licenciada: 530.014,80 ha	
5. Nº total de AEF/AD emitida: 152	
6. Área autorizada para exploração/desmatamento: 51.361,51 ha	
7. Nº de TACs de ARLD/APPD emitidos: 131	
8. Área referente aos TACs emitidos de ARLD/APPD: 29.484,53 ha	
Pode ser afirmado então, que o fato de não atingir a meta da ação, não representa uma ineficiência na aplicação dos recursos financeiros e na avaliação técnica da ação quanto à contribuição desta ação aos objetivos do Programa 181- Gestão de Recursos da Fauna e Flora, uma vez que, a execução das atividades correlatas ao licenciamento ambiental de propriedades rurais compensou os objetivos do licenciamento.	
Todavia, com a efetiva construção do anexo da SGF, ampliando a capacidade estrutural de admissão/contratação de pessoal, planeja-se ampliar significativamente a área licenciada, considerando é claro o saneamento dos problemas existentes através da execução do PTA-2008 de forma que todas as metas e indicadores possam atingir o seu percentual máximo.	
REMANEJAMENTOS DA AÇÃO 2348 (informações da SUPLAN/SEMA)	
DATA PROCESSO VALOR FONTE AÇÃO ANULADA AÇÃO SUPLEMENTADA	





09/07/07	1839	750.000,00	240	1554	2348
16/08/07	2241	400.000,00	240	1557	2348
16/08/07	2241	274.200,00	240	1554	2348
07/03/07	561	739.800,00	240	1554	2348
03/10/07	2849	290.000,00	240	1554	2348
03/10/07	2849	41.000,00	240	1557	2348
03/10/07	2849	118.000,00	240	2333	2348
22/10/07	3048	65.000,00	240	1557	2348
26/11/07	3551	65.000,00	240	1557	2348
28/12/07	4237	-16.368,17	100	2348	2008
26/10/07	3153	1.560.000,00	240	exc.arrecad.	2348
03/10/07	2843	250.000,00	100	2349	2348
TOTAL* 4.536.631,83					
OBS. VALOR NEGATIVO, SIGNIFICA QUE A AÇÃO PERDEU O RECURSO, SE POSITIVO, GANHOU; TOTAL* = DOTAÇÃO FINAL(após créditos) MENOS DOTAÇÃO INICIAL LOA/2007.					

<b>Ação:</b> 2349 - FISCALIZACAO DE DESMATAMENTO <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Especifico:</b> COIBIR O DESMATAMENTO ILEGAL.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> OPERACAO REALIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	201	201,00	201,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	964.005,00	482.590,00	344.329,85	0,00	35,72	71,35
109	107.300,00	107.300,00	58.640,00	0,00	54,65	54,65
240	69.090,00	69.090,00	24.782,00	0,00	35,87	35,87
244	384.629,84	384.629,84	374.871,01	0,00	97,46	97,46
261	222.347,65	222.347,65	38.843,67	0,00	17,47	17,47
Todas	1.747.372,49	1.265.957,49	841.466,53	0,00	48,16	66,47

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
1200 - CENTRO NORTE	32
0700 - SUDOESTE	28
0600 - SUL	5
1100 - NOROESTE II	22
0200 - NORTE	30
0300 - NORDESTE	19
0500 - SUDESTE	16
0800 - OESTE	21
0400 - LESTE	14
0100 - NOROESTE	14

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Para a Ação 2349 – Fiscalização de Desmatamento Ilegal, sob a responsabilidade da Superintendência de Ações Descentralizadas, o valor previsto no Plano de Trabalho Anual de 2007 foi de R\$ 1.747.372,49. Após as suplementações e anulações o total da Dotação Orçamentária para esta Ação foi reduzido para R\$ 1.265.957,49 .  
 As suplementações realizadas na Fonte 100 foram destinadas ao pagamento de diárias e aquisição de equipamentos. Salientamos que, ao final do exercício, foram realizadas anulações na Fonte 100, a pedido da Superintendência de Planejamento, destinadas à complementação da Folha de Pagamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. As aquisições de equipamentos não foram autorizadas.  
 Com o objetivo de coibir o desmatamento ilegal no Estado, a Coordenadoria de Fiscalização de Floresta (CFF/SUAD) atuou em diversas frentes, tais como:  
 • Fiscalização e controle do transporte madeireiro, desde o desmatamento em si até o transporte da madeira para o seu consumidor final, através de parcerias entre SEMA/INDEA/POLÍCIA FEDERAL;  
 • Fiscalização de desmatamentos “in loco”, utilizando carta imagem.  
 Além da fiscalização “in loco”, as cartas imagens geradas são utilizadas para a lavratura de Autos de Infração.  
 Ocorreram duas grandes operações no combate ao Desmatamento ilegal no Estado de Mato Grosso, com o apoio da Polícia Militar e Grupamento Aéreo. A primeira operação, denominada “Operação Guilhotina”, teve como objetivo vistoriar os pátios das empresas madeireiras para averiguação de possíveis irregularidades, tendo sido realizada nas regiões Centro-Norte, Centro, Noroeste II, Norte e Centro-Oeste, com a emissão de 97 Autos de Inspeção, 91 Notificações, 93 Autos de Infração, 70 Termos de Apreensão e 03 Termos de



Depósito, totalizando R\$ 8.635.122,30 (Oito milhões seiscentos e trinta e cinco mil cento e vinte e dois reais e trinta centavos) em multas e 12.263,328 Metros Cúbicos de madeira apreendida.  
 A segunda maior operação de fiscalização de Desmatamento Ilegal, realizada em conjunto com o IBAMA, Polícia Militar e Grupamento Aéreo, abrangeu as regiões Leste, Nordeste, Norte, Centro-Norte e Noroeste II de Mato Grosso e teve como objetivo coibir o Desmatamento Ilegal. Foram lavrados 63 Autos de Inspeção, 63 Notificações, 66 Autos de Infração, 16 Termos de Apreensão e 01 Termo de Depósito, totalizando R\$ 22.964.037,40 ( Vinte e dois milhões novecentos e sessenta e quatro mil e trinta e sete reais e quarenta centavos) em multas. A operação resultou em 13.369,769 Hectares fiscalizados de Áreas Desmatadas não Autorizadas, 168,342 Hectares fiscalizados de Áreas de Preservação Permanentes Desmatadas e 5.563,2029 Hectares fiscalizados de Área Queimada.  
 Além das duas grandes operações acima citadas, foram também realizadas outras operações de fiscalização de desmatamento ilegal em diversas regiões do Estado, tais como: Noroeste I, Norte, Nordeste, Leste, Sudeste, Sul, Sudoeste, Oeste, Centro-Oeste, Centro, Noroeste II e Centro-Norte.  
 A ação 2349 – Fiscalização de Desmatamento Ilegal - obteve como resultados, ao longo de 2007, a emissão dos seguintes documentos: 598 Autos de Infração, 448 Autos de Inspeção, 169 Autos de Notificação e 05 Embargos, totalizando R\$189.467.651,85(Cento e oitenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos) de multas. Foram apreendidos 43.885,2985m3 de madeira, 121 caminhões, fiscalizados 32.138,6158 hectares de Área Desmatada de Reserva Legal, 4002,8304 hectares de Área Desmatada de Preservação Permanente, 81.382,3372 hectares de Área Desmatada Sem Autorização e 3.731.441,876 Hectares de Áreas Queimadas.  
 As principais dificuldades encontradas durante a execução desta ação foram falta de recursos humanos e materiais. O número de técnicos a disposição da Coordenadoria de Fiscalização de Floresta (CFF) foi insuficiente para atender a demanda por fiscalização no Estado de Mato Grosso. Os equipamentos necessários à realização dos trabalhos, tais como GPS, Máquina Fotográfica e veículos, não foram suficientes para proporcionar condições de trabalho ideais.  
 O Plano de Trabalho Anual (PTA ) foi utilizado como ferramenta gerencial, norteando a implementação desta ação. Através de reuniões com os responsáveis por cada medida, e tendo como base os relatórios técnicos elaborados ao final de cada operação, foi possível gerenciar esta ação de forma efetiva.

<b>Ação:</b> 2350 - FISCALIZACAO DE FOCOS DE CALOR ILEGAIS <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Especifico:</b> REDUZIR AS QUEIMADAS ILEGAIS.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> OPERACAO REALIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	64	64,00	64,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
109	23.700,00	23.700,00	17.100,00	0,00	72,15	72,15
240	251.875,00	251.875,00	231.505,50	0,00	91,91	91,91
Todas	275.575,00	275.575,00	248.605,50	0,00	90,21	90,21

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	7
0700 - SUDOESTE	7
0600 - SUL	5
0200 - NORTE	11
0500 - SUDESTE	3
1100 - NOROESTE II	5
0300 - NORDESTE	8
1200 - CENTRO NORTE	6
0400 - LESTE	7
0800 - OESTE	5

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Para a Ação 2350 – Fiscalização de Focos de Calor Ilegais, sob a responsabilidade da Superintendência de Ações Descentralizadas, o valor previsto no Plano de Trabalho Anual de 2007 foi de R\$ 275.575,00. Não houve suplementações ou anulações.  
 Foram realizadas operações de fiscalização de queimadas nas regiões Leste, Nordeste, Norte, Centro-Norte, Noroeste II, Sudoeste, Sudeste, Oeste e Sul. Convém frisar que a época de maior incidência de queimadas é de julho a setembro, devido ao clima seco. O período proibitivo é 15 de julho a 15 de setembro, ocasião em que as equipes de fiscalização atuam com maior rigor.  
 Foram emitidos, pela Coordenadoria de Fiscalização de Florestas ( CFF/SUAD ), 35 autos de inspeção, 119 autos de infração e 19 notificações. Em trabalho conjunto realizado pelo IBAMA, Diretorias Regionais, Superintendência de Ações Descentralizadas, Polícia Militar e Grupamento Aéreo ( através da utilização de helicóptero) foram fiscalizados 3.731.441,876 hectares de área queimada.



<b>Ação:</b> 2352 - MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL E DOS FOCOS DE CALOR <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> DISPONIBILIZAR DADOS DA COBERTURA VEGETAL E DE FOCOS DE CALOR.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> RELATORIOS DISPONIBILIZADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
0	0	0	0	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
109	33.440,00	33.440,00	7.130,53	0,00	21,32	21,32
261	46.769,96	46.769,96	0,00	0,00	0	0
Todas	80.209,96	80.209,96	7.130,53	0,00	8,89	8,89

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b> Os índices de desmatamento do estado, elaborados a partir da sua vetorização sobre imagens de satélite, foram elaborados em sua última edição no ano de 2005, portanto, ainda em 2007, era necessário elaborar estes indicadores referentes aos anos de 2006 e 2007. Os recursos disponibilizados para este fim foram insuficientes uma vez que deveriam atender ao valor total das dinâmicas de desmatamento faltantes – estimadas em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Em face desta situação foram remanejados os recursos para outras atividades compatíveis atendendo decisões estratégicas do âmbito desta Coordenadoria. Como medida prática alternativa, foram desenvolvidas ferramentas dentro do SIMLAM destinadas a automatizar a elaboração de Dinâmica de Desmate, atendendo tanto aos setores de licenciamento como do GT LAU, individualizando as análises, ajustando as já existentes ao polígono da APRT e detalhando corte raso e exploração seletiva em feições devidamente cadastradas no banco de dados Oracle. O atendimento a este requerimento desta forma, apresenta caráter temporário (apenas no exercício 2007), devendo no ano de 2008, a equipe elaboradora de dinâmica de desmate, se concentrar na revisão das dinâmicas de desmate enviadas pelos responsáveis técnicos. A avaliação sobre focos de calor contempla o período incluindo a prorrogação ou seja entre 15 de julho de 2007 a 9 de novembro de 2007, no período tradicional (15 de junho a 15 de setembro) foram contabilizados 29.469 focos de calor detectados pelo satélite MODIS. A dinâmica de desmate ainda não estabeleceu os números finais correspondentes a 2006 e 2007 uma vez que esta em fase de contratação de serviços terceirizados, devendo estes produzir os números oficiais da dinâmica de desmatamento até o final de abril de 2008.	

<b>Ação:</b> 2353 - MONITORAMENTO DA ATIVIDADE REPRODUTIVA DA ICTIOFAUNA <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> DEFINIR PRECISAMENTE OS PERIODOS DE RESTRICAO A PESCA DAS ESPÉCIES DE PEIXES MIGRADORES. ,				
<b>Descrição da Meta Física:</b> OPERACAO DE COLETA REALIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
9	9	9	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
109	20.548,00	30.548,00	5.762,12	0,00	28,04	18,86
245	27.294,24	27.294,24	0,00	0,00	0	0
Todas	47.842,24	57.842,24	5.762,12	0,00	12,04	9,96

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
0400 - LESTE	3
0200 - NORTE	3
0600 - SUL	3
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	



Realizamos o monitoramento da atividade reprodutiva da ictiofauna nas três Bacias Hidrográficas do Estado (Alto Paraguai, Amazônica e Araguaia), antes e durante o período de defeso da piracema, por meio da avaliação do estágio reprodutivo dos peixes coletados. Esta atividade iniciou no mês de outubro de 2007, com término previsto para o mês de março de 2008. As coletas foram realizadas nos municípios de Cáceres, Alta Floresta e São Félix do Araguaia, com apoio da Unemat e por meio da contratação de pescadores locais. Esta atividade é considerada um instrumento valioso e imprescindível para o entendimento da biologia pesqueira em estudos de impacto ambiental. Os resultados estão sendo analisados, mas parecem indicar que o período de defeso de piracema estabelecido em Mato Grosso (novembro a fevereiro) vem protegendo os peixes nas áreas monitoradas. A maioria dos recursos previstos não foi utilizada pelos seguintes motivos: 1) cerca de 50% do recurso foi oriundo da fonte 245, que não foi disponibilizada; 2) a previsão de diárias foi além do necessário, sendo que algumas delas também não foram utilizadas, devido à indisponibilidade eventual de transporte para a execução do monitoramento; 2) a compra dos equipamentos de pesca foi desnecessária porque utilizamos o material disponibilizado pelas Diretorias Regionais e Coordenadoria de Fiscalização de Pesca; 3) o recurso para combustível (elemento 33903000) foi utilizado, mas não foi liquidado porque é controlado e administrado por outro setor, sendo a relação destas despesas solicitada e, inclusive, repassada à Gerência de Transporte. Apesar destes problemas, a instituição parceira (Unemat) realizou o monitoramento, inclusive com combustível da SEMA, nos meses em que não pudemos comparecer em campo. Assim a meta física e a entrega dos produtos foram alcançadas.

<b>Ação:</b> 2354 - FISCALIZACAO DA PESCA <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> COIBIR AS ATIVIDADES CONSIDERADAS PREDATORIAS S/ OS RECURSOS PESQUEIROS E MANTER OS ESTOQUES PESQUEIROS.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> OPERACAO DE FISCALIZACAO REALIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	306	306,00	306,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
109	175.280,00	175.280,00	104.130,34	0,00	59,41	59,41
240	359.210,75	359.210,75	348.625,75	0,00	97,05	97,05
Todas	534.490,75	534.490,75	452.756,09	0,00	84,71	84,71

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
0600 - SUL	287
0900 - CENTRO OESTE	9
0500 - SUDESTE	4
0800 - OESTE	5
1000 - CENTRO	1

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
No ano de 2007 a coordenadoria de fiscalização de pesca exerceu um papel fundamental na fiscalização para a manutenção dos recursos pesqueiros do estado, onde foram realizadas diversas operações de fiscalização preventiva e ostensiva, com o objetivo de coibir a pesca depredatória e o tráfico de pescado. As equipes desta coordenadoria deslocaram-se para os diversos pontos críticos, onde havia índices elevados de pesca depredatória, todavia, com a dedicação de nossos fiscais e os recursos gerados para atendimento dos trabalhos de campo houve uma redução significante na ação depredatória. Durante o ano foram lavrados 132 (cento e trinta e dois) autos de infrações; 198 (cento e noventa e oito) termos de apreensões; 115 (cento e quinze) autos de inspeções; foram aplicadas em multas o valor de R\$1.039.854,00 (hum milhão, trinta e nove mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais), sendo 25 (vinte e cinco) pessoas autuadas em flagrantes delitos, onde resultaram em apreensões de equipamentos, veículos, motos, charretes e diversos materiais de pesca depredatórios tais como: 199 Redes; 75 tarrafas, 51 canoas, embarcações, 165 anzóis, 264 anzóis de galhos, 25 molinetes, 19 caixas térmicas. Os municípios contemplados com as ações de fiscalização compreenderam quase a totalidade do estado, ocorrendo apreensões nos seguintes Municípios: Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antonio do Leverger, Barão do Melgaço, Nobres, Água Boa, Rondonópolis, Poconé, Cáceres, Rosário Oeste, Tapurah, Tangara da Serra, Vera, Santa Cruz do Xingu, Vila Rica, Diamantino, Santo Antonio do Leste, Chapada dos Guimarães e Santa Rita do Trivelato. Em síntese, além da importância ecológica, que o pescado exerce, desempenham um grande papel na economia onde ocorrem. Dado que a pesca é fortemente dependente do estado do estoque, sua manutenção é fundamental para a atividade pesqueira. Neste contexto o manejo da pesca é imprescindível, pois a tendência de qualquer pescaria não regulamentada é de colapso. O rio Cuiabá, um dos principais tributários da bacia do Alto Paraguai, responde por 80% da produção pesqueira de Mato Grosso (Ferraz de Lima, 1987). Apesar do número de espécies de peixes descritas para o pantanal ser de 263 (britski et.al, 1999), a pesca concentra-se em apenas algumas delas, que apresentam maior valor comercial e estão associadas às regiões onde ocorrem as maiores inundações, sendo primariamente baseada em espécies migratórias. Além da pesca profissional e amadora, a pesca clandestina ou comumente conhecida como pesca depredatória, contribui enormemente na diminuição dos estoques pesqueiros, uma vez que, como toda atividade ilícita, movimenta todo um mecanismo complexo, desde o início até o final do processo; desde a captura ilegal até a inserção do produto no mercado consumidor final a um preço altamente competitivo e rentável.



Diante de tal situação a Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/MT, através da Coordenadoria de Fiscalização de Pesca CFP, vem operacionalizando de maneira efetiva as ações conjuntas com outras instituições tais como; policia militar, Dema, Juvam, Policia Federal e Federação de Pescadores Profissionais do estado de mato grosso, através de seus colônias de pescadores. os postos fixos que foram implantados no ano de 2005 em pontos estratégicos considerados de alto índice de pesca depredatória: (posto avançado da sema na comunidade do estirão comprido e baía de chacororé no município de Barão de Melgaço; e comunidade do pindura no município de nobres), contribuíram e continuam contribuindo enormemente na redução dos índices da pesca depredatória desses locais. A participação dos agentes ambientais é de suma importância no apoio logístico das ações de fiscalização. Os gastos relacionados a esta ação referem-se à pagamento de diárias para as operações no interior do estado e também à aquisição de equipamentos tais como: computador, GPS, máquina fotográfica e gerador de energia.

<b>Ação:</b> 2553 - ANATOMIA E IDENTIFICACAO DE MADEIRAS <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 12302 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA DE MATO GROSSO				
<b>Objetivo Especifico:</b> AVALIAR A PRESSAO EXERC. S/ AS ESPECIES DE MADEIRA EXP.E TRANS., SUBSIDIAR AS ATIVIDADES DE FISCALIZACAO.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> MADEIRA IDENTIFICADA				
<b>Unidade de Medida:</b> m3				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1500000	1500000	1381956.351	92,13	92,13

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	320.816,00	176.372,07	159.072,45	0,00	49,58	90,19
Todas	320.816,00	176.372,07	159.072,45	0,00	49,58	90,19

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	1381956.351
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
A execução física nesta atividade não atingiu o previsto,devido a operação Navalha da Policia Federal e IBAMA, que interditarão 101 madeireiras no norte do Estado, reduzindo o transporte de madeiras de julho a dezembro/2007. A execução orçamentária e financeira demonstrou que os recursos foram mais do que o suficiente para a execução da atividade, motivo pelo qual o excedente de recurso foi movimentado via crédito adicional para atender outras atividades técnicas e administrativas deficitárias.	

<b>Ação:</b> 2946 - CADASTRO DE EMPREENDEDOR DE PRODUTOS AMBIENTAIS <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Especifico:</b> CADASTRAR OS EMPREENDIMENTOS DE PRODUTOS AMBIENTAIS DO ESTADO PARA CONTROLAR A EXTRAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DOS PRODUTOS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EMPREENDIMENTO CADASTRADO				
<b>Unidade de Medida:</b> EMPREENDIMENTO				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2400	2400	2842	118,42	118,42

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	118.310,00	2.440,00	2.440,00	0,00	2,06	100,00
Todas	118.310,00	2.440,00	2.440,00	0,00	2,06	100,00

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	2842
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
O Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais - CC-SEMA torna obrigatório o cadastramento dos empreendimentos que extraíam, coletem, beneficiem, transformem, industrializem, comercializem, armazenem e consumam produtos, subprodutos ou matéria prima de qualquer formação florestal no Estado de Mato Grosso. Realiza suas atividades por meio do Sistema de Cadastro, Comercialização e Transporte de Produtos Florestais - SISFLORA. O serviço mais importante realizado pelo CC-SEMA é o controle e monitoramento da movimentação dos produtos florestais do Estado, gerando uma gama de relatórios que dão suporte a Gestão Florestal da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos vários órgãos	



parceiros que atuam junto à SEMA para promover a utilização consciente dos Recursos Florestais do Estado. A meta física estipulada, de se cadastrar 2400 empreendimentos até o final de 2007 foi ultrapassada em 18,4%, sendo cadastrados 2842 empreendimentos. Sendo que se encontram aproximadamente 300 processos em fase de análise para cadastro. O lançamento dos créditos para comercialização e transporte de produtos florestais pelas empresas cadastradas, realizados através de Planos de Manejo Florestal Sustentável- PMFS, Desmate Autorizado em Licença de Instalação – DALI, Reflorestamento com Espécies Exóticas – RCEE e Plano de Exploração Florestal – PEF geraram, no ano de 2007, um volume total de 4.516.613,28 m3. Sendo que a comercialização total, no referido ano, de toras de madeira nativa através da Guia Florestal GF1 no Estado de Mato Grosso foi de 3.854.871,72 m3. O total comercializado dos Produtos Florestais através das Guias Florestais GF1, GF2 e GF3 gerou uma movimentação de R\$ 2.026.672.586,19 (Dois bilhões vinte e seis milhões seiscentos e setenta e dois mil quinhentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos). Sendo que destes R\$ 1.786.181.136,00 (Um bilhão setecentos e oitenta e seis milhões cento e oitenta e um mil cento e trinta e seis reais) comercializados através de GF3 em vendas para exportação, para outros estados e internas. No período de Novembro e Dezembro de 2007 foram realizadas duas visitas técnicas na região norte do estado, nos empreendimentos do setor madeireiro e Diretorias Regionais com o objetivo de esclarecer dúvidas pertinentes ao CC-SEMA e Sistema SISFLORA. Com grande aceitação do público alvo e solicitação de novos treinamentos para os Representantes Operacionais das empresas. Atividade esta que se dará continuidade em 2008. Referente ao percentual de 2,06% do Valor Empenhado em relação à Dotação Inicial de 2007, na elaboração do PTA 2007 para a execução da Medida e Tarefas previstas, a dotação orçamentária inicial de R\$ 118.310,00 - Fonte 100 foi distribuída em sua grande parte para as despesas com Material de consumo e Serviços Terceirizados de Pessoa Jurídica. A aquisição dos materiais de consumo no decorrer do ano foram feitas mediante Requisição de Material perante a Coordenadoria Administrativa da SEMA. Esperava-se que futuramente fosse solicitado o empenho dos custos, porém os mesmos foram pagos com recursos do Programa 036. Dos R\$ 86.000,00 previstos para o pagamento de parte do contrato com a empresa terceirizada – Tecnomapas foi solicitado, dentro da própria Ação 2946, o Remanejamento de R\$ 56.000,00 para a Natureza de Despesa 44905200 não prevista no PTA 2007. Essa anulação tornou-se possível devido o pagamento à referida empresa ter sido realizado com recursos provenientes da Ação – 1554 Programa 181. A solicitação foi atendida conforme Decreto 907, publicado DOU nº 24721 de 23 de Novembro de 2007, já próximo ao encerramento do exercício financeiro. Através do Termo de Referência nº 01/2007, processo nº 538447/2007 de 27/11/2007, solicitou-se a aquisição de Software que permite o controle de acesso a web. E seria encaminhado novo Termo de Referência para a aquisição do restante dos equipamentos, porém o Governo do Estado bloqueou o orçamento referente à Fonte 100. Dessa forma ocorreu o Remanejamento orçamentário para atender folha de pagamento, conforme determinação da SAD tendo em vista que a previsão efetuada no PTA/2007 foi aquém da necessidade, segundo a Superintendência de Planejamento, conforme Processo nº 3676 de 04 de Dezembro de 2007. Não sendo possível realizar a aquisição dos Softwares e dos equipamentos permanentes. Dessa forma, apesar do percentual baixo do Valor Empenhado em relação à Dotação Inicial de 2007 não significa que a previsão orçamentária foi superestimada, e sim que houve uma falha na sua distribuição inicial quando da elaboração do PTA 2007, nos Empenhos e no Remanejamento durante o ano. Diante do exposto, ao se avaliar a Ação (P/A/OE): 2946: Cadastro de empreendedor de produtos florestais durante o período 2007, o seu desempenho é considerado relevante. Visando dar continuidade aos serviços já prestados aos empreendimentos de base florestal ou que utilizam produtos ou subprodutos de origem florestal, e buscando melhorar e ampliar as suas atividades, o PTA – 2008 prevêem novas tarefas, dentre elas a Homologação do sistema SISFLORA ao sistema DOF do IBAMA e Treinamento dos usuários do sistema SISFLORA.

<b>Ação:</b> 2947 - LICENCIAMENTO DE PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Especifico:</b> LICENCIAMENTO DE PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> AREAS LICENCIADAS				
<b>Unidade de Medida:</b> HECTARE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5300000	5300000	293213.4174	5,53	5,53

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	780.530,83	147.381,00	125.890,21	0,00	16,13	85,42
109	29.238,67	29.238,67	0,00	0,00	0	0
240	53.242,00	150.242,00	91.385,50	0,00	171,64	60,83
244	100.000,00	91.000,00	38.335,00	0,00	38,34	42,13
261	14.130,00	14.130,00	0,00	0,00	0	0
Todas	977.141,50	431.991,67	255.610,71	0,00	26,16	59,17

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	293213.4174
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>	
Considerando que a demanda de projetos para licenciamento em 2007 nesta coordenadoria em hectares foi de 520.032,4556, constata a ocorrência de uma meta física prevista na LOA 2007 superestimada devido esta ação de licenciamento ser recém transferida da UNIÃO para o ESTADO necessitando de dados para fundamentação de estimativa.	



Tendo em vista que atingimos o valor de 293.213,4174 hectares de projetos licenciados o que corresponde aproximadamente a 56% da demanda real, o que é justificado pela baixa quantidade de técnicos na coordenadoria para atender a demanda existente e pela turbulência política na qual passou a superintendência de gestão florestal no ano de 2007.

O valor empenhado em relação à dotação final é justificado pela falta de gerenciamento na coordenadoria que ocorreu no ano de 2007 uma vez que o setor ficou sem nomeação de chefia imediata por um bom tempo e que não tínhamos técnicos com conhecimentos para realização desta tarefa.

A dotação inicial foi superestipulada tendo ocorrido anulações de valores de acordo a tabela abaixo:

REMANEJAMENTOS DA AÇÃO 2947 (informações da SUPLAN/SEMA)

DATA PROCESSO VALOR FONTE AÇÃO ANULADA AÇÃO SUPLEMENTADA

09/07/07 1840 -300.000,00 100 2947 2005  
09/07/07 1840 -200.000,00 100 2947 2007  
03/10/07 2849 97.000,00 240 2333 2947  
04/12/07 3676 -105.245,74 100 2947 2008  
11/12/07 3876 -9.000,00 244 2947 8002  
28/12/07 4237 -27.904,09 100 2947 2008

TOTAL\* -545.149,83

OBS. VALOR NEGATIVO, SIGNIFICA QUE A AÇÃO PERDEU O RECURSO, SE POSITIVO, GANHOU; TOTAL\* = DOTAÇÃO FINAL(após créditos) MENOS DOTAÇÃO INICIAL LOA/2007.

<b>Ação:</b> 2949 - GERENCIAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS DO ESTADO DE MATO GROSSO <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> GERENCIAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS DO ESTADO DE MATO GROSSO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> REGIOES ATENDIDAS				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
<b>Meta Física Prevista LOA 2007</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
12	12	12	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	56.171,99	49.769,20	49.469,98	0,00	88,07	99,40
109	478.537,82	468.537,82	77.250,00	0,00	16,14	16,49
240	176.000,31	176.000,31	122.176,33	0,00	69,42	69,42
245	72.360,00	72.360,00	0,00	0,00	0	0
261	137.882,44	137.882,44	0,00	0,00	0	0
Todas	920.952,56	904.549,77	248.896,31	0,00	27,03	27,52

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	12

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**

Com a criação da Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros em 2005, o setor priorizou a gestão dos recursos pesqueiros, tendo em vista o número reduzido de técnicos lotados na Coordenadoria. Com a realização de concurso público e a consequente contratação de novos servidores em 2006, as atividades de gestão da fauna puderam ser iniciadas. Naquela ocasião, o prazo para a criação de uma nova ação no PTA-2007 já havia se esgotado, então estas atividades foram incluídas nesta Ação 2949, justificadas pelo Programa de Gestão de Recursos da Fauna e Flora (Programa 181) que, até o momento, não previa nenhuma atividade específica para a fauna, somente para recursos pesqueiros. Então foram criadas 6 medidas específicas para a fauna, além das 6 medidas para recursos pesqueiros.

Tivemos grande dificuldade em regionalizar a entrega do produto (três bacias hidrográficas gerenciadas) porque ele compreende todas as regiões do Estado e o FIPLAN não permitia a escolha da região de planejamento 9900 – Estado. Como a maioria das medidas a serem executadas teriam produtos entregues em todas as regiões, dividimos as despesas no PTA-2007 em todas as 12 regiões, o que prejudicou a execução física e orçamentária da ação. Apesar de 8 medidas (total de 12) desta ação previrem a entrega dos produtos em apenas 3 regiões (Noroeste I, Leste e Sudoeste) tivemos que remanejar novamente muitos recursos para uma só região para facilitar o empenho dos recursos. As diárias, por exemplo, tiveram que ser todas remanejadas porque estavam parceladas (Ex: 1,3 diárias na região VI e 3,7 diárias na região IX) e o sistema SIGAF atualmente não permite a soma de diárias de duas ou mais regiões de planejamento para uma mesma ordem de serviço.

Algumas medidas não foram executadas na íntegra devido ao remanejamento de recursos para atividades não previstas, como por exemplo o combate ao mexilhão-dourado no Estado e a realização do Censo Neotropical de Aves Aquáticas.

Outras medidas foram executadas simultaneamente numa mesma viagem de campo, reduzindo significativamente os gastos com diárias e combustível, como por exemplo: 1) reuniões em diversos municípios para discussão de legislação específica para cada bacia, divulgação do SISCOMP, levantamento de informações sobre tráfico de animais silvestres e sensibilização de prefeituras para o combate do mexilhão-dourado; 2) atividade conjunta de mapeamento e monitoramento de ninhas, levantamento do índice de atropelamentos de



animais silvestres e a realização do Censo Neotropical de Aves Aquáticas; 3) monitoramento da atividade reprodutiva da ictiofauna e mapeamento de ninhas. No demonstrativo da despesa orçamentária, as diárias (elemento 33901400), por exemplo, representam cerca de 15% do valor total disponível para a ação, mas foram empenhadas cerca de 6% dos recursos. Quanto ao combustível (elemento 33903000) os recursos representam cerca de 7% do valor previsto, no entanto nenhum deles aparece empenhado ou liquidado. Obviamente o recurso foi utilizado, mas provavelmente não foi computado porque é controlado e administrado por outro setor, sendo a relação destas despesas solicitada e, inclusive, repassada à Gerência de Transporte para que pudessem ser liquidadas. Os recursos oriundo das fontes 245 e 261, representavam cerca de 26% do orçamento previsto para a ação, no entanto elas não foram disponíveis para empenho.

Apesar das dificuldades de execução física e orçamentária desta ação, a meta física e a entrega dos produtos foram alcançadas, mesmo que uma bacia gerenciada represente mais um resultado para a gestão de recursos pesqueiros do que para a gestão da fauna silvestre. Neste caso, para o PTA-2008 já foi previsto uma ação específica para a fauna.

Estamos implementando o Banco de Dados da Fauna de Mato Grosso (MTfauna), por meio das determinações do Grupo Técnico de Trabalho de Fauna (GTT-Fauna), que já vem realizando reuniões para sua implementação desde 2006. O Grupo foi oficialmente instituído por meio da Portaria nº 02, de 12 de janeiro de 2007, com representantes do Ibama/MT, UFMT, Unic, Univag, Embrapa Pantanal, Fundação Ecológica, outras instituições. O MTfauna visa gerar subsídios técnicos para o uso sustentável da fauna, bem como elaborar uma lista oficial de espécies da fauna para o Estado e uma lista das espécies ameaçadas. O banco de dados está em fase final de aperfeiçoamento e em 2008 estaremos testando o sistema por meio da inclusão de dados. O levantamento de dados foi prejudicado, tendo em vista a publicação de uma Portaria Conjunta da SEPLAN/SEFAZ/SAD/AGE estabelecendo limites para a realização dos pregões, assim os termos de referência para contratação de serviços de terceiro (pessoa física) foi devolvido, apesar do encaminhamento ter sido com data anterior a publicação da portaria.

Realizamos o levantamento das rodovias com maior índice de atropelamento de animais silvestres no Estado, no entanto, a confecção de placas de sinalização e educativas para mitigação deste impacto foi prejudicada, tendo em vista a publicação de uma Portaria Conjunta da SEPLAN/SEFAZ/SAD/AGE estabelecendo limites para a realização dos pregões. Assim o termo de referência para contratação de serviços de terceiro (pessoa jurídica) foi devolvido, apesar do encaminhamento ter sido com data anterior a publicação da portaria. Para o "Projeto Quelônios" no Refúgio de Vida Silvestre Quelônios do Araguaia, adquirimos somente um veículo (caminhonete), tendo em vista que todas as demais despesas previstas são da fonte 261, que não foi disponibilizada para o projeto.

Construímos e implantamos, em parceria com a EMBRAPA Pantanal e a Federação dos Pescadores de MT, o Sistema de Controle e Monitoramento da Pesca (SISCOMP/MT), abrangendo a pesca amadora e profissional, que tem o objetivo de coletar, analisar e disponibilizar informações sobre a pesca nas três bacias hidrográficas do Estado. Com o acúmulo de dados, será possível identificar as tendências das populações de peixes exploradas em resposta à pressão de pesca e aos fatores ambientais, assim como as tendências dos aspectos sociais e econômicos da atividade. Finalmente, os conhecimentos produzidos servirão como subsídios para o ordenamento e a gestão dos recursos pesqueiros do Estado. As vantagens para o pescador são a comprovação, por meio de um documento oficial, da produção individual e coletiva de localidades de pesca ao longo do tempo e, também, a comprovação de exercício da atividade pesqueira para renovação da carteira de pescador profissional, seguro desemprego e aposentadoria. Foram realizados: 1) reuniões em várias Colônias de Pescadores para divulgação do Sistema; 2) orientação dos pescadores profissionais sobre o modo como as Declarações de Pesca Individual (DPIs) devem ser preenchidas; 3) divulgação do sistema na Feira Ambiental da Região Hidrográfica do Paraguai (Cuiabá, MT), Reunião do Grupo Temático Pesca e Turismo (Campo Grande, MS) e I Seminário Nacional de Monitoramento e Estatística da Atividade Pesqueira (Brasília, DF); 4) confecção e emissão de 56.000 DPIs para as colônias de pescadores do Estado; 5) participação no I Workshop SISCOMP & SCPESCA (Corumbá, MS), no qual nos reunimos com pesquisadores da Embrapa Pantanal e técnicos da SEMA-MS para discussão dos resultados dos sistemas de estatística pesqueira dos dois estados. Na atual fase de implantação do SISCOMP/MT, estamos abastecendo o banco de dados com as informações das DPIs. O resultado dos trabalhos executados até o momento está sendo divulgado por meio um artigo submetido em parceria com a Embrapa Pantanal para a Revista Panamjas, no entanto a impressão de boletins técnicos não foi realizada porque o volume de dados inseridos até o momento não é suficiente para divulgação, ficando esta tarefa a ser executada em 2008.

Realizamos reuniões com as colônias de pescadores em 14 municípios para discussão sobre a legislação pesqueira vigente no Estado, nas quais pescadores e comerciantes de pescado fizeram sugestões e críticas a Lei de Pesca (Lei nº 7881/2002). Encaminhamos uma proposta de alteração do novo Projeto de Lei Estadual de Pesca em tramitação na Assembleia Legislativa, na qual incluímos as sugestões e críticas apresentadas nestas reuniões com as colônias e as propostas discutidas internamente na SEMA.

Realizamos juntamente com técnicos da Superintendência de Defesa Civil (SUDEC) e de Recursos Hídricos (SURH) e da Coordenadoria de Fiscalização de Pesca (CFP/SUAD), o atendimento emergencial de uma ocorrência de mortandade de peixes, por meio de coletas de amostras de água, sedimento e peixes nos municípios de Barão de Melgaço, Acorizal, Cuiabá e Várzea Grande. Esse acompanhamento junto à população é importante para investigar as causas dessa mortandade e tomar as providências cabíveis para minimizar o impacto ambiental e punir os infratores. Foram adquiridos equipamentos de laboratório para investigação de causas determinantes de mortandade de peixes.

Para a gestão compartilhada de combate ao tráfico e à caça ilegal de animais silvestres, fizemos um levantamento dos autos de infrações emitidas pela SEMA e constatamos que não existe uma rotina de fiscalização de fauna. Toda atividade que envolva o uso da fauna silvestre no Estado é licenciada ou autorizada pelo Ibama, sendo a maioria dos crimes contra a fauna fiscalizados pelo Instituto. Então nossa fonte de informações para o Estado foi obtida do Relatório Nacional de Combate ao Tráfico (RENCTas) e da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Investigar o Tráfico Ilegal de Animais e Plantas Silvestres da Fauna e da Flora Brasileiras" – CPITRAFI. Constatamos que Mato Grosso tem sido apontado como uma das principais rotas de tráfico de animais silvestres do país, com algumas cidades ou regiões se destacando como fornecedoras de fauna silvestre e também como pontos de venda de animais. Uma das causas desse comércio ilegal é o desconhecimento da lei por parte da população. Neste sentido confeccionamos 60.000 (sessenta mil) cartilhas sobre tráfico de animais silvestres, que serão distribuídas gratuitamente a estudantes da rede estadual de ensino, com apoio da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

Continuamos com a atividade de mapeamento e monitoramento de ninhas no Estado, iniciada em 2006. Identificamos até o momento a existência de 35 ninhas na região do Pantanal, dos quais 21 foram visitados nos municípios de Cáceres, Poconé e Barão de Melgaço. Esta atividade é permanente e tem os seguintes objetivos: 1) mapeamento das áreas de ocorrência; 2) identificação das atividades que possam estar comprometendo a reprodução das aves e a conservação destas áreas; 3) mitigação dos impactos causados por estas atividades; 3) incentivo ao turismo e geração de informações sobre o tema; 4) monitoramento da dinâmica do ninhal e das ações de conservação nestas áreas. A percepção desta atividade foi excelente e conseguimos o apoio de diversos fazendeiros e empresários. Durante o levantamento preliminar, não conseguimos identificar a presença de ninhas na Bacia Amazônica. Na Bacia do Araguaia tivemos notícia da existência de poucos ninhas e todos de difícil acesso. Por este motivo a atividade foi realizada somente na Bacia do Alto Paraguai, sendo os recursos remanejados para esta região, onde constatamos a existência de muitos ninhas conhecidos e de fácil acesso. As principais ameaças constatadas são o desmatamento, a captura de iscas vivas, a proximidade do manejo da pecuária, o fogo



Governo do Estado de Mato Grosso

e o turismo desordenado. Faz-se necessário a continuidade desta atividade para que possamos compreender melhor a dinâmica destas áreas e as ameaças para a conservação destas áreas. Muitos dados obtidos em 2007 não são consonantes com a literatura pesquisada, por isso, o material informativo e as placas informativas não foram confeccionadas, estando previsto para 2008 ou 2009.

REMANEJAMENTOS NA AÇÃO 2949 (informações da SUPLAN/SEMA)

DATA PROCESSO VALOR FONTE AÇÃO ANULADA AÇÃO SUPLEMENTADA

15/08/07 2225 -10.000,00 109 2949 2353

28/12/07 4237 -6.402,79 100 2949 2008

TOTAL\* -16.402,79

OBS. VALOR NEGATIVO, SIGNIFICA QUE A AÇÃO PERDEU O RECURSO, SE POSITIVO, GANHOU; TOTAL\* = DOTAÇÃO FINAL(após créditos) MENOS DOTAÇÃO INICIAL LOA/2007.



Governo do Estado de Mato Grosso

## Programa

**Programa:** 0183 - GESTAO DE RESIDUOS SOLIDOS  
**Objetivo do Programa:** PROMOVER O GERENCIAMENTO DOS RESIDUOS SOLIDOS, DE FORMA SUSTENTAVEL E INTEGRADA, ENTRE OS DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE E A CAPACITACAO DE RH ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DE COLETA,SEPARACAO E DISPOSICAO ADEQUADA DE RESIDUOS SOLIDOS NOS MUNICIPIOS DO ESTADO  
**Und.Resp.Programa:** 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
**Resp. Programa:** SALATIEL ALVES DE ARAUJO

Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
Indicadores:	2007 MUNICIPIOS C/ DISPOSICAO ADEQUADA DO LIXO	04	município	0	10	04	17/12/2004
	2007 MUNICIPIOS C/EMPREENHIMENTOS TRATAMENTO,SEPARACAO,RECIC	01	município	0	4	25	17/12/2004
	2007 MUNICIPIOS COM COLETA TOTAL DE LIXO	130	município	0	10	130	17/12/2004
	2007 PESSOAS EMPREGADAS NO TRATAMENTO,SEPARACAO, E RECICLAGE	Não aplicavel	peessoa	0	0	Não aplicavel	17/12/2004

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
423.451,65	422.646,65	42.865,00	0,00	10,12	10,14

### Avaliação de resultados e da execução do programa:

Com os trabalhos de vistorias técnicas em quase todos os Municípios do estado, no ano de 2007, com realização de oficinas e palestras sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos, de serviços de saúde, do setor rural e industrial verificamos um incremento na apresentação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos e de Serviços de Saúde, totalizando 05 (cinco) Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, embora os recursos não tenham sido totalmente utilizados pela reduzida equipe técnica para atender toda a demanda da Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos.

A equipe da Coordenadoria de Resíduos Sólidos elaborou o Termo de Referência para apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde, através de uma Instrução Normativa conjunta entre a SEMA e a Secretária de Estado de Saúde-SES, visando oferecer subsídios aos Municípios quando este for o gerador e a todas os setores de serviços de saúde.

O Termo de Referência para o setor industrial também foi elaborado, sendo apresentados 133 (cento e trinta e três) Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais, 117 (cento e dezessete) Inventários de Resíduos Sólidos Industriais e 02 (dois) Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Setor Rural que estão em fase de análise.

Palestras foram realizadas, buscando estimular a criação de consórcios intermunicipais de gestão de resíduos sólidos nos municípios de Campo Novo do Parecis, Porto dos Gaúchos, Juara, Barra do Garças, Nova Lacerda, Alta Floresta, Colider, Sorriso, Rio Branco, Várzea Grande, Mirassol D'Oeste, Barra do Bugres, além de outras sobre a gestão de resíduos industriais, resíduos especiais e resíduos do setor rural, totalizando 16 (dezesseis) palestras).

Foi elaborado também, um folder informativo com produção de 1000 (mil) unidades sobre o Inventário e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais, questão esta, discutida em um Seminário - Aspectos Técnicos e Legais do Inventário e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais, realizado em Cuiabá pela SEMA, com apoio da FIEMT.

As nossas ações de sensibilização nas Prefeituras Municipais, sobre a importância da elaboração e implementação dos PGRS levaram as Prefeituras Municipais da baixada Cuiabana a realizarem convênio com a UFMT para elaboração de PGRS, cabendo a SEMA o auxílio na escolha das áreas para execução dos aterros sanitários.

Com relação a elaboração de projetos de aterros sanitários, embora não houvesse aporte de recursos financeiros, diversas Prefeituras já estão se mobilizando para a elaboração dos PGRS e do projeto do aterro sanitário, sendo que no ano de 2007, foram apresentados 06 novos projetos de aterro sanitário, atingindo assim a meta física que era de um Município com projeto elaborado além de que foram atendidos vários municípios que entraram com solicitação para vistorias de áreas para implantação de aterro sanitário municipal.

A capacitação para profissionais relacionados a coleta/tratamento/destinação final foi realizada através de uma oficina no Município de Marcelândia e 14 (catorze) palestras, contemplando os seguintes Municípios: Nova Mutum, Mirassol do Oeste, Pontes e Lacerda, Guarantã do Norte, Alta Floresta, Colider, Cuiabá e Chapada do Guimarães. Assim entendemos que a meta de dois cursos, foi superada pelo nº. de Municípios atendidos com palestras sobre a gestão de resíduos sólidos. Com as ações, houve um incremento dos processos de licenciamento dos empreendimentos que operam com reciclagem de resíduos, dando entrada na CGRS 66 (sessenta e seis) empreendimentos, incluindo os postos e centrais de embalagens vazias de agrotóxicos e as unidades de compostagem.

Ressalta-se ainda, que a equipe da CGRS esteve visitando os Órgãos Estaduais do Meio Ambiente e empreendimentos que operam com a gestão de resíduos sólidos, dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro com objetivo de conhecer novas tecnologias do setor.

### Indicadores:

Não houve alteração dos indicadores elaborados no início do programa, até esta data, embora o RAG de 2004 já indicasse essa necessidade. Os indicadores só foram alterados no PPA 2008-2011.

Este Órgão já liberou 09 (nove) Licenças de Operação para aterros sanitários dos Municípios de Cuiabá, Tangará da Serra, Alta Floresta, Matupá, Jaurú, Denise, Diamantino, Cotriguaçu e Barra do Garças. No entanto, a grande maioria das licenças encontram-se vencidas e os aterros com problemas operacionais, sendo solicitado dados complementares e obras de melhorias. Os Municípios com coleta seletiva/triagem são: Cuiabá, Tangará da Serra e Primavera do Leste.

Com relação ao indicador coleta total de lixo foram encaminhados para as prefeituras formulários visando a atualização dos dados, porém até o encerramento do exercício o setor responsável não recebeu de todas as prefeituras o referido formulário contendo as informações solicitadas.



Governo do Estado de Mato Grosso

**Outros produtos entregues no programa**

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

**Recomendações:**

Ampliar o nº de técnicos e de equipamentos da CGRS, com objetivo de atender toda a demanda existente;  
 Criar mecanismos de incentivos a implantação de empresas que operam com a gestão de resíduos sólidos;  
 Uma maior articulação com a Superintendência de Educação Ambiental e com organizações atuantes no setor de resíduos sólidos;  
 Reavaliar a cada final de ano as ações realizadas e os resultados obtidos para alterações se necessário for.



Governo do Estado de Mato Grosso

**Ações do Programa**

**Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações**

<b>Ação:</b> 1568 - FOMENTO A ELABORACAO DE PLANOS DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESIDUOS SOLIDOS (PGRS). <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> ORGANIZAR AS ATIVIDADES DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINA CAO FINAL DOS RESIDUOS SOLIDOS DOS MUNIC. DO ESTADO.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> MUNICIPIO COM PLANOS ELABORADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> MUNICIPIO				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5	5	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	76.000,00	76.000,00	40.735,00	0,00	53,60	53,60
261	93.560,00	93.560,00	0,00	0,00	0	0
Todas	169.560,00	169.560,00	40.735,00	0,00	24,02	24,02

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 A Política Estadual de Resíduos Sólidos - Lei 7862/02 estabelece que os Municípios são responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos devendo estes, apresentarem o PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos como parte integrante do processo de licenciamento ambiental.  
 No entanto, diversos fatores dificultam o planejamento e o gerenciamento municipal dos resíduos sólidos, tais como, a falta de disponibilidade de estruturas administrativas e de recursos humano e financeiro compatíveis com as exigências dessa complexa tarefa.  
 Como em muitos casos, a capacidade de gerenciamento nas administrações é relativamente baixa, o plano de gestão tem que ser compatível com a realidade local, sendo necessária a capacitação dos técnicos municipais que devem estar motivados para a sua elaboração e implementação.  
 Com esse pensamento, a equipe da Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos, realizou no ano de 2007, visitas técnicas em quase todos os Municípios Mato-grossenses, com exceção dos Municípios de Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Cocalinho, Nova Nazaré, Nova Guarantã e Rondolândia, para conhecer a realidade atual da gestão dos resíduos sólidos, ao mesmo tempo em que foram lavradas aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) Notificações, concedendo prazos para apresentação dos PGRS - Plano de Gestão de Resíduos Sólidos e para tomada das medidas emergências nas áreas de depósito de lixo (lixões) e Cemitérios, visando a minimização dos impactos ao meio ambiente e a saúde da população, assim como em atividades industriais para apresentação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais. Em paralelo, 05 (cinco) palestras foram ministradas, nos Municípios de Cuiabá, sendo uma palestra no Seminário "Aspectos Técnicos e Legais - Inventário e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais", realizado pela SEMA com apoio da FIEMT e quatro palestras, sendo duas em Cuiabá e duas em Cáceres sobre Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde, mostrando a importância da elaboração e implementação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos. Essas ações resultaram num incremento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, totalizando 05 (cinco) Planos de Gerenciamento de Resíduos Urbanos e de Saúde, 133 (cento e trinta e três) Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais, 117 (cento e dezessete) Inventários de Resíduos Sólidos Industriais, 02 (dois) Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Setor Rural e 06 (seis) novos projetos de aterro sanitário, além de atendimento de solicitações para vistorias de área para implantação de aterros sanitários. Para execução das ações, o valor orçado foi de R\$ 169.560,00, dos quais R\$ 93.560,00 da fonte 261, que não teve recursos e R\$ 76.000,00 da fonte 240.  
 Do total da fonte 240, foi orçado o valor de R\$ 55.800,00 para o elemento de despesa diárias, sendo pago R\$ 40.735,00, sendo anulado R\$ 15.000,00 desse elemento de despesa, assim como, o valor de R\$ 16.200,00 do elemento de despesa material de consumo e R\$ 4.000,00 do elemento SPJ, sendo o total de R\$ 35.200,00 remanejado para o elemento de despesa STPJ orçado inicialmente no valor de R\$ 2500,00. Isto justifica pela não ampliação da equipe da Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos, conforme previsto em concurso público, acontecendo inclusive uma redução do seu quadro técnico e uma redução da quantidade de diárias permitidas por mês a cada técnico, optando-se assim pelo remanejamento dos recursos para STPJ visando ampliar a quantidade de cartilhas e manuais tendo em vista a importância de disponibilizar informações técnicas e legais para orientação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para os Municípios. Sendo assim, foi elaborado o Termo de Referência (Protocolo nº. 488163/07), que não foi concretizado por força do prazo estabelecido na Portaria Conjunta SEPLAN/SEFAZ/SAD/AGE nº. 01 de 31/10/07.

<b>Ação:</b> 1569 - FOMENTO A ELABORACAO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE ATERROS SANITARIOS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE				
<b>Objetivo Específico:</b> PROMOVER A DESTINACAO FINAL ADEQUADA DOS RESIDUOS SOLIDOS DOS MUNICIPIOS DO ESTADO.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> MUNICIPIO COM PROJETOS TECNICOS ELABORADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	2	6	300,00	300,00



Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
261	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0	0
Todas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0400 - LESTE	3
1000 - CENTRO	1
0600 - SUL	1
0500 - SUDESTE	1

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Nesta ação houve previsão orçamentária na fonte 261, dotação reservada para os convênios, como a secretaria não firmou nem um convênio relacionado às atividades desta ação consequentemente não houve aporte de recurso financeiro o que prejudicou o desenvolvimento da ação. Entretanto, mesmo não havendo aporte de recursos financeiros, a meta física da ação foi cumprida além das expectativas a partir de mobilizações realizadas pelo setor responsável, por meio de palestras, reuniões, inspeções técnicas, entre outras ferramentas, em quase todas as Prefeituras Municipais, tendo como resultado a apresentação de seis projetos de aterro sanitário, que estão em fase de licenciamento, dos seguintes municípios: Canarana, Nobres, Ribeirão Cascalheira, Campinápolis, Jaciara e Nova Mutum.

Ação: 1570 - FOMENTO A IMPLANTACAO DE ATERROS SANITARIOS E A RECUPERACAO DE LIXOES Tipo de Ação: Projeto					
Unidade Resp.Ação: 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE					
Objetivo Especifico: PROMOVER A DEST. FINAL ADEQUADA DOS RESID. SOLIDOS E A RECU. DAS AREAS DEGRADADAS PELOS LIXOES.					
Descrição da Meta Física: MUNICIPIOS COM PROJETOS TECNICOS IMPLANTADOS					
Unidade de Medida: UNIDADE					
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	
1	1	1	100,00	100,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
109	1.752,18	1.752,18	0,00	0,00	0	0
240	27.150,00	27.150,00	0,00	0,00	0	0
261	148.208,00	148.208,00	0,00	0,00	0	0
Todas	177.110,18	177.110,18	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
1000 - CENTRO	1

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Esta ação não foi desenvolvida, em 1º lugar pelo aporte de recursos da fonte 261 não ter sido liberada, totalizando R\$ 148.208,00 do total previsto de R\$ 177.110,18.  
Em decorrência foi anulado o valor de R\$ 1.752,18 previsto para material de consumo para ser suplementado ao valor de R\$ 27.150,00 previsto inicialmente para serviços de terceiros pessoa jurídica para um início dos trabalhos, conforme Termo de Referência Protocolo nº. 526296/2007, que não foi concretizado por força do prazo estabelecido na Portaria Conjunta SEPLAN/SEFAZ/SAD/AGE nº. 01 de 31/10/07.  
No entanto, esclarecemos que para execução desta ação é de fundamental importância que o Município tenha elaborado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, apresentado alternativas locais, sendo um dos pontos primordiais na fase inicial, uma vez que, a escolha de área envolve o planejamento do uso e ocupação do solo para a área e seus entornos, respeitando as distâncias estabelecidas em Lei para os recursos hídricos, as distâncias estabelecidas por Resolução CONAMA para aeroportos e pistas de pouso, as condições de acesso, além de todos os estudos técnicos envolvidos, tais como: dados pedológicos, dados sobre relevo, dados sobre águas subterrâneas e superficiais, sobre o clima, dados sócio-econômicos e sobre a legislação. Após vitórias nas áreas, análise e aprovação pelo Órgão Estadual do Meio Ambiente de todos esses estudos é emitida a Licença Prévia, através de um Parecer Técnico.  
O município a partir daí, pode começar a elaboração do projeto executivo, com o dimensionamento do aterro sanitário, detalhamento de todos os componentes do projeto, desenhos e plantas e cronograma físico-financeiro de acordo com a disponibilidade de cada Município.  
Após aprovação pelo órgão Estadual do Meio Ambiente, do projeto executivo, através de Parecer Técnico, a Licença de Instalação poderá ser emitida, para o início das obras do aterro sanitário.  
O Município de Colider está em fase de instalação do aterro sanitário, através de um convenio com a SEMA com recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente. Encontra-se instalado, mas não em operação o aterro sanitário do Município de Sorriso.  
Todas as etapas de planejamento, escolha de áreas, elaboração de projetos, demandam tempo, equipe técnica capacitada, recursos financeiros por parte dos Municípios, sendo que os resultados demandam de médio a longo prazo. Deve-se ter sempre em vista a importância de que uma área adequada significa menores gastos com preparo, operação e encerramento do aterro, mas fundamentalmente significa menores riscos ao meio ambiente e a saúde pública.  
Ressalta-se ainda, que para recuperação dos lixões é necessário que os Municípios já estejam operando o aterro sanitário.



Ação: 1571 - CAPACITACAO P/ ATIVIDADES PROFISSIONAIS RELACIONADAS A COLETA/TRATAMENTO/DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS Tipo de Ação: Projeto					
Unidade Resp.Ação: 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE					
Objetivo Especifico: QUALIFICAR MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DOS RESIDUOS SOLIDOS					
Descrição da Meta Física: CURSO REALIZADO					
Unidade de Medida: UNIDADE					
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	
2	2	0			

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	42.357,23	42.357,23	1.275,00	0,00	3,01	3,01
Todas	42.357,23	42.357,23	1.275,00	0,00	3,01	3,01

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	0

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Tendo em vista a não ampliação do quadro de técnicos da Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos - CGRS é humanamente impossível a equipe atender toda a gestão dos resíduos sólidos no Estado e as de licenciamento ambiental, sendo que os trabalhos foram realizados em parte, com a sensibilização dos Municípios através de uma oficina no Município de Marcelândia e 14 (catorze) palestras, contemplando os seguintes Municípios: Nova Mutum, Mirassol do Oeste, Pontes e Lacerda, Guarantã do Norte, Alta Floresta, Colider, Cuiabá, Chapada do Guimarães Assim, optou-se por remanejar os recursos disponíveis (R\$ 10.316,16) para contratação de STP) totalizando um total de R\$ 41.082,23 para realização dos cursos, previstos na meta física, nos Municípios, que não chegou a serem realizados. Ação ficou prejudicada pela falta de recursos humanos e pela alta demanda dos municípios quanto a palestras e oficinas, e também devido ao prazo estabelecido na Portaria Conjunta SEPLAN/SEFAZ/SAD/AGE de nº. 01 de 31/10/07 que estabelece prazos para o

Ação: 1573 - APOIO A IMPLANTACAO DE COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLAVEIS Tipo de Ação: Projeto					
Unidade Resp.Ação: 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE					
Objetivo Especifico: FOMENTAR A ORGANIZACAO E IMPLEMENTACAO DA COLETA E SEPA RACAO DE MATERIAIS RECICLAVEIS NOS MUNIC. DO ESTADO.					
Descrição da Meta Física: MUNICIPIO ATENDIDO					
Unidade de Medida: UNIDADE					
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	
10	10	40	400,00	400,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	1.660,00	855,00	855,00	0,00	51,51	100,00
109	17.764,24	17.764,24	0,00	0,00	0	0
261	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0	0
Todas	24.424,24	23.619,24	855,00	0,00	3,50	3,62

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	2
0800 - OESTE	2
0500 - SUDESTE	10
0600 - SUL	11
1000 - CENTRO	1
0200 - NORTE	1
0700 - SUDOESTE	7
0400 - LESTE	6

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Foram realizadas inspeções técnicas em empreendimentos que operam com coleta e separação de recicláveis nos municípios do estado (Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis, Juína, Cotriguaçu, Poxoréu, Campo Verde, Nobres, Rosário do Oeste, Ipiranga do Norte, Colider, Cáceres, Mirassol do Oeste, São José Quatro Marcos, Araputanga, Figueirópolis, Indaivaí, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antonio do Leverger, Barão do Melgaço, Poconé, Jangada, Acorzal, Vila Bela Santíssima Trindade, Primavera do Leste, Paranatinga, General Carneiro, Barra do Garças, Nova



Governo do Estado de Mato Grosso

Xavantina, Água Boa, Canarana, Pontal do Araguaia, Rondonópolis, Juscimeira, Jaciara, Dom Aquino, São José do Povo, Guiratinga, Pedra Preta, Cuiabá, Várzea Grande, sendo atendidos 40 (quarenta) Municípios. No entanto, devido a reduzida equipe técnica da CGRS do total de R\$ 13.640,00 disponível para diárias, foram pagos apenas R\$ 855,00, uma vez que, os trabalhos de vistorias técnicas para atendimento das ações 1573, 1568, 1571 foram realizados ao mesmo tempo para esta ação, reduzindo custo com combustível e diárias. Optou-se assim, pela anulação dos recursos disponíveis e remanejamento dos mesmos para serviço de terceiros pessoa jurídica para continuidade das ações com a realização de oficinas, divulgação e preparação de cartilhas, juntamente com a equipe da Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos que não chegou a concretizar devido o prazo estabelecido na Portaria Conjunta SEPLAN/SEFAX/SAD/AGE de nº. 01 de 31/10/07.



Governo do Estado de Mato Grosso

## Programa

**Programa:** 0200 - MELHORIA DO USO DOS SOLOS E INSUMOS AGRICOLAS NO ESTADO

**Objetivo do Programa:** PROMOVER A MELHORIA DO USO DE SOLOS E INSUMOS AGRICOLAS

**Und.Resp. Programa:** 12101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

**Resp. Programa:** JOÃO WEICH

Indicadores:	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
	2007	AREA CULTIVADA COM A CULTURA DE SOJA EM PLANTIO DIRETO	informar	percentual	83	90	informar	17/12/2004
2007	EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTOXICOS DEVOLVIDAS	Anual	percentual	50	70	75	17/12/2004	
2007	PEQ PROPRIEDADES QUE ADOTAM PRATICAS CONSERVACIONISTAS	informar	unidade	0	15	informar	17/12/2004	

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
609.257,50	580.401,60	196.730,61	0,00	32,29	33,90

### Avaliação de resultados e da execução do programa:

O Programa Melhoria do Uso dos Solos e Insumos Agrícolas no Estado sob a da SEDER, as três ações são executadas pelas vinculadas:EMPAER, INDEA. A ação 1907- Recuperação e Conservação da Bacia do Rio Cuiabá sob a responsabilidade da EMPAER da meta física prevista de 350 foi executada 300 hectares de matas ciliares recompostas. Entretanto, apesar da baixa execução orçamentária e financeira de 38,08%, o órgão conseguiu executar as metas através de parcerias privadas com agricultores que fizeram o plantio.O órgão explica por que se deu a baixa execução da ação. As ações sob a responsabilidade da ENDEA são:2430- Intensificação do Controle de Agrotóxico e Afins a meta física superou o valor previsto, devido ao subdimensionamento da mesma. A ação 1886- Treinamento de Aplicativo de Agrotóxicos, o resultado alcançado está compatível com o previsto tendo em vista que houve um bom índice de execução orçamentária e financeira e o número de pessoas capacitadas, por o treinamento ter como exigência de pré-inscrição dos interessados.O Program foi reformulado e para o PPA 2008-2011, ele ficou vinculado a Unidade Orçamentária 12.302 Instituto de Defesa Agropecuária de Mato GrossoINDEA.Responsável: Júlio César Malheiros Fone 3613-6201

### Indicadores:

O órgão não analisou os indicadores.

### Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

### Recomendações:





### Ações do Programa

#### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1886 - TREINAMENTO DE APLICADORES TERRESTRES DE AGROTOXICOS E AFINS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 12302 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA DE MATO GROSSO				
<b>Objetivo Específico:</b> HABILITAR APLICADORES TERRESTRES DE AGROTOXICOS E AFINS EM ATENDIMENTO A LEGISLACAO.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> APLICADOR TERRESTRE DE AGROTOXICOS E AFINS HABILITADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> PESSOA				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
140	100	85	60,71	85,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	14.329,50	11.733,60	11.287,50	0,00	78,77	96,20
Todas	14.329,50	11.733,60	11.287,50	0,00	78,77	96,20

<b>Região de Planejamento</b>		<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO		85
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>		
A meta física prevista foi praticamente alcançada, porém os treinamentos exigem pré-inscrição dos interessados nos municípios de realização e o público alvo é convidado a participar, logo o nº de inscrição e treinandos, está diretamente relacionado com o interesse e/ou disponibilidade de participação, no entanto, os aplicadores treinados atendem as expectativas desta coordenadoria. Quanto a execução orçamentária e financeira ficou abaixo do previsto, sendo que e os recursos excedentes foram remanejados via suplementação para atender as atividades administrativas (PA 2007 elemento 339039). Já a execução da dotação após crédito foi satisfatória.		

<b>Ação:</b> 1907 - RECUPERACAO E CONSERVACAO DA BACIA DO RIO CUIABA <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 12501 - EMPRESA MATOGROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL S/A				
<b>Objetivo Específico:</b> RECUPERAR E CONSERVAR A BACIA DO RIO CUIABA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> ÁREAS DE MATA CILIAR RECOMPOSTAS E PROTEGIDAS				
<b>Unidade de Medida:</b> HECTARE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
350	350	300	85,71	85,71

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
245	432.975,00	432.975,00	67.609,78	0,00	15,62	15,62
Todas	432.975,00	432.975,00	67.609,78	0,00	15,62	15,62

<b>Região de Planejamento</b>		<b>Qtd. Meta Física</b>
0600 - SUL		300
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>		
O Projeto de Recuperação e Conservação da Bacia do Rio Cuiabá é resultado de uma ação da Procuradoria de Mato Grosso, junto ao Ibama, pela aplicação dos recursos de reposição florestal. Os recursos são provenientes da reposição florestal recolhido pelo Ibama e retido em Juízo pela Justiça Federal para aplicação no Projeto, da Fonte 245, por força de convênio. O Projeto é acompanhado por dois peritos designados pela Justiça Federal: Perito técnico e perito contábil.		
O orçamento anual apresentado ao juiz federal que determina o valor a ser aplicada no período, teve sua dotação orçamentária programada de R\$ 500.000,00 sendo R\$ 432.975,00 para custeio e R\$ 67.025,00 para pessoal na Fonte 245.		
Para atingir a meta de 350 ha de matas ciliares recompostas foram produzidas e distribuídas 130.000 mudas. Sendo que esse total de mudas foi suficiente para que 300 ha de matas ciliares fossem recompostas e protegidas, representando 85,71% da meta física.		
O baixo desempenho orçamentário e financeiro foi de 15,62%, entretanto, para execução da meta através das entidades representativas, em firmar parcerias entre as Prefeituras Municipais-Produtor-Associações e a Empaer, além de que houve frustração licitação pregão na compra de canos no valor de R\$ 100.000,00, pelo não comparecimento de fornecedores.		
Previu-se a construção de 30 açudes, objeto de licitação sob a modalidade de Pregão, porém não veio a ocorrer tendo em vista interferência política, que viria a auxiliar na recuperação das matas ciliares.		
Ressaltamos que da dotação inicial foi remanejado para atender as necessidades do projeto o valor de R\$ 67.025,00 para o projeto Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos para manutenção de contrato temporário de trabalhadores braçais, na produção das mudas.		



Podemos concluir que os trabalhos não foram prejudicados, a meta menor que o esperado não trouxeram prejuízos ao público beneficiário, e nem aos trabalhos da empresa.

<b>Ação:</b> 2430 - INTENSIFICACAO DO CONTROLE DE AGROTOXICOS E AFINS <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 12302 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA DE MATO GROSSO				
<b>Objetivo Específico:</b> PROMOVER O USO CORRETO E SEGURO DE AGROTOXICOS E AFINS.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> ESTABELECEMENTO FISCALIZADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
300	300	1363	454,33	454,33

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	161.953,00	135.693,00	117.833,33	0,00	72,76	86,84
Todas	161.953,00	135.693,00	117.833,33	0,00	72,76	86,84

<b>Região de Planejamento</b>		<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO		1363
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>		
Execução física da meta foi superada, devido ao subdimensionamento da meta proposta e da implantação do programa de gerenciamento do comércio e devolução de embalagens vazias de agrotóxicos, que exigiram maior número de visitas aos estabelecimentos. A execução orçamentária e financeira foi razoável, embora apesar do remanejamento do excedente via crédito adicional para atender as atividades administrativas (PA 2005 e PA 2007 -elementos 339014 e 339039), ficou um saldo de dotação não utilizado pela atividade no exercício.		



## Programa

<b>Programa:</b> 0186 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM AREAS NATURAIS								
<b>Objetivo do Programa:</b> DESENVOLVER O TURISMO EM AREAS NATURAIS DE FORMA SUSTEN TAVEL PROMOVEDO O BEM-ESTAR DAS POPULACOES ENVOLVIDAS,								
<b>Und.Resp.Programa:</b> 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO								
<b>Resp. Programa:</b> ELIZETHE ROSE DE CASTILHO								
<b>Indicadores:</b>	<b>Ano</b>	<b>Descrição</b>	<b>Periodicidade da Apuração</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Índice Início PPA</b>	<b>Índice Final PPA</b>	<b>Índice Atual</b>	<b>Dt. Apuração</b>
	2007	RECEITA LIQUIDA GERADA PELO TURISMO RECEPTIVO NO ESTADO	103.000,00	milhoes reais	63	250	39.00	21/12/2007

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
100.910,00	98.253,49	40.023,38	0,00	39,66	40,73

**Avaliação de resultados e da execução do programa:**  
O programa não foi executado em sua totalidade devido o projeto que contemplaria ações de maior visibilidade( parceria governo federal); não ter sido executado, sendo assim prejudicando as ações no estado ora planejada anteriormente.

**Indicadores:**  
Fora atendido 08 municípios envolvendo 6000 pessoas, não evoluindo as ações por motivo da não parceria com o governo federal.

Outros produtos entregues no programa			
Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

**Recomendações:**



## Ações do Programa

### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1395 - GESTAO E IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA DE ECOTURISMO DA AMA ZONIA LEGAL NO ESTADO DE MT (PROECOTUR). <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO				
<b>Objetivo Especifico:</b> DESENVOLVER O ECOTURISMO NA AMAZONIA MATOGROSSENSE.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZONIA LEGAL ELABORAD O E EXECUTADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
50	50	1	2,00	2,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	5.930,00	275,00	275,00	0,00	4,64	100,00
261	27.180,00	27.180,00	0,00	0,00	0	0
Todas	33.110,00	27.455,00	275,00	0,00	0,83	1,00

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	1

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Por esse ser um projeto descentralizado do governo federal a sua meta não foi atingida pois o mesmo não teve nenhuma ação no ano de 2007, o projeto esta em fase de reestruturação e realinhamento para continuidade no exercício de 2008. No ano de 2007, foi realizada somente uma reunião para avaliação e estimativas de continuidade de projetos nos estados.

<b>Ação:</b> 1398 - DESENVOLVIMENTO DE TURISMO NO MEIO RURAL - PRODETUR <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO				
<b>Objetivo Especifico:</b> INCENTIVAR O DESENV. DO TURISMO NO MEIO RURAL, COM O PROPOSITO DE DIVERSIF. E INCREMENTAR AS ATIV. REALIZADAS.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PROPRIEDADE ATENDIDA COM ACOES DE TURISMO				
<b>Unidade de Medida:</b> UNIDADE				
Meta Física Prevista LOA 2007	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
10	10	39	390,00	390,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2007	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2007)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	46.700,00	49.698,49	39.748,38	0,00	85,11	79,98
261	21.100,00	21.100,00	0,00	0,00	0	0
Todas	67.800,00	70.798,49	39.748,38	0,00	58,63	56,14

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	39

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
As ações planejadas para o exercício de 2007, fora executada em 39%, não atingindo a sua totalidade por problemas de gestão municipal que ocasionaram a não execução dessas ações.